

**COLLECCAO**  
DAS  
**DECISÕES DO GOVERNO**  
DO  
**IMPERIO DO BRASIL.**



**RIO DE JANEIRO.**  
NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

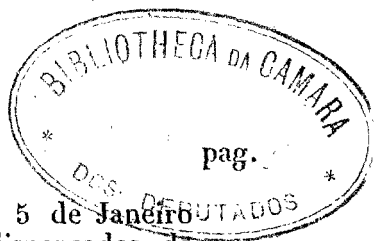
1847.

**PÁGINA ORIGINAL  
EM BRANCO**

# INDICE DA COLLECÇÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO DO IMPERIO DO BRASIL.

TOMO IX.

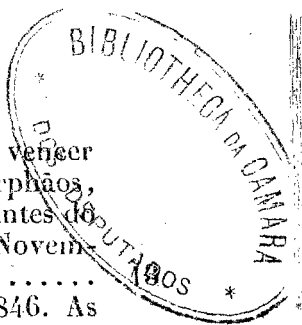
1846.



- |        |   |   |
|--------|---|---|
| N.º 1. | — IMPERIO. — Em 5 de Janeiro de 1846. Declara dispensados da residencia, durante as ferias, os Professores das aulas menores dos Cursos Juridicos, do mesmo modo que o são os Lentes..... | 1 |
| N.º 2. | — FAZENDA. — Em 5 de Janeiro de 1846. Sobre licenças que os Presidentes das Relações podem dar, e como se devem entender e cumprir.....   | 2 |
| N.º 3. | — MARINHA. — Aviso de 8 Janeiro de 1846. Marca os vencimentos que devem perceber os Officiaes d' Apito e marinhagem dos Navios d' Armada.....   | 3 |
| N.º 4. | — FAZENDA — Em 14 de Janeiro de 1846. Sobre apprehensões de generos sujeitos a direitos, recolhidos em armazens não Alfandegados.....   | 5 |
| N.º 5. | — Em 15 de Janeiro de 1846. Determina que os Feitores dos Consulados fação visitas semanaes aos Trapiches, para o exame das Caixas de assucar.....  | » |
| N.º 6. | — Em 15 de Janeiro de 1846. Os depositos judiciaes de moeda,  |   |

- joias, &c., só devem ser feitos nos cofres de Deposito Publico..... 6
- N.º 7. — Em 15 de Janeiro de 1846. Declara a incompetencia dos Presidentes das Provincias para tomarem conhecimento das multas, impostas pelos Inspectores das Alfandegas, nos casos do Regulamento, á vista das disposições do Artigo 33 § 4.º e 40..... 7
- N.º 8. — Em 17 de Janeiro de 1846. Como se deve proceder na arrecadação da taxa dos escravos, quando estes tenham obtido em parte a sua liberdade..... 8
- N.º 9. — Em 17 de Janeiro de 1846. Os Procuradores dos Feitos não tem direito a haver porcentagem de quantias entradas, ainda por diligencia sua, quando essas quantias sejam provenientes de pagamentos indevidamente feitos ás partes, que os devão indemnizar á Fazenda.. 9
- N.º 10. — Em 28 de Janeiro de 1846. Determina o que se deve praticar nas substituições dos Empregados das Thesourarias..... 10
- N.º 11. — Em 28 de Janeiro de 1846. A excepção do que for relativo á correspondencia das Thesourarias das Provincias com o Tribunal do Thesouro, todos os Chefes das Repartições, e quaesquer Autoridades constituidas, poderão dirigir immediatamente ao Ministerio da Fazenda os seus Officios..... 11
- N.º 12. — Em 5 de Fevereiro de 1846. De-



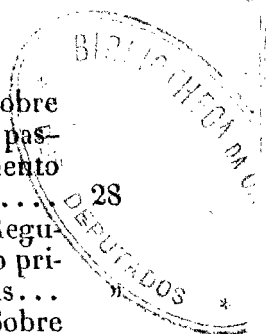


clarando o juro que devem vencer os dinheiros dos Cofres de Orphãos, entrados nas Thesourarias antes do Decreto n.º 231 de 13 de Novembro de 1841,.....

- N.º 13. — Em 5 de Fevereiro de 1846. As Companhias equestres só pagão pelos cavallos, que trazem e tornão a levar, os direitos de reexportação ..... 14
- N.º 14. — JUSTIÇA. — Aviso de 10 de Fevereiro de 1846. Ao Chefe de Policia da Côrte, declarando que os Delegados só podem demittir os Inspectores de Quarteirão, sob proposta dos Subdelegados..... 15
- N.º 15. — FAZENDA. — Em 12 de Fevereiro de 1846. Os Manifestos da carga tomada nos portos do Imperio para os estrangeiros, devem ser devolvidos aos Mestres das embarcações, nos Portos onde forem completar os seus carregamentos. 16
- N.º 16. — Em 20 de Fevereiro de 1846. Os Officiaes de Justiça que não tem vencimentos dos Cofres publicos, não estão comprehendidos na literal disposição do Art. 23 da Lei de 21 de Outubro de 1843, nem nos do Regulamento de 20 de Abril de 1844..... 17
- N.º 17. — Em 21 de Fevereiro de 1846. As casas de jogo licito, que annualmente tirão licença das Camaras, devem annualmente pagar o sello..... »
- N.º 18. — Em 24 de Fevereiro de 1846.

	Das embarcações compradas para o serviço do Estado não se paga o imposto estabelecido.....	18
N.º 19.	— Em 28 de Fevereiro de 1846. Determinando como se deve proceder com os Empregados de Repartições extintetas, em quanto addidos a outras Repartições.....	19
N.º 20.	— Em 4 de Março de 1846. Como se deve proceder quando hum armazem collectado passar, no mesmo anno, a diverso possuidor, &c .....	21
N.º 21.	— Em 4 de Março de 1846. Sobre o Sello que devem pagar as apostillas, que se lanção nas Patentes dos Officiaes militares.....	22
N.º 22.	— Em 7 de Março de 1846. Sobre o pagamento de ordenados a Empregados pronunciados, e presos.....	23
N.º 23.	— Em 9 de Março de 1846. Sobre a multa que se deve impor pela apprehensão de huma embarcação com mercadorias; sobre os escravos achados na embarcação; e a respeito da divisão do producto da arrematação, &c....	24
N.º 24.	— Em 10 de Março de 1846. Sobre os depositos judiciaes que devem somente ser feitos nos Cofres Publicos, e os de multas que são feitos no da Camara Municipal..	26
N.º 25.	— Em 11 de Março de 1846. O que devem pagar os Titulos de supplemento de idade, e de emancipação .....	27

- N.º 26. — Em 11 de Março de 1846. Sobre o modo por que devem ser passados os Titulos de supplemento de idade, e de emancipação... 28
- N.º 27. Em 12 de Março de 1846. Regulamento para fazer effectivo o privilegio de impressão das Leis... 28
- N.º 28. — Em 16 de Março de 1846. Sobre as licenças que os Presidentes de Provincia concedem aos Empregados, e como as devem cumprir as Thesourarias..... 31
- N.º 29. — Em 20 de Março de 1846. Os Presidentes de Provincia não tem direito de reprehender os Inspectores das Thesourarias..... 32
- N.º 30. — Em 31 de Março de 1846. Os creditos especiaes tem vigor até que produzão o seu effecto, ou sejam derogados por Lei..... 33
- N.º 31. — Em 31 de Março de 1846. O dinheiro dos Orphãos pôde ser empregado em Apolices dos Fundos publicos ..... 34
- N.º 32. — Em 31 de Março de 1846. Do rendimento do imposto do gado, deduz-se 5 e hum quarto por cento para se repartir pelos Vigias.. 35
- N.º 33. — Em 11 de Abril de 1846. A respeito de dividas que prescrevem nos termos do Artigo 210 do Regimento da Fazenda; sobre o modo de entrar nos Cofres o dinheiro dos devedores executados; e sobre os livros em que se faz carga aos Procuradores Fiscaes das contas de devedores, que se mandão executar.. 37



- N.º 34. — Em 14 de Abril de 1846. — Sobre a arrecadação de bens de defuntos, quando haja no lugar conjugues, ou ascendentes, descendentes, &c..... 39
- N.º 35. — Em 14 de Abril de 1846. — Os Presidentes de Provincias devem pagar o Imposto todas as vezes que forem nomeados..... 40
- N.º 36. — MARINHA. — Aviso de 30 de Abril de 1846. Manda pôr em execução provisoriamente o Regulamento para praticagem da Barra da Provincia do Rio Grande do Sul. 41
- N.º 37. — FAZENDA. — Em 6 de Maio de 1846. A respeito das Letras de Sisa, não se procede da maneira recommendada pela Ordem de 23 de Agosto de 1839..... 49
- N.º 38. — Em 6 de Maio de 1846. Somente pagão o Sello estabelecido no Artigo 13 do Regulamento de 26 de Abril de 1842 os Titulos de nomeação vitalicia, ou de mais de anno; os de substituições e de nomeações interinas pagão o fixo do Artigo 20..... 50
- N.º 39. — GUERRA. — Circular de 7 de Maio de 1846. Mandando que só se abone a gratificação de que trata o Artigo 35 das Instruções que baixarão com o Decreto n.º 263 de 40 de Janeiro de 1843, aos Commandantes de destacamentos que tiverem de 40 praças, inclusive, para mais..... 51
- N.º 40. — Circular de 11 de Maio de 1846.

- Marcando quaes as comedorias de embarque que competem aos Marechaes de Campo, Tenentes Generaes, e Marechaes do Exercito.
- N.º 41. — Circular de 11 de Maio de 1846. Determinando que ás praças voluntarias e engajadas para servirem nas Companhias de Pedestres, se abonem as gratificações estabelecidas para as do Exercito em identicas circunstancias. . . . . 51
- N.º 42. — FAZENDA. — Em 11 de Maio de 1846. Permite aos Inspectores de Thesourarias conceder novo prazo, não maior de dous mezes, para apresentação dos documentos de descarga das embarcações despachadas para o Rio Grande do Sul, com generos do Paiz . . . . . 52
- N.º 43. — GUERRA. — Circular de 16 de Maio de 1846. Aos Presidentes das Provincias, explicando o disposto no Aviso de 25 de Setembro do anno p. p. sobre a concessão de licenças aos Officiaes do Exercito. » 53
- N.º 44. — Circular de 18 de Maio de 1846. Aos Presidentes das Provincias, Commandante interino das Armas da Côrte, e á Pagadoria, prohibindo o abono de gratificações ás praças do Exercito, que tiverem findado o seu tempo de serviço, sem que preceda contracto para a sua continuação. . . . . 54
- N.º 45. — MARINHA. — Aviso de 20 de Maio de 1846. Manda observar nova Tabella para distribuição das

	rações a bordo dos Navios d' Armada Nacional.....	55
N.º 46.	— Aviso de 25 de Maio de 1846. Ordena que os Officiaes do Corpo d' Artilharia da Marinha, ainda quando doentes, ou presos por correccão, percebão a gratificação adicional.....	57
N.º 47.	— FAZENDA. — Em 26 de Maio de 1846. As embarcações que entrarem nos portos do Imperio por franquia, com manifestos contendo parte da carga para esse porto, e parte para porto estrangeiro, pagão somente metade da ancoragem, quando não receberem carga no porto da entrada.....	»
N.º 48.	— GUERRA. — Aviso de 27 de Maio de 1846. Estabelece a maneira por que deve ser effectuada a despeza do Arsenal de Guerra da Côrte.....	58
N.º 49.	— FAZENDA. — Em 30 de Maio de 1846. Os Tabelliães devem prestar aos Collectores gratuitamente as informações e documentos necessarios para a boa arrecadação e fiscalisação das Rendas publicas..	61
N.º 50.	— GUERRA. — Provisão do Conselho Supremo Militar de 30 de Maio de 1846.....	63
N.º 51.	— Provisão do Conselho Supremo Militar de 30 de Maio de 1846..	64
N.º 52.	— Provisão do Conselho Supremo Militar de 30 de Maio de 1846..	65
N.º 53.	— FAZENDA. — Em 5 de Junho de 1846. Como devem proceder	

- as Thesourarias a respeito dos cofres de Depósitos publicos nellas creados conforme o Regulamento do 1.º de Dezembro de 1845..... 67
- N.º 54. — Em 10 de Junho de 1846. Declara que, em certos casos, não são a cargo dos Curadores das heranças jacentes as despezas de aluguel de casa ou armazem para depósito, e as de honorarios dos Advogados que fazem os requerimentos, &c..... 69
- N.º 55. — Em 17 de Junho de 1846. Os objectos mandados vir para o uso das Administrações Provinciaes não são isentos do pagamento de direitos de consumo nas Alfandegas..... 70
- N.º 56. — Em 17 de Junho de 1846. A arrecadação da taxa de 40 réis sobre a aguardente para Renda Municipal, só tem lugar na extensão da Cidade, conforme o Artigo 19 da Lei de 31 de Outubro de 1835.. 71
- N.º 57. — Em 17 de Junho de 1846. Os Consules e Vice-Consules estrangeiros não estão comprehendidos na isenção do Artigo 22 § 2.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844..... »
- N.º 58. — Em 23 de Junho de 1846. A disposição das Circulares de 24 de Outubro e de 31 de Dezembro de 1845, não inhiu de se usar dos meios judiciaes contra os devedores, que não quizerem pagar amigavelmente as suas dividas... 72

- N.º 59. — Em 25 de Junho de 1846. Regula o modo de executar o Artigo 36 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845, que concede favor á construcção de embarcações nacionaes..... 73
- N.º 60. — Em 25 de Junho de 1846. As nomeações interinas só pagão o sello fixo do Artigo 20 do Regulamento de 26 de Abril de 1844.. 75
- N.º 61. — JUSTIÇA. — Aviso Circular de 27 de Junho de 1846. Declarando : 1.º, que os quatro annos do cargo de Juiz Municipal devem ser contados do dia em que o Juiz tiver entrado em exercicio effectivo : 2.º, que no fim do quadrienio deverão os Juizes Municipaes, quando não tenham sido reconduzidos nos mesmos lugares, ser substituidos pelos respectivos Suplentes..... 76
- N.º 62. — FAZENDA. — Em 27 de Junho de 1846. As mãis, filhas, e irmãs dos militares, que vencem Monte Pio, deve-se continuar a fazer o desconto mensal..... 78
- N.º 63. — Em 2 de Julho de 1846. Determina o modo por que devem ser despachadas nas Alfandegas as mercadorias navegadas com cartas de guia..... 79
- N.º 64. — Em 4 de Julho de 1846. Como se deve proceder, para se conceder a isenção do imposto de ancoragem ás Embarcações, que em hum anno fizerem tres viagens..... 80



- N.º 65. — GUERRA. — Circular de 4 de Julho de 1846. Ordena que todos os Officiaes do Exercito, qualquer que seja a arma, a que pertença, que estiverem empregados nas Provincias em Commissões proprias da natureza scientifica do Corpo d' Engenheiros, embora não sejam taes Commissões dependentes do Ministerio da Guerra, deverão enviar relatorios semestraes ao Com-mandante daquelle Corpo..... 81
- N.º 66. — FAZENDA. — Em 6 de Julho de 1846. Os objectos vindos para o serviço, e por conta das Admi-nistrações Provinciaes, não são isen-tos dos direitos nas Alfandegas.. 82
- N.º 67. — JUSTIÇA. — Aviso de 8 de Ju-lho de 1846. Ao Presidente da Provincia de S. Paulo, especifi-cando os casos em que compete aos Juizes e Escrivães o vencimen-to dos salarios de estado; expli-cando a maneira de contarem-se os mesmos salarios; e declarando a quem compete resolver sobre a arguição de desnecessaria de-mora ..... »
- N.º 68. — FAZENDA. — Em 15 de Julho de 1846. As Thesourarias devem receber sem desconto as notas, que tiverem sido recebidas pelas Collectorias dentro do prazo mar-cado para a substituição..... 84
- N.º 69. — GUERRA. — Circular de 17 de Julho de 1846. Recommendo a execução das Ordens estabeleci-

- das, sobre o fornecimento de vestuario aos recrutas remettidos para a Côrte, e providenciando ácerca do seu bom tratamento pelas pessoas encarregadas da sua conducção ..... 84
- N.º 70. — JUSTIÇA. — Aviso de 18 de Julho de 1846. Ao Presidente da Provincia de S. Paulo, declarando ser necessaria a licença do Juiz dos Orphãos, para que o casamento destes possa verificar-se..... 85
- N.º 71. — GUERRA. — Provisão do Conselho Supremo Militar de 20 de Julho de 1846..... 86
- N.º 72. — Circular de 20 de Julho de 1846. Aos Presidentes das Provincias, ordenando a maneira por que as Informações semestres dos Corpos do Exercito devem ser formuladas desta data em diante..... 88
- N.º 73. — MARINHA. — Aviso de 20 de Julho de 1846. Declara que os Commandantes, e os Officiaes das Estações Navaes, não podem ser nomeados para as Juntas de Justiça das Provincias..... 91
- N.º 74. — Aviso de 24 de Julho de 1846. Designa as embarcações miudas, que devem ter os Navios d'Armada..... 91
- N.º 75. — FAZENDA. Em 24 de Julho de 1846. Os generos sujeitos a direitos de importação não podem ser recolhidos a armazens, que não sejam Alfandegados..... 93
- N.º 76. — MARINHA. — Aviso de 31 de

- Julho de 1846. Manda pôr em execução, a bordo dos Navios d' Armada, hum novo mappa para a classificação das despesas relativamente ao matrial..... 93
- N.º 77. — GUERRA. — Circular do 1.º de Agosto de 1846. Providenciando ácerca dos excessos de licenças concedidas aos Officiaes do Exercito ..... 95
- N.º 78. — FAZENDA. — Em 3 de Agosto de 1846. As Causas da Fazenda Provincial podem correr no Juizo commum, ou perante os Juizes privativos creados por Leis Geraes, como entenderem conveniente decretar as Assembléas Legislativas Provincias..... 96
- N.º 79. — Em 8 de Agosto de 1846. Declara que, decretada a pronuncia, em qualquer delicto, fica o pronunciado sujeito á suspensão dos direitos politicos, e por consequencia do exercicio dos Empregos, e neste caso estão os Professores Publicos ..... 98
- N.º 80. — Em 10 de Agosto de 1846. Como se devem haver os direitos de 5 por cento das pessoas, que forem nomeadas Presidentes de Provincias..... 99
- N.º 81. — Em 11 de Agosto de 1846. Não convêm fazer-se a arrematação somente de alguns impostos, com exclusão de outros — Ao prudente arbitrio dos Inspectôres das Thesourarias fica julgar da conveni-

- encia de visitar, e inspecção nas  
 Collectorias..... 100
- N.º 82. — MARINHA. — Aviso de 14 de  
 Agosto de 1846. Manda remetter  
 á Typographia Nacional copias das  
 peças Officiaes que forem expedidas  
 pela Secretaria d' Estado, e Repar-  
 tições subordinadas ao respectivo  
 Ministerio..... 101
- N.º 83. — FAZENDA. — Em 17 de Ago-  
 sto de 1846. As Commissões a Col-  
 lectores e Administradores de Me-  
 sas de Rendas, que tenham cahido  
 em exercicios findos, entrão  
 na regra geral das dividas, para  
 se pedir credito..... 102
- N.º 84. — Em 19 de Agosto de 1846. No  
 impedimento simultaneo dos The-  
 soureiros e seus Fieis, devem aquel-  
 les nomear quem os substitua; e  
 a Fazenda Nacional não he obri-  
 gada a mais despeza alguma além  
 dos ordenados marcados aos ditos  
 lugares..... 103
- N.º 85. — Em 26 de Agosto de 1846. De-  
 clara que a clausula — immediata-  
 mente — inserta no Artigo 21 da  
 Lei de 24 de Outubro de 1832,  
 não se refere á data da Lei, mas  
 sim á noticia do estado dos edifi-  
 cios, e sua inutilidade, para se-  
 rem vendidos..... 104
- N.º 86. — Em 26 de Agosto de 1846. Os  
 Officiaes das Contadorias e Secre-  
 tarias das Thesourarias só servi-  
 rão de Procuradores Fiscaes, quan-  
 do não haja Bachareis formados,

- ou Advogados, que possam ser nomeados ..... 105
- N.º 87. — Em 28 de Agosto de 1846. O que se deve praticar quando hum Empregado Geral, sendo Deputado Provincial, deixa de tomar assento na respectiva Assembléa, e sendo Deputado Geral, deixa de seguir a tomar assento na Assembléa Geral ..... 106
- N.º 88. — Em 31 de Agosto de 1846. Declara que sellos devem pagar as quitações judiciais dos quinhões hereditarios; e que as quitações relativas ás escripturas de compra e venda, e cartas de arrematação e de adjudicação de bens de raiz, são isentas delle ..... 107
- N.º 89. — Em 3 de Setembro de 1846. As Commissões ao Juiz, e Officiaes do Juizo dos Feitos só são devidas das quantias, que se cobrarem pelas vias e diligencias da justiça ..... 109
- N.º 90. — Em 3 de Setembro de 1846. Pelo trabalho do lançamento não devem os Collectores levar porcentagem ..... 110
- N.º 91. — Em 5 de Setembro de 1846. Mandase pagar aos Empregados das Recebedorias os vencimentos da Tabella annexa ao Decreto de 15 de Junho deste anno, e que se incluye a importancia das Letras de Siza, e dos devedores, para a deducção da porcentagem ..... 111
- N.º 92. — MARINHA. — Aviso de 11 de Setembro de 1846. Estabelece a

- maneira por que deve ser feita a correspondencia entre a Contadoria Geral da Marinha, e as Contadorias das Provincias..... 112
- N.º 93. — Aviso de 14 de Setembro de 1846. Mandando ficar sem vigor a pratica de vencerem os Artifices, embarcados em qualquer Navio d'Armada, mais meio jornal, quando empregados nos Arsenaes, como operarios..... 113
- N.º 94. — FAZENDA. — Em 17 de Setembro de 1846. Não se abonão aos Empregados Publicos faltas, por estarem servindo de Juizes Municipaes ..... 114
- N.º 95. — Em 19 de Setembro de 1846. Declarando o que se deve praticar a respeito de legados pios não cumpridos ..... »
- N.º 96. — Em 22 de Setembro de 1846. Declara a maneira por que devem os Funcionarios publicos exigir informações, e prestar-se mutuamente a bem do serviço..... 116
- N.º 97. — Em 24 de Setembro de 1846. Como se deve proceder no pagamento do sello dos quinhões hereditarios ..... 117
- N.º 98. — MARINHA. — Aviso de 28 de Setembro de 1846. Declara o como devem ser considerados os Machinistas, e moços do fogo das Barcas de vapor..... 118
- N.º 99. — Aviso de 29 de Setembro de 1846. Altera a observação — e — da Tabella, mandada executar por

Aviso de 10 de Maio de 1846, a respeito da distribuição da lenha nos Navios d'Armada..... 118

N.º 100. — FAZENDA. — Em 30 de Setembro de 1846. Como se deve proceder na remessa das sentenças proferidas contra a Fazenda Publica ao Tribunal do Thesouro Publico Nacional..... 119

N.º 101. — Em o 1.º de Outubro de 1846. Os Porteiros das Thesourarias, e das outras Repartições, são os incumbidos da aquisição do necessario para o expediente dellas... 121

N.º 102. — Em o 1.º de Outubro de 1846. As viúvas e filhos de Officiaes de 2.ª Linha com soldo, que para esta passarão da 1.ª, muito embora nesta não fossem ainda Officiaes, tem direito ao meio soldo..... 122

N.º 103. — Em o 1.º de Outubro de 1846. Dos meios soldos concedidos ás viúvas e filhas dos Militares, em virtude da Lei de 6 de Novembro de 1827, não se faz desconto algum ..... 123

N.º 104. — Em o 1.º de Outubro de 1846. Os bens de raiz adjudicados ao testamenteiro ou inventariante por indemnisação de despesas por elle feitas, são sujeitos ao pagamento da Sisa ..... 124

N.º 105. — Em 8 de Outubro de 1846. — O rendimento do evento fóra do Municipio da Côrte deve ser considerado Renda Provincial, em quanto

- por Lei se não determinar o contrario..... 125
- N.º 406. — Em 10 de Outubro de 1846. Declara comprehendida nas disposições dos Arts. 3.º e 42 do Regulamento de 9 de Abril de 1842, a causa entre a Santa Casa da Misericórdia, e o Prior do Convento do Carmo na Cidade da Victoria. 126
- N.º 407. — Em 14 de Outubro de 1846. Declara o que se deve praticar com o pagamento dos Juizes Municipaes, quando os de Direito se demoram na Capital, depois de finda a Assembléa Provincial, &c. 128
- N.º 408. — Em 14 de Outubro de 1846. Encarrega á Agencia do imposto do gado, a arrecadação deste imposto nas Freguezias de fóra da Cidade..... 129
- N.º 409. — MARINHA. — Aviso de 16 de Outubro de 1846. Declara as vantagens, que devem perceber os Magistrados, que servirem nas Provincias de Auditores da Marinha nos Processos de crimes capitaes. »
- N.º 410. — FAZENDA. — Em 17 de Outubro de 1846. Declara que o Inspector da Thesouraria interpretou mal o Regulamento das Alfândegas, no caso da apprehensão do Brigue Escuna Fere-Fogo, e estabelece a jurisprudencia applicavel aos casos futuros, por ser irrevogavel aquella decisão, conforme a ordem de 19 de Fevereiro de 1844..... 130



- N.º 111. — Em 17 de Outubro de 1846.  
Revoga a parte do Art. 6.º da  
ordem de 11 de Janeiro de 1842,  
que marcava gratificação aos Fei-  
tores encarregados da qualificação  
do Páq-Brasil..... 132
- N.º 112. — Em 21 de Outubro de 1846.  
Manda pôr em execução o Regu-  
lamento da Administração dos ter-  
renos diamantinos, dá instrucções,  
autorisa a despesa, e providencia  
sobre a nomeação interina de En-  
genheiro..... 133
- N.º 113. — Em 21 de Outubro de 1846.  
Escusão-se os Offícios dos Presi-  
dentes que acompanhavão os das  
Thesourarias, bastando que a mar-  
gem delles ponhão o seu — Vis-  
to —; salvo quando tenham de  
fazer observações, que serão ou  
na mesma margem, ou em sepa-  
rado..... 136
- N.º 114. — Em 24 de Outubro de 1846. A  
porcentagem concedida aos Em-  
pregados do Juizo, a que he en-  
carregada a arrecadação dos bens  
de ausentes, somente he devida  
do producto liquido dos bens ar-  
recadados, &c. .... 137
- N.º 115. — IMPERIO. — Em 25 de Outu-  
bro de 1846. Resolve a duvida  
acerca da competencia do Juiz de  
Paz que deve presidir á Junta de  
Qualificação dos votantes, e á Elei-  
ção dos Eleitores ..... 138
- N.º 116. — FAZENDA. — Em 26 de Outu-  
bro de 1846. Não tem mais lugar

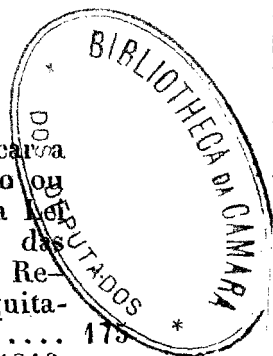
- os 10 por cento sobre o valor das facturas das mercadorias impugnadas ..... 140
- N.º 117. — Em 26 de Outubro de 1846. Os taboleiros ou lojas; &c. ambulantes não estão sujeitos ao imposto estabelecido pelo Alvará de 20 de Outubro de 1842..... ”
- N.º 118. — Em 26 de Outubro de 1846. Para o pagamento do Sello dos Diplomas dos Empregados das Alfândegas se deve regular pela Tabbella, calculada em 100 ~~7~~ 000 cada quota de percentagem. — Os direitos dos de Juizes Municipaes devem-se regular pela lotação definitiva. — Não tem lugar a restituição do Sello demais pago..... 141
- N.º 119. — Em 26 de Outubro de 1846. Não he permittida a navegação de cabotagem de generos estrangeiros em Navios estrangeiros, ainda mesmo a pretexto de lastro ..... 142
- N.º 120. — Em 26 de Outubro 1846. As licenças concedidas aos Empregados de Fazenda só podem ter effeito, sendo apresentadas dentro de seis mezes, em Goyaz e Mato Grosso, e de 3 nas outras Provincias ..... 143
- N.º 121. — Em 28 de Outubro de 1846. Provisencia sobre a entrada e sahida nos Portos das Barcas de Vapor a helice, empregadas na navegação de Inglaterra para o Brasil ..... 144
- N.º 122. — Em 29 de Outubro de 1846. As nomeações para exercicio de emprego por hum anno, ainda

- que o vencimento seja como gratificação, estão sujeitas ao pagamento do imposto ..... 145
- N.º 123. — Em 29 de Outubro de 1846. Autorisa o Inspector de Thesouraria a suspender os Administradores das Mesas de Rendas..... 146
- N.º 124. — IMPERIO. — Em 2 de Novembro de 1846. Resolve diversas duvidas propostas pelo Juiz de Paz mais votado da Villa de S. Sebastião da Provincia de S. Paulo, sobre a Lei Regulamentar das Eleições ..... 147
- N.º 125. — FAZENDA. — Em 5 de Novembro de 1846. As casas de Misericordia não são isentas do pagamento do imposto de 8 por cento, sobre os premios das Loterias, que lhe são concedidas, de conto de réis para cima..... 151
- N.º 126. — Em 5 de Novembro de 1846. Dos terrenos de marinha reservados para logradouros publicos não se devem passar titulos..... »
- N.º 127. — Em 5 de Novembro de 1846. O imposto das Typographias considerou-se abolido, depois que a Lei de 18 de Setembro de 1845 o eliminou da lista dos impostos. 152
- N.º 128. — MARINHA. — Aviso de 6 de Novembro de 1846. Dá providencias ácerca da organização dos pretos do Corpo d'Artilharia da Marinha, e dos pagamentos ás praças embarcadas ..... 153
- N.º 129. — IMPERIO. — Em 9 de Novem-

- bro de 1846. Dá esclarecimentos ácerca das duvidas apresentadas pelo Juiz Municipal da Villa de S. José, e o Presidente da Camara Municipal da Villa de Tamanduá da Provincia de Minas Geraes, na execução da Lei Regulamentar das Eleições. .... 155
- N.º 130. — FAZENDA. — Em 9 de Novembro de 1846. Determina o que se deve praticar nas Provincias, onde se faz o pagamento de juro de Apolices, no caso de perda das mesmas Apolices. .... 158
- N.º 131. — Em 9 de Novembro de 1846. Declarando o que se deve praticar para regular o preço da arrematação das Rendas Publicas, nos termos dos Arts. 46 da Lei de 21 de Outubro de 1843, e 5.º do Regulamento de 13 de Junho de 1845, &c. .... 159
- N.º 132. — Em 9 de Novembro de 1846. Os Consules não são isentos do pagamento de direitos, de objectos vindos para seu uso. .... 161
- N.º 133. — Em 9 de Novembro de 1846. A porcentagem dos dinheiros recolhidos pelo Juizo dos Feitos pertence aos Empregados, que se achão em exercicio ao tempo da entrada dos dinheiros nos cofres. ... 162
- N.º 134. — Em 11 de Novembro de 1846. Aos Juizes Municipaes não he permitido receberem os ordenados dos Juizes de Direito, cujos lugares servirem nos impedimentos,

- humas vezes que estes estejam comprehendidos na letra do Art. 40 da Lei de 18 de Setembro de 1845, &c. 163
- N.º 135. — Em 12 de Novembro de 1846. Os Empregados Publicos que são Bachareis, ou que o não são, advogando, &c. fóra das horas do serviço das suas Repartições, estão sujeitos ao pagamento do respectivo imposto, &c. .... 164
- N.º 136. — Em 14 de Novembro de 1846. Determina que subsista o emprego de Correio d'Alfandega de Paranaguá, que por ordem de 7 de Novembro de 1837 tinha-se supprimido. .... 165
- N.º 137. — Em 16 de Novembro de 1846. Os arrematantes de bens de raiz, em execuções promovidas por parte da Fazenda Nacional, estão sujeitos ao pagamento de metade da Sisa, ficando a outra metade a cargo dos executados. .... 166
- N.º 138. — Em 19 de Novembro de 1846. As disposições dos Artigos 9.º e 19 do Decreto de 12 de Agosto de 1844, e da ordem de 4 de Março de 1845, são somente applicaveis ás mercadorias despachadas depois do dia 11 de Novembro de 1844. .... 167
- N.º 139. — Em 19 de Novembro de 1846. Nas Thesourarias não se deve levar emolumentos, pelas patentes annuaes dos Despachantes das Alfandegas ..... »
- N.º 140. — Em 20 de Novembro de 1846.

- As pequenas tabernas situadas nas estradas, de que trata o § 2.º do Alvará de 20 de Outubro de 1812, que são isentas do imposto, estão incluídas na disposição do § 3.º do Art. 4.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844..... 169
- N.º 141. — IMPERIO. — Em 24 de Novembro de 1846. — Resolve a duvida que occorre ao Juiz de Paz da Cidade da Victoria, na execução da Lei Regulamentar das Eleições... 170
- N.º 142. — FAZENDA. — Em 25 de Novembro de 1846. Determina o que se deve proceder com a assignatura dos escriptos das Alfandegas, pelos assignantes, ou seus socios e gerentes..... 171
- N.º 143. — IMPERIO. — Em 26 de Novembro de 1846. Dá solução ás duvidas apresentadas pelo Presidente da Provincia de Santa Catharina, sobre a execução da Lei Regulamentar das Eleições..... 172
- N.º 144. — FAZENDA. — Em 26 de Novembro de 1846. Só o Tribunal do Thesouro póde conceder aos devedores fiscaes, pagarem em prestações as suas dividas..... 173
- N.º 145. — Em 30 de Novembro de 1846. Declara o que se deve praticar com as letras passadas antes do Regulamento de 26 de Abril de 1844, e vencidas depois; e quando não tiverem sido selladas antes, &c..... 174
- N.º 146. — Em 30 de Novembro de 1846.



Declara o que se deve praticar a respeito das Letras de Cambio ou da terra', passadas antes da Lei de 21 de Outubro de 1843; das passadas depois della; e do Regulamento do Sello; e das quitacões de legados..... 175

N.º 147. — Em 3 de Dezembro de 1846. Alterando o Regulamento de 20 de Junho de 1840 dado á Thesouraria dos Ordenados..... 179

N.º 148. — Em 5 de Dezembro de 1846. Declara que a ordem de 26 de Outubro, que recommenda o pronto expediente e desembaraço dos vapores a helice, não lhes outorga isenção alguma..... 183

N.º 149. — Em 5 de Dezembro de 1846. Aos Presidentes das Provincias não compete tomar conhecimento das multas impostas pelos Inspectores das Alfandegas; mas não estão inhibidos de receber qualquer reclamação, exigir informação, e representarem ao Governo o que julgarem precisar de providencias. »

N.º 150. — IMPERIO. — Em 5 de Dezembro de 1846. Resolve as duvidas, que na execução da Lei Regulamentar das Eleições se offerecem aos Juizes de Paz da Capital da Provincia de S. Paulo, e da Villa de Tamanduá na Provincia de Minas Geraes..... 185

N.º 151. — FAZENDA. — Em 7 de Dezembro de 1846. O pagamento da

- taxa das heranças e legados em usufructo póde ser feito de pronto, por uma vez somente..... 187
- N.º 152. — Em 9 de Dezembro de 1846. A disposição do Art. 3.º do Regulamento de 12 de Outubro he applicavel ao ouro, que vier por terra, sendo guiado para a Capitania do Porto, quando estiver fechada a Casa da Moeda..... 188
- N.º 153. — Em 10 de Dezembro de 1846. Os meios soldos concedidos ás viúvas e filhos dos Militares, em virtude da Lei de 6 de Novembro de 1827, não pagão os 5 por cento de direitos..... 189
- N.º 154. — JUSTIÇA. — Em 12 de Dezembro de 1846, Declarando a verdadeira intelligencia dos Artigos 83, 84 e 85 da Carta de Lei de 18 de Agosto de 1831, combinados com os Artigos 19 e 20 do Decreto de 25 de Outubro de 1832 .. 190
- N.º 155. — FAZENDA. — Em 21 de Dezembro de 1846. Como se prorogou o prazo para a substituição das Notas de 27000, deve-se fazer restituição dos descontos feitos..... 191
- N.º 156. — IMPERIO. — Em 21 de Dezembro de 1846. Resolve as duvidas, que as Autoridades abaixo designadas tem encontrado na execução da Lei Regulamentar das Eleições..... 192
- N.º 157. — FAZENDA. Em 31 de Dezembro de 1846. Quando o emprego não tem ordenado estabelecido, para



- pagar o sello proporcional, está  
sujeito ao fixo do Art. 30 do Re-  
gulamento de 26 de Abril de  
1844 ..... 197
- N.º 158. — Em 31 de Dezembro de 1846.  
Os Thesoureiros das Alfandegas  
não percebem o ordenado do tem-  
po, que exercem funções de De-  
putados Provinciaes..... »
- N.º 159. — Em 31 de Dezembro de 1846.  
A exportação e baldeação de ge-  
neros em Navios estrangeiros para  
Portos do Imperio, não he per-  
mittida, ainda que os generos  
tenham pago os direitos de con-  
sumo ..... 198
- N.º 160. — Em 31 de Dezembro de 1846.  
Os navios construidos em Paiz es-  
trangeiro, ainda que por ordem  
e conta de Cidadãos Brasileiros,  
devem pagar o imposto de 15 por  
cento para se considerarem Bra-  
sileiros ..... 199



---

COLLECÇÕES DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.

1846.

TOMO 9.º CADERNO 1.º

---

N.º 1.—IMPERIO.—Em 5 de Janeiro de 1846.—  
*Declara dispensados da residencia, durante  
as ferias, os Professores das aulas menores  
dos Cursos Juridicos, do mesmo modo que o  
são os Lentes.*

Dando-se a respeito dos Professores das Aulas menores dos Cursos Juridicos a mesma razão, que milita para com os Lentes, a fim de que, como elles, gozem da prerogativa de não serem obrigados a residir no lugar da Academia durante as ferias, visto não serem então precisos para serviço algum Academico: Ha Sua Magestade o Imperador por bem, que no decurso das ferias V. S. considere como dispensados da residencia os Professores desse Curso Juridico, do mesmo modo que o são os Lentes, em virtude do disposto no Artigo 1.º do Capitulo 13 dos respectivos Estatutos. O que comunico a V. S. para seu conhecimento, e execução.

Deos Guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Janeiro de 1846. — Manoel Alves Branco. — Sr. Director do Curso Juridico de S. Paulo.



N.º 2.—FAZENDA.—Em 5 de Janeiro de 1846.—  
*Sobre licenças que os Presidentes das Relações  
 podem dar, e como se devem entender e cum-  
 prir.*

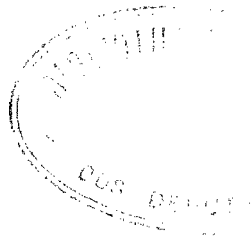
Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde aos tres quesitos do Sr. Inspector da Tesouraria da Provincia do Rio de Janeiro, constantes do seu Officio de 13 de Dezembro proximo findo, sob n.º 40; se os Presidentes das Relações podem dar licença com vencimento; se deve sempre entender-se que taes licenças são com vencimento, embora não venha isso explicitamente declarado; e se devem ellas ser apresentadas pelos proprios licenciados, ou se a Thesouraria deve aguardar participação official: 1.º, que o Presidente da Relação póde conceder licença aos Juizes de Direito até trinta dias continuos, na fôrma do Regimento de 3 de Janeiro de 1833, e com vencimento de ordenado, porque ahi se não ordena o contrario: 2.º, que esse vencimento, quando a licença for por motivo de molestia, se deverá entender por inteiro, ainda que não haja declaração, e quando for dada por outro qualquer motivo, o vencimento se entenderá por metade, como he regulado pela disposição do Artigo 93 da Lei de 24 de Outubro de 1832: e 3.º, que supposto fosse regular que o Presidente da Relação fizesse participação ao da Provincia, e este á Thesouraria, de ter sido licenciado o Juiz de Direito, a falta com tudo da participação não deve obstar ao pagamento na fôrma dita.

Thesouro Publico Nacional em 5 de Janeiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

N.º 3. — MARINHA. — Aviso de 8 de Janeiro de 1846. — *Marca os vencimentos que devem perceber os Officiaes d' Apito e marinhagem dos Navios d' Armada.*

Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o que expuzera o Contador Geral interino da Marinha, em Officio de 7 do corrente mez, ácerca do vencimento dos Officiaes d'apito e marinhagem dos Navios d'Armada, Ha por bem que estes individuos sejam contemplados d' ora em diante com os vencimentos constantes da Tabella junta, assignada pelo Conselheiro Official Maior d'esta Secretaria de Estado: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. Paço em 8 de Janeiro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque. — Sr. Miguel de Sousa Mello e Alvim.



*Tabella dos vencimentos mensaes que devem perceber as  
praças abaixo declaradas.*

EMPREGOS.	EMBARCADOS EM NAVIOS ARMADOS.				EM TRANS-PORTES.		
	SOLDOS.				SOLDOS.		
	<i>De terra.</i>	<i>Maio-rias.</i>	<i>Meio Soldo.</i>	<i>Total.</i>	<i>De terra.</i>	<i>M. de cmb.</i>	<i>Total.</i>
Mestre de Numero de Náo....	27\$	10\$	13\$500	50\$500	27\$	10\$	37\$
Dito dito de Fragata .....	23\$	10\$	11\$500	44\$500	23\$	10\$	33\$
Contramestre de Numero.....	21\$	8\$	10\$500	39\$500	21\$	8\$	29\$
Guardião de Numero.....	18\$	5\$	9\$000	32\$000	18\$	5\$	23\$
Marinheiros de Classe Superior.....				18\$000			18\$
Primeiros Marinheiros.....				14\$000			14\$
Segundos ditos.....				10\$000			10\$
Grumetes .....				7\$000			7\$

**OBSERVAÇÕES.**

- 1.<sup>a</sup> As praças pertencentes ao Corpo de Imperiaes Marinheiros, terão, quando embarcadas em Navios armados em guerra, os mesmos vencimentos que se achão mencionados na Tabella acima.
- 2.<sup>a</sup> O Mestre do Numero de Fragata, servindo de Mestre de huma Náo, terá, além do seu soldo, a maioria e meio soldo que vence hum Mestre do Numero de Náo.
- 3.<sup>a</sup> O Contramestre do Numero, servindo de Mestre em Navio armado, terá, além do seu soldo, a maioria e meio soldo que vence hum Mestre do Numero de Fragata.
- 4.<sup>a</sup> O Guardião do Numero, servindo de Mestre em Navio armado, terá, além do seu soldo, a maioria e meio soldo que vence hum Mestre do Numero de Fragata; e servindo de Contramestre, a maioria e meio soldo correspondente a este.
- 5.<sup>a</sup> Os Mestres extranumerarios, embarcados em Navios armados, terão os mesmos vencimentos que os Mestres do Numero de Fragata.
- 6.<sup>a</sup> Os Contramestres e Guardiões extranumerarios, embarcados em Navio armado, terão os mesmos vencimentos que os do Numero.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 8 de Janeiro de 1846. — Manoel Carneiro de Campos.

N.º 4. — FAZENDA. — Em 14 de Janeiro de 1846. — *Sobre apprehensões de generos sujeitos a direitos, recolhidos em armazens não alfandegados.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu Officio de 24 de Outubro ultimo, sob n.º 18, que bem se procedeo na apprehensão dos generos encontrados no armazem de Francisco José de Abreu, e que da mesma fórma se deverá proceder em todos os casos semelhantes, quando se recolherem generos e mercadorias sujeitos a direitos geraes, em armazens, que não estejam competentemente alfandegados para o recebimento delles, ou não obtenhão licença, e autorisação para isso em algum caso particular de urgencia, em que fiquem sujeitos á inspecção d'Alfandega, ou Consulado, nos termos dos respectivos Regulamentos; pois que aliás inutil seria o alfandegamento, impossivel a fiscalisação, e irremediavel o extravio.

Thesouro Publico Nacional em 14 de Janeiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

---

N.º 5. — Em 15 de Janeiro de 1846. — *Determina que os Feitores dos Consulados fação visitas semanais aos Trapiches, para o exame das Caixas de assucar.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, approva a deliberação do Sr. Inspector da Thesouraria

da Provincia da Bahia, constante do seu Officio de 9 de Dezembro ultimo, sob n.º 62, de fazerem os Feitores do Consulado constantes visitas semanaes aos Trapiches, para examinarem as caixas de assucar nelles existentes, considerando-se desembaraçadas as que não forem apartadas dentro dos sete dias de sua entrada, não podendo ser mais baldeadas, salvo havendo denuncia, garantindo o denunciante o pagamento da despeza que se fizer, quando se não encontrar a falsificação; por ser de accordo com a letra e espirito das disposições do Artigo 200 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, da Ordem de 28 de Agosto de 1839, e da de 31 de Março de 1840, segundo as quaes he prefixo o tempo, em que se devem fazer as averiguações sobre as caixas de assucar.

Thesouro Publico Nacional em 15 de Janeiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

---

N.º 6. — Em 15 de Janeiro de 1846. — *Os depositos judiciaes de moeda, joias, &c., só devem ser feitos nos cofres de Deposito Publico.*

Illm. e Exm. Sr. — Sendo manifestamente abusiva e illegal, a pratica de se fazerem depositos judiciaes de moeda, joias de ouro, prata, diamantes, e titulos de dividas, fóra dos cofres do Deposito Publico no Thesouro; cumpre-me requisitar de V. Ex. que se advirta a todos os Juizes do Civel, e do Crime, que não devem admittir taes depositos, que não sejam feitos no Thesouro Publico Nacional, sob pena de responsabilidade; ordenando-se-lhes a remoção de

todos os que estiverem feitos de outra maneira, contra as disposições das Leis, em prejuizo da segurança das partes, e dos interesses da Fazenda Nacional.

Deos Guarde a V. Ex. Paço em 15 de Janeiro de 1846. — Manoel Alves Branco. — Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça.

---

N.º 7. — Em 15 de Janeiro de 1846. — *Declara a incompetencia dos Presidentes das Provincias para tomarem conhecimento das multas, impostas pelos Inspectores das Alfandegas, nos casos do Regulamento, á vista das disposições do Artigo 33 § 4.º e 10.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu Officio de 19 de Novembro ultimo, sob n.º 43, informando sobre o recurso de Domingos Gomes Bello, para a restituição de parte de huma multa, que lhe foi imposta na Alfandega dessa Provincia; que pelo que consta da informação do Inspector da dita Alfandega, e mais papeis juntos ao dito recurso, não só se não deve deferir ao Supplicante, mandando-se-lhe fazer a restituição, que reclama, dessa parte da multa, que na conformidade do Artigo 227 do Regulamento de 22 de Junho de 1836 foi dada ao Feitor da mesma Alfandega; mas até cumpre que elle reponha a outra parte, que pertencera á Fazenda Nacional, e que se lhe restituio em virtude de despacho do Sr. Presidente da Provincia; por quanto,



sendo notoria a incompetencia da Presidencia para tomar conhecimento de multas, impostas pelo Inspector da Alfandega nos casos do Regulamento, á vista das disposições do Artigo 33, § 4.º e 10, nulla e de nenhum effeito he a decisão d'elle, pela qual se ordenou o allivio do multado, da privativa competencia da Thesouraria. O que o mesmo Sr. Inspector fará executar.

Thesouro Publico Nacional em 15 de Janeiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

---

N.º 8. — Em 17 de Janeiro de 1846. — *Como se deve proceder na arrecadação da taxa dos escravos, quando estes tenham obtido em parte a sua liberdade.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Espirito Santo, em resposta ao seu Officio de 15 de Dezembro ultimo, sob n.º 78, que em nenhum caso se deve partir, como se pretende, o imposto sobre os escravos, ainda que já tenham em parte obtido liberdade, em quanto estiverem em effectivo serviço de seus senhores, ou de quaesquer usufructuarios; devendo ser isentos de todo o imposto, quando, tendo elles obtido em parte a sua liberdade, e estando ainda obrigados a dar qualquer somma para obterem a outra parte, se acharem inteiramente sobre sí, vivendo e trabalhando por sua conta, sem mais onus que o do pagamento da dita somma.

Thesouro Publico Nacional em 17 de Janeiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

N.º 9. — Em 17 de Janeiro de 1846. — *Os Procuradores dos Feitos não tem direito a haver porcentagem de quantias entradas, ainda por diligencia sua, quando essas quantias sejam provenientes de pagamentos indevidamente feitos ás partes, que os devão indemnisar á Fazenda.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia a representação do respectivo Procurador Fiscal, que acompanhou o seu Officio de 23 de Outubro ultimo, sob n.º 17, a respeito das porcentagens, que lhe competem como Procurador dos Feitos da Fazenda, de quantias recolhidas aos Cofres por diligencia e intervenção sua, embora outros por qualquer impedimento exercitem o seu emprego na occasião de realizar-se a entrada nos Cofres; e á opposição que como tal fizera ao pagamento de huma quantia proveniente de meios direitos de polvora, pedidos pelos arrematantes dos meios direitos d'Alfandega, do que resultou cobrar-se por acção judicial promovida por elle, o que tinham indevidamente arrecadado os mesmos arrematantes; e em resposta declara ao mesmo Sr. Inspector, que opportunamente resolverá quanto á primeira parte, e que, quanto á segunda, direito não tem elle, ou qualquer outro que suas vezes fizesse, para exigir e haver porcentagens; pois que aconteceu que a Fazenda Nacional indevidamente deo huma grande quantia, que se lhe pedio, e a que mal se entendeu ser ella obrigada. O Procurador Fiscal, e dos Feitos da Fazenda, pelos meios legais, procurou remover este grave prejuizo, e conseguiu fazer entrar no Cofre Nacional o que

delle assim indevidamente tinha sahido , demonstrando que á referida quantia nenhum direito tinha a parte que a houvera.

E em taes circumstancias tendo o Fiscal feito o que he sempre do seu primeiro dever , o de sustentar o direito da Fazenda Nacional , e de defendel-a de quaesquer injustas , e infundadas pertenças , para o que , e pelo que , tem a honra do cargo , e o proveito do respectivo ordenado ; e não tendo promovido alguma arrecadação , e cobrança de que especialmente trata o Artigo 16 § 3.º da Lei de 29 de Novembro de 1841 , isto he , a da divida publica activa , nenhuma porcentagem lhe he devida ; bem como a não haveria no mesmo caso , se a sua opposição , e defesa , tivesse lugar á pretensão da quantia indevida antes que a entrega della se tivesse effectuado : e por isso cumpre que se reponha á Fazenda Nacional a porcentagem , que alguém tenha recebido. O que o mesmo Sr. Inspector fará executar.

Thesouro Publico Nacional em 17 de Janeiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

N.º 10. — Em 28 de Janeiro de 1846. — *Determina o que se deve praticar nas substituições dos Empregados das Thesourarias.*

Manoel Alves Branco , Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional , responde ao Officio n.º 92 do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes de 30 de Dezembro ultimo , que se devem executar restrictamente as disposições do Artigo 66 da Lei de 4 de Outubro de 1834 , e da Ordem de 16 de Agosto de

1841 a respeito das substituições; pois que o disposto no Artigo 97 da referida Lei, além de não ser litteralmente applicável ás substituições, seria causa de muitos inconvenientes se a respeito dellas se praticasse, ajuizando-se continuada e diversamente da capacidade dos Empregados, e dando motivo a queixas, e discordias.

Thesouro Publico Nacional em 28 de Janeiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

---

N.º 11. — Em 28 de Janeiro de 1846. — *A excepção do que for relativo á correspondencia das Thesourarias das Provincias com o Tribunal do Thesouro, todos os Chefes das Repartições, e quaesquer Autoridades constituidas, poderão dirigir immediatamente ao Ministerio da Fazenda os seus Officios.*

Illm. e Exm. Sr. — Respondo ao Officio n.º 147 de V. Ex. de 11 de Dezembro ultimo, que fóra do caso do Artigo 85 da Lei de 4 de Outubro de 1831; isto he, á excepção do que for relativo á correspondencia das Thesourarias das Provincias com o Tribunal do Thesouro, todos os Chefes de Repartições, e quaesquer Autoridades constituidas poderão dirigir immediatamente ao Ministerio da Fazenda seus Officios sobre objectos de suas respectivas attribuições, e incumbencias, sobre que precisem providencias, ou declarações para melhor desempenho de seus deveres, ou mais interesse da administração da Fazenda Nacional; pois que, não havendo expressa disposição de Lei, que lhes obste, he mais conveniente que assim se pratique; advertindo que nos Regulamentos das

duas principaes Repartições Fiscaes, Alfandegas e Consulados, se não estabeleceo a necessidade da correspondencia por intermedio dos Presidentes.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1846. — Manoel Alves Branco. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

---

**COLLECÇÕES DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.**

1846.

TOMO 9.º CADERNO 2.º

---

N.º 12. — FAZENDA. — Em 5 de Fevereiro de 1846. — *Declarando o juro que devem vencer os dinheiros dos Cofres de Orphãos, entrados nas Thesourarias antes do Decreto n.º 231 de 13 de Novembro de 1844.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em solução á duvida que, em Officio n.º 150 de 17 de Dezembro ultimo, expoz o Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina, — se os dinheiros de Orphãos entrados por emprestimo nos Cofres da Fazenda, em epocas anteriores ao Decreto n.º 231 de 13 de Novembro de 1844, vencem, ou não vencem juros; — e conciliando os differentes pareceres do dito Sr. Presidente, do Sr. Inspector da respectiva Thesouraria, e do Fiscal della; declara que o dinheiro do Cofre dos Orphãos, que ao tempo da publicação do citado Decreto de 13 de Novembro de 1844, já se achava nos Cofres do Thesouro, ou das Thesourarias, e antigas Juntas de Fazenda, entrados por emprestimo em virtude de Leis, ou Ordens, devem vencer juros na fôrma do mesmo Decreto desde a data delle, ainda que a sua entrada não fosse feita com declaração de qualquer vencimento a este titulo. Por esta occasião autorisa o dito Sr. Inspector para dispen-

der a quantia de 672\$594, á medida que forem sendo requisitadas as respectivas parcelas pelo Juiz competente, resto da de 1.617\$428 entrada do Cofre dos Orphãos da Villa da Laguna, para os da extincta Junta de Fazenda da mesma Provincia em 3 de Dezembro de 1819.

Thesouro Publico Nacional em 5 de Fevereiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

N.º 13. — Em 5 de Fevereiro de 1846. — *As Companhias equestres só pagão pelos cavallos, que trazem e tornão a levar, os direitos de reexportação.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Maranhão de 27 de Dezembro do anno passado, n.º 117, sobre os direitos que devem ser cobrados da Companhia equestre, pelos cavallos que trouxe de New York para dar representações theatraes na Provincia; que supposto em caso semelhante já hum a igual Companhia pagasse os direitos de consumo na Alfandega de Pernambuco, com tudo, justo he que a Companhia de que ora se trata, não pague pelos cavallos que trouxe para os seus espectaculos, e que os levou comsigo, mais que os direitos de reexportação e expediente.

Thesouro Publico Nacional em 5 de Fevereiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

N.º 14. — JUSTIÇA. — Aviso de 10 de Fevereiro de 1846. — *Ao Chefe de Policia da Córte, declarando que os Delegados só podem demittir os Inspectores de Quarteirão, sob proposta dos Subdelegados.*

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios da Justiça, em 10 de Fevereiro de 1846. — Em solução á duvida por V. S. apresentada, em Officio de 28 de Janeiro ultimo, sobre poder ou não o 2.º Delegado do Municipio da Córte demittir algum Inspector de Quarteirão, na hypothese de ser necessaria a sua demissão, sem que esta lhe seja proposta pelo respectivo Subdelegado; tenho de responder-lhe que o Governo Imperial entende que os Delegados não tem a attribuição de demittir os Inspectores de Quarteirão, huma vez que a demissão não seja proposta pelos Subdelegados: 1.º, porque a attribuição de nomear não importa necessariamente a de demittir, e esta não se acha designada expressamente entre as attribuições que a Lei de 3 de Dezembro conferio aos Delegados: 2.º, porque a attribuição de nomear os Inspectores, conferida aos Delegados, pelo Art. 9.º da Lei de 3 de Dezembro de 1841, depende da condição da proposta feita pelos Subdelegados; e, segundo o principio de Direito « que as cousas se desfazem pelo mesmo modo por que se fazem, » cumpre que esta mesma condição se observe, no caso de demissão; e 3.º porque o mesmo Art. 9.º da Lei estabelece que os Inspectores sirvão perante os Subdelegados, por isso seria incompativel com os principios de ordem e regularidade, privar os Subdelegados de empregados contra os quaes, depois de sua nomeação, nenhum motivo tiverem de falta de confiança.



Deos Guarde a V. S. — Antonio Paulino Limpo de Abreo. — Sr Luiz Fortunato de Brito Abreo Sousa e Menezes.

---

N.º 15. — FAZENDA. — Em 12 de Fevereiro de 1846. — *Os Manifestos da carga tomada nos portos do Imperio para os estrangeiros, devem ser devolvidos aos Mestres das embarcações, nos Portos onde forem completar os seus carregamentos.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, vindo no conhecimento pelo que expoz o Sr. Presidente da Provincia da Parahyba em Officio de 29 de Outubro do anno passado, n.º 92, e pelos documentos que o acompanharão, que a Alfandega da dita Provincia conserva em si o Manifesto dos navios que vão ahi completar o seu carregamento, e que são remettidos officialmente pela Alfandega da Provincia onde principiárão elles a carregar; declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da mencionada Provincia, para que expeça a este respeito as precisas ordens, que he errada, e sem fundamento semelhante pratica, não obstante as razões do Inspector da respectiva Alfandega; por quanto os Manifestos de que trata o Art. 33 § 6.º do Regulamento, são os da carga que vem de portos estrangeiros com destino aos do Imperio, e não dos da carga tomada neste com destino áquelles, os quaes a devem acompanhar e ser entregues ao Commandante em cada porto onde a tomar, por ser o documento com que elle ha de provar essas circumstancias, na volta ao seu destino.

Thesouro Publico Nacional em 12 de Fevereiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

---

N.º 16. — Em 20 de Fevereiro de 1846. — *Os Officiaes de Justiça que não tem vencimentos dos Cofres publicos, não estão comprehendidos na litteral disposição do Art. 23 da Lei de 21 de Outubro de 1843, nem nos do Regulamento de 20 de Abril de 1844.*

O Sr. Administrador da Recebedoria, em solução ao que representou em 21 de Janeiro ultimo, fique na intelligencia de que os Officiaes de Justiça que não tem vencimentos dos Cofres publicos, e só cobrão pelos actos de seus officios salarios das partes, não estão comprehendidos na litteral disposição do Art. 23 da Lei de 21 de Outubro de 1843, nem nas do Regulamento de 20 de Abril de 1844, que aliás em contrario, pelo que he expresso no Art. 5.º, só reputa sujeitas ao imposto, com attenção aos emolumentos, os Officiaes de Justiça que tiverem ordenado pago pelos Cofres Geraes.

Rio em 20 de Fevereiro de 1846. — Manoel Alves Branco

---

N.º 17. — Em 21 de Fevereiro de 1846. — *As casas de jogo licito, que annualmente tirão licença das Camaras, devem annualmente pagar o sello.*

O Sr. Administrador da Recebedoria, em solução ao seu Officio de 3 do corrente, fique

na intelligencia de que as casas de jogo licito, que precisão de licença annual da Camara Municipal, devem pagar annualmente a taxa do sello estabelecida no Art. 32 do Regulamento de 26 de Abril de 1844; não fazendo duvida dizer-se ahi, que o sello se deverá pagar da licença para abrir a casa, porque não fazendo a Lei de 21 de Outubro de 1843 no Art. 12 § 2.º, essa declaração, e devendo o Regulamento entender-se na conformidade della, cumpre referir a sua disposição á licença annual, que bem se póde dizer de abrir a casa, pois que á falta della se deverá fechar.

Rio em 21 de Fevereiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

N.º 18. — Em 24 de Fevereiro de 1846. — *Das embarcações compradas para o serviço do Estado não se paga o imposto estabelecido.*

O Sr. Administrador do Consulado fique na intelligencia de que, pela compra de embarcações para o serviço do Estado não se deve pagar o imposto estabelecido: o que se lhe participa em consequencia do Aviso do Ministerio da Marinha de 6 do corrente, a respeito da arrematação do Brigue — Gigante — para o serviço d' Armada.

Rio em 24 de Fevereiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

N.º 19. — Em 28 de Fevereiro de 1846. — *Determinando como se deve proceder com os Empregados de Repartições extinctas, em quanto addidos a outras Repartições.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, para mandar proceder á liquidação do que se deve a Vicente Tassara de Padua, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, que informe quaes são os seus vencimentos, tanto como Empregado de Repartição extincta, como aposentado, e o tempo a que respeitam os vencimentos, devolvendo ao mesmo tempo o requerimento do Supplicante que ora se lhe remette. Por esta occasião communica ao dito Sr. Inspector, em resposta ao seu Officio n.º 7 de 19 de Janeiro ultimo, que os Empregados de Repartições extinctas, em quanto, em execução da Lei, se achão addidos a quaesquer outras Repartições para serem empregados como convier, até que se lhes dê novo emprego, ou aposentadoria, se devem considerar ahí como effectivos, e sujeitos a todas as disposições legaes que a esses são relativas; e que por tanto deve proceder o desconto nos vencimentos do Supplicante.

Thesouro Publico Nacional em 28 de Fevereiro de 1846. — Manoel Alves Branco.

**PÁGINA ORIGINAL  
EM BRANCO**

---

COLLECÇÕES DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.

1846.

TOMO 9.º CADERNO 3.º

---

N.º 20. — FAZENDA. — Em 4 de Março de 1846.

*Como se deve proceder quando hum armazem collectado passar, no mesmo anno, a diverso possuidor, &c.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, tendo á vista o Officio do Sr. Inspector da Thsouraria da Provincia do Rio Grande do Norte de 23 de Dezembro do anno passado, n.º 47, em que propõe a seguinte duvida: se huma vez collectado hum armazem, para pagamento do imposto annual a que está sujeito na conformidade do Art. 2.º do Regulamento n.º 361 de 15 de Junho de 1844, o deve ser 2.ª, 3.ª e 4.ª no mesmo anno, á proporção que for sendo occupado por differentes individuos, ou seja por successão, e substituindo-se huns aos outros, ou accumulando-se com negocio no mesmo armazem; responde: 1.º, que sendo os armazens ou casas occupadas por mercadores volantes, vendendo nelles generos ou mercadorias de qualquer origem e natureza, deve o imposto annual respectivo ser pago pelos ditos mercadores, e se no decurso do anno taes armazens ou casas forem occupadas por novos individuos, por successão, compra, cessão ou transferencia, por qualquer titulo, ficão estes obrigados ao pagamento do dito

imposto se estiver em divida: 2.º, se porêm os referidos mercadores deixarem de occupar no decurso do anno do lançamento, os armazens ou casas, por cessação de negocio ou mudança de predio, ainda que tenham pago os impostos devidos do anno, os individuos que nelles forem estabelecer qualquer commercio, ou tiverem generos expostos á venda, &c., ficão por taes armazens ou casas sujeitos ao novo lançamento para o pagamento do imposto respectivo, do mesmo modo que se pratica com aquelles, que em qualquer dia do anno se estabelecem em armazens ou casas que nunca forão collectados: 3.º, que quando hum armazem ou casa for ao mesmo tempo occupado por dous ou mais commissarios ou mercadores, fazendo cada hum por sua conta a venda dos seus generos ou mercadorias, com escripturação separada, não por meio de companhia, deverá cada hum pagar o imposto respectivo segundo a extensão do lugar occupado pelo negocio, nos termos do Regulamento. E assim cumprirá.

Thesouro Publico Nacional em 4 de Março de 1846. — Manoel Alves Branco.

---

N.º 24. — Em 4 de Março de 1846. — *Sobre o Sello que devem pagar as apostillas, que se lanção nas Patentes dos Officiaes militares.*

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 12 de Fevereiro, cumpre-me dizer a V. Ex., que se devem haver por simplesmente declarativas para não serem sujeitas ao sello, as apostillas que são lançadas nas Patentes dos Offi-

ciaes militares, que passam de humas para outras classes, em virtude, e por execução de disposições Legislativas, que dizem respeito ao Quadro do Exercito; advertindo porém, que esta isenção se não estende a outras quaesquer apostillas, em que as passagens se concedão a outro titulo.

Deos Guarde a V. Ex. Paço em 4 de Março de 1846.—Manoel Alves Branco.—Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra.

---

N.º 22.— Em 7 de Março de 1846.— *Sobre o pagamento de ordenados a Empregados pronunciados, e presos.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Ceará de 29 de Janeiro deste anno, n.º 11, pelo qual pede ser esclarecido na seguinte duvida: se o Empregado publico, pronunciado e preso por crime que não for de responsabilidade, tem direito á percepção do ordenado durante o tempo da prisão, em quanto não for sentenciado, e no caso de não se lhe dever pagar o ordenado durante o dito tempo, tem o mesmo Empregado, sendo absolvido pelo Jury, direito de receber o ordenado que se lhe não tiver pago, em quanto pronunciado e preso; declara que conforme as decisões do Tribunal, em casos semelhantes, não podem vencer ordenado os Empregados de Fazenda do tempo, em que por estarem presos em consequencia de crime, que não he de responsabilidade, deixão de ter a frequencia exigida



pelo Artigo 108 da Lei de 4 de Outubro de 1831, que só admite a excepção de legitimo impedimento de molestia, ou de licença, ou de suspensão por pronuncia em delicto de responsabilidade.

Thesouro Publico Nacional em 7 de Março de 1846. — Manoel Alves Branco.

---

N.º 23. — Em 9 de Março de 1846. — *Sobre a multa que se deve impor pela apprehensão de huma embarcação com mercadorias; sobre os escravos achados na embarcação; e a respeito da divisão do producto da arrematação, &c.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo á vista o Officio por que V. Ex. em data de 30 de Janeiro deste anno, tratando da apprehensão do Brigue Escuna Nacional — Fere-fogo — feita pelo Brigue de Guerra — Nicterohy — me propõe as seguintes questões: 1.º, se a multa de 50 por cento, de que trata o Artigo 177 do Codigo Penal, deve ser imposta em attenção ao valor do Navio apprehendido e de todas as mercadorias nelle existentes, ou somente em relação ao valor daquellas que forão transferidas para a canoa, na occasião da apprehensão desta, e do navio: 2.º, se trazendo o contrabando comsigo a perda da canoa, conforme o Artigo 292 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, esta perda he extensiva aos pretos della, que são escravos do mesmo dono da canoa: 3.º, se o producto da arrematação, deduzidos os direitos competentes, deve pertencer somente ao Commandante do Brigue Escuna de Guerra, e sua tripolação, na

fôrma do Artigo 295 do citado Regulamento, ou se nisto tambem tem parte o Commandante da Estação Naval, attento o Regimento das presas de 7 de Dezembro de 1796; respondo a V. Ex.: 1.º, que a pena da multa igual á metade do valor dos generos, e mercadorias extraviasdas aos direitos, decretada pelo Artigo 177 do Codigo Criminal, no caso de que se trata, só deverá ser imposta em relação aos generos, e mercadorias effectivamente apprehendidas, porque somente ellas forão real e formalmente comprehendidas em contrabando, e ficarão por isso sujeitas á pena da Lei: 2.º, que a perda da canoa, em virtude da disposição do Artigo 292 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, não comprehende os pretos da tripolação, ainda que escravos do mesmo dono; pois que a perda hé só decretada no dito Artigo contra a embarcação, de que não fazem parte integrante os escravos empregados nella; e nada se determina que extensivo seja á tripolação, formada de escravos, ou livres: 3.º, que o producto da arrematação deve ser repartido na conformidade das expressas disposições do Artigo 295 do Regulamento das Alfandegas, proprias e privativas para o caso; sem attenção ao que determina o Regimento de 7 de Dezembro de 1796, no differente caso de presas feitas em tempo de guerra a favor do Commandante da Estação Naval, que neste será excluido com tanta razão, como são os Inspectores das Alfandegas, e Administradores do Consulado, nos casos de apprehensões feitas pelos Empregados das respectivas Repartições, seus subordinados, sem a sua effectiva, e immediata intervenção.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janciro em 9 de Março de 1846. — Manoel Al-

ves Branco. — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

---

N.º 24. — Em 10 de Março de 1846. — *Sobre os depositos judiciaes que devem somente ser feitos nos Cofres Publicos, e os de multas que são feitos no da Camara Municipal.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio da Illm. Camara Municipal de 20 de Fevereiro, que a Provisão de 15 de Janeiro a respeito dos depositos deve subsistir, e ter o seu devido cumprimento, visto que as disposições do Artigo 105 do Codigo do Processo Criminal, e do Art. 303 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842 não forão por elles alterados, porque são excepçionaes e para caso especial, e não são extensivos a outros quaesquer casos a respeito de que, não sendo expressos, se não podem considerar em alteração da regra legal estabelecida, de que todos os depositos judiciaes de dinheiro, ouro, prata e diamantes, sejam feitos no Deposito Publico, e paguem ali o premio, cujo producto he applicado á dotação da Caixa d'Amortisação pela Lei de 8 de Junho de 1831, e será aliás desviada de tão util fim.

A declaração que faz o Artigo 56 do Codigo Criminal, de deverem as multas recolher-se aos cofres das Camaras, e que se deve, e só se póde entender das multas effectivas, e irrevogaveis por força de sentenças passadas em julgados, também não he prejudicada pela dita ordem, somente relativa ás multas no caso do Artigo 458 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842,

multas, que ainda litigiosas, e na possibilidade de revogação pela pendencia do recurso da appellação, não podem effectivamente recolher-se aos cofres das Camaras, como as de que trata o dito Artigo 56 do Codigo Criminal; nem pôde por conseguinte obstar á procedencia da mesma ordem. O que determinão as Posturas da Camara nos §§ 15, 17 e 31 do Título 6.º, e § 1.º do Título 8.º da Secção 2.ª, a respeito de depositos de cauções pecuniarias, para não ter applicação alguma ao caso de que se trata, he bastante advertir serem taes depositos de objecto meramente administrativo, sem relação alguma com o judiciario.

Thesouro Publico Nacional em 10 de Março de 1846.—Manoel Alves Branco.

---

N.º 25. — Em 11 de Março 1846. — *O que devem pagar os Titulos de supplemento de idade, e de emancipação.*

O Sr. Administrador da Recebedoria do Municipio, em solução ao que representou em 20 de Fevereiro, fique na intelligencia de que os Titulos de supplemento de idade e emancipação, devem sómente pagar a taxa estabelecida no Artigo 31 do Regulamento de 26 de Abril de 1844, seja qual for a formula e maneira por que taes Titulos se expeção, ainda que com sentença se pareça.

Rio em 11 de Março de 1846. — Manoel Alves Branco.

N.º 26. — Em 11 de Março de 1846. — *Sobre o modo por que devem ser passados os Titulos de supplemento de idade, e de emancipação.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo sido irregular a maneira por que nos diversos Juizos se tem passado os Titulos de supplemento de idade, e de emancipação, que d'antes, pelo extincto Tribunal do Desembargo do Paço, erão expedidos por Cartas ou Provisões, e para evitar as duvidas que tem occorrido na exigencia do pagamento do Sello, não só do marcado no Artigo 31 do Regulamento de 26 de Abril de 1844, mas tambem do de 160 réis por folha, quando taes Titulos se dão por Sentenças; rogo a V. Ex. haja de tomar em consideração este objecto, a fim de se estabelecer em todos os Juizos a pratica de se expedirem por Cartas ou Provisões, iguaes ás que se passavão nos Tribunaes extinctos pela Lei de 22 de Setembro de 1828, os actos de que por essa Lei forão encarregados.

Deos Guarde a V. Ex. Paço em 11 de Março de 1846. — Manoel Alves Branco. — Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça.

---

N.º 27. — Em 12 de Março de 1846. — *Regulamento para fazer effectivo o privilegio de impressão das Leis.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, para fazer effectivo o privilegio da impressão das Leis, Decretos e outros Actos Governativos, na conformidade da disposição do Art. 35 da Lei de

18 de Setembro de 1845, ordena que se observe o seguinte :

Art. 1.º Em virtude da disposição do Art. 35 da Lei de 18 de Setembro de 1845, n.º 369, fica declarada de propriedade Nacional, e de privilegio exclusivo da Typographia Nacional, a impressão das Leis, Decretos e outros Actos Governativos Geraes.

Art. 2.º Todos os Actos do Poder Legislativo Geral, e os do Governo Geral, incluídos os que se expedem em consequencia de Resoluções de Consultas do Conselho d'Estado, e todas as Decisões do mesmo Governo, que estabelecerem regra e norma constante de proceder em materia de Publica Administração, expedidas por Portarias, Avisos e Ordens, e as Provisões dos Tribunaes, expedidas em virtude de Resoluções de Consultas, serão privativa e exclusivamente impressos na Typographia Nacional, pelo modo estabelecido nos Regulamentos do 1.º de Janeiro e 24 de Fevereiro de 1838.

Art. 3.º Tambem se fará na mesma Typographia privativa e exclusivamente, a impressão de cada hum dos ditos Actos e Decisões em separado, mas no mesmo formato daquelles de que se hão de formar as Collecções na conformidade dos ditos Regulamentos.

Art. 4.º A venda destes Actos e Decisões, assim em volumes como avulsos, só poderá ser feita na Côrte na Typographia Nacional, e nas Capitães das Provincias em qualquer das Repartições Fiscaes, que designarem os Inspectores das Thesourarias, com approvação dos Presidentes.

Art. 5.º O preço dos Actos e Decisões impressas será fixado pelo minimo possível no principio de cada anno, em relação ás paginas

que contiverem, pelo Administrador da Typographia Nacional, com approvação do Thesouro Publico Nacional; sendo o preço dos que se houverem de vender nas Provincias, augmentado sómente quanto baste para cobrir a despesa do transporte.

Art. 6.º Fica por tanto prohibida a impressão e venda dos Actos Legislativos e Decretos do Governo em quaesquer outras Typographias, e casas não autorisadas na fôrma do Art. 4.º; e bem assim a importação dos que forem impressos fóra do Imperio.

Art. 7.º Os que imprimirem os referidos Actos e Decisões em qualquer parte do Imperio, ou nelle venderem os que forem impressos em qualquer Typographia particular, nacional ou estrangeira, incorrerão na pena de confisco para a Fazenda Nacional dos volumes e exemplares que lhes forem apprehendidos, e de multa igual ao valor delles. Os volumes e exemplares apprehendidos serão consumidos, para que delles se não possa fazer uso, ainda que exactos e correctos sejam.

Art. 8.º Não he comprehendida na prohibição do Art. 6.º a impressão dos Actos Legislativos e Governativos que se fizer nos periodicos, (publicados na Côrte e nas Capitaes das Provincias em qualquer Typographia) que o Governo ou os Presidentes autorisarem e caracterisarem por Officiaes.

Art. 9.º Tambem se não comprehende na dita prohibição a impressão que de algum dos ditos Actos ou parte delles se fizer incidentalmente, ou em resumo, em qualquer obra ou escripto juridico, scientifico ou historico, manifesto, reclamação, requerimento, edital, estatuto, ou outro semelhante que se publicar pela imprensa.

Rio de Janeiro em 12 de Março de 1846. —  
Manoel Alves Branco.

---

N.º 28. — Em 16 de Março de 1846. — *Sobre as licenças que os Presidentes de Província concedem aos Empregados, e como as devem cumprir as Thesourarias.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Província do Rio Grande do Norte de 20 de Janeiro deste anno, n.º 6: 1.º, que não se pôde contestar ao Presidente da Província a attribuição, que lhe compete, de conceder licença aos Empregados, por motivo justo, sem que se entenda por tal somente o de molestia, visto que essa limitação se lhe não acha posta pela Lei; advertindo porém que a concessão dellas, em quanto ao tempo, se deve regular pela expressa disposição do § 14 do Artigo 5.º da Lei de 3 de Outubro de 1834, para não excederem o prazo de tres mezes, e quanto ao vencimento, pelo que dispoz a Lei de 24 de Outubro de 1832, Artigo 93, para se não darem com mais de metade do ordenado, quando não forem concedidas por motivo de molestia, o que está de accordo com o que ultimamente se ordenou no Decreto de 15 de Novembro de 1842: 2.º, que isto posto, fica claro ter o Presidente concedido a licença ao primeiro Escriptuario João Manoel de Carvalho, em uso legal de huma sua attribuição, em quanto ao tempo; e que ao Sr. Inspector, a quem competia mui legítima, e regularmente duvidar, e pedir declaração ao



Presidente a respeito do vencimento, que se concedeo por inteiro, contra a disposição da Lei, obrou aliás irregular, e imprudentemente, quando obstou ao cumprimento da licença concedida ao referido Escriptuario, fazendo-o voltar ao exercicio de seu emprego antes que ella findasse, não obstante a Ordem de 24 de Setembro de 1845, que melhor deveria entender para executar nos casos em que tem lugar: 3.º que o Sr. Inspector fique advertido, de que não he da sua competencia conhecer da procedencia dos motivos, por que o Presidente concede as licenças, em virtude de huma sua attribuição legal, devendo somente representar quando ellas excederem o prazo de tres mezes, ou forem concedidas com mais de metade do ordenado não sendo por motivo de molestia. Cumpre pois que, ao licenciado de que se trata, se abone somente metade do ordenado do tempo em que gozou da licença.

Thesouro Publico Nacional em 16 de Março de 1846. — Manoel Alves Branco.

---

N.º 29. — Em 20 de Março de 1846. — *Os Presidentes de Provincia não tem direito de reprehender os Inspectores das Thesourarias.*

Ilm. e Exm. Sr. — Respondo ao Officio de V. Ex. de 31 de Janeiro deste anno, n.º 84, declarando que commetteo V. Ex. excesso, e abuso de autoridade, na reprehensão que dirigio por Officio de 7 de Janeiro ao Inspector da Thesouraria. Nem a Lei de 4 de Outubro de 1831, nem a de 3 de Outubro de 1834 dá para tanto attribuições a V. Ex., que a ter-se o Ins-

pector portado no exercicio de seu emprego com a omissão, e negligencia de que o argue, deveria não o ter relevado por tantas vezes, e sim suspenso, e promovido a sua responsabilidade; cumprindo deste modo as disposições da Lei, que não foi satisfeita com a reprehensão e ameaça, que se vê do sobredito Officio.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Março de 1846. — Manoel Alves Branco. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

---

N.º 30. — Em 31 de Março de 1846. — *Os creditos especiaes tem vigor até que produzão o seu effeito, ou sejam derogados por Lei.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio n.º 49 do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes de 13 de Fevereiro ultimo, que todos os creditos especiaes tem vigor até que produzão o seu effeito, ou sejam derogados por Lei; por isso no corrente exercicio se devem fazer pagamentos por conta do Credito de 18 de Outubro de 1843, concedido para exercicios findos, e tem de continuar nos exercicios futuros, até a epoca da prescripção das dividas no mesmo Credito incluidas; e he segundo esta intelligencia que são executadas as requisições de pagamento, que por conta do dito Credito no corrente exercicio são dirigidas ao Thesouro pelos differentes Ministerios.

Thesouro Publico Nacional em 31 de Março de 1846. — Manoel Alves Branco.

N.º 34. — Em 31 de Março de 1846. — *O dinheiro dos Orphãos póde ser empregado em Apolices dos Fundos publicos.*

Fique Vm. na intelligencia de que póde autorisar a D. Maria Dulce de Oliveira Moncorvo, mãe e tutora do menor José Augusto de Oliveira Moncorvo, para transferir para propriedade deste as 6 Apolices de Fundos publicos, que ella comprara; visto não haver expressa disposição de Lei em contrario, e ser antes conforme a intenção do Legislador, e espirito de todas as Leis que regulão a administração dos bens dos Orphãos, o dar-se ao dinheiro delles hum destino seguro, e rendoso, qual he sem duvida, em comparação de quaesquer outros, o emprego nas Apolices da Divida publica; sendo certo que a Lei só teve em vista evitar, que o dinheiro dos Orphãos ou esteja parado, e improductivo no cofre, ou seja menos seguro e vantajosamente dado por emprestimo a particulares; cumprindo com tudo advertir, que isto só assim se deve entender nos casos em que o dinheiro de hum só Orphão for sufficiente para tal emprego, e não para se comprar huma ou mais Apolices, com quantias pertencentes a diversos menores.

Deos Guarde a Vm. Paço em 31 de Março de 1846. — Manoel Alves Branco. — Sr. Juiz de Orphãos da Córte.

N.º 32. — Em 31 de Março de 1846. — *Do rendimento do imposto do gado, deduz-se 5 e hum quarto por cento para se repartir pelos Vigias.*

O Sr. Administrador da Recebedoria do Município fique na intelligencia de que, do rendimento do Imposto do gado, deve deduzir-se mais hum quarto de 1 por cento, além dos 5 por cento ordenados na Portaria de 5 de Agosto de 1841, para ser dividido pelos respectivos Vigias.

Rio em 31 de Março de 1846. — Manoel Alves Branco.

**PÁGINA ORIGINAL  
EM BRANCO**

---

**COLLECÇÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.**

1846.

TOMO 9.º CADERNO 4.º

---

**N.º 33. — FAZENDA. — Em 11 de Abril de 1846.**

*A respeito de dividas que prescrevem nos termos do Artigo 210 do Regimento da Fazenda ; sobre o modo de entrar nos Cofres o dinheiro dos devedores executados ; e sobre os livros em que se faz carga aos Procuradores Fiscaes das contas de devedores , que se mandão executar.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em vista do relatorio do Procurador Fiscal da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, que acompanhou o Officio do respectivo Sr. Inspector de 8 de Janeiro deste anno, sob n.º 1, e advertindo que no quadro da divida activa estão figurando como existentes muitas dividas, que se achão prescriptas nos termos do Capitulo 210 do Regimento da Fazenda ; ordena que o mesmo Sr. Inspector envie huma relação circunstanciada, sobre informação do dito Fiscal, de todas as que com effeito se acharem no caso do dito Capitulo, para se declarar a sua prescrição, e se averbarem como prescriptas, para mais se não relacionarem.

Quanto ás providencias, que propõe o dito Fiscal a respeito da arrecadação dos bens de defunctos, e ausentes, e bens vagos, com quanto

sejão admissíveis, são com tudo dependentes de actos Legislativos, que poderão ser opportunamente solicitados.

Sobre a declaração, que o mesmo Fiscal pede a respeito do recolhimento ao cofre dos pagamentos feitos pelos devedores da Fazenda Nacional demandados, o que costuma ser feito pelo Solicitador, declara, que sendo irregular, e illegal o estilo de haver qualquer Empregado como intermedio no pagamento que se deve fazer á boca do cofre das quantias havidas dos demandados, ou apuradas em execução, quando os devedores demandados quizerem fazer os pagamentos das suas dividas, elles mesmos as devem levar, ou mandar levar, ao cofre com guia do respectivo Escrivão da causa, e apresentar o conhecimento no Juizo para se ajuntar aos autos, e haver a devida quitação: e quando por virtude de execução se proceder á arrematação dos bens, deverão os arrematantes proceder da mesma forma, fazendo as entradas no cofre, e trazendo os conhecimentos para se juntarem aos autos, e então se lhes passarem os competentes titulos.

Pelo que pertence á duvida do Procurador Fiscal a respeito dos livros, que devem haver para o lançamento da relação dos devedores da Fazenda Nacional, e do recibo do mesmo Fiscal para os executar, e a respeito da maneira de se effectuar a entrega das quantias recebidas; declara que devendo sem duvida haver os dous livros, hum nas Collectorias e Mesas de Rendas na fórmula do Modelo n.º 4, annexo ao Regulamento de 15 de Junho de 1844, outro nas Thesourarias na conformidade da Ordem de 24 de Outubro de 1845, deve o mesmo Procurador Fiscal fazer entrega do que

arrecadar dos devedores na Estação, em que houver dado recibo dos titulos de dividas para se ajuizarem.

Thesouro Publico Nacional em 14 de Abril de 1846. — Manoel Alves Branco.

---

N.º 34. — Em 14 de Abril de 1846. — *Sobre a arrecadação de bens de defunctos, quando haja no lugar conjuges, ou ascendentes, descendentes, &c.*

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em resposta ao seu Officio de 24 de Fevereiro deste anno, n.º 97, que regular, e juridicamente forão interpretadas pelo Procurador Fiscal da Thesouraria dessa Provincia as disposições do Artigo 1.º do Regulamento de 9 de Maio de 1842, e do Artigo 1.º § 1.º do de 27 de Junho de 1845, segundo as quaes, para deixar de ter lugar a arrecadação dos bens do defuncto testado, ou intestado, não basta que existão na terra conjuges, ou ascendentes, ou descendentes; mas he demais preciso, que algum desses seja o herdeiro, ao qual, conforme o direito, pertença ficar em posse, e cabeça de casal; o que se não verifica no caso controverso, em que o avô não he herdeiro do neto, que tem sua mãe viva.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Abril de 1846. — Manoel Alves Branco. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



N.º 35. — Em 14 de Abril de 1846. — *Os Presidentes de Provincias devem pagar o Imposto todas as vezes que forem nomeados.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo presente o Officio que em data de 28 de Fevereiro deste anno, n.º 99, me dirigio V. Ex., participando-me que o Inspector da Thesouraria dessa Provincia deixara de exigir do antecessor de V. Ex., o Brigadeiro Wenceslau de Oliveira Bello, os novos e velhos direitos da sua nomeação de Presidente dessa Provincia, sob pretexto de que, tendo o mesmo Brigadeiro presidido outra Provincia por mais de hum anno, já não estava obrigado ao pagamento dos mencionados direitos, não obstante ter havido interrupção entre as duas nomeações, isto he, não obstante ter elle sido demittido, e depois de algum tempo então nomeado; e perguntando-me se a Thesouraria obrou em regra, e no caso contrario, de quem se deve haver aquelles direitos; respondendo a V. Ex., que o dito Brigadeiro deveria ter pago os novos direitos do emprego de Presidente dessa Provincia, não obstante haver pago os que devera quando Presidente de outra; por isso que em cada nomeação para tal emprego de commissão, e concessão do respectivo ordenado, se dá hum novo motivo para o pagamento; cumpre pois haver os direitos em divida do mesmo Brigadeiro, e na sua falta, do Inspector da Thesouraria, que não promoveo a cobrança.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro 14 de Abril de 1846. — Manoel Alves Branco. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N.º 36. — MARINHA. — Aviso de 30 de Abril de 1846. — *Manda pôr em execução provisoriamente o Regulamento para Praticagem da Barra da Provincia do Rio Grande do Sul.*

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Ha por bem que provisoriamente se execute o Regulamento incluso para a Praticagem do Porto dessa Provincia; o que comunico a V. Ex. para que assim o faça cumprir, expedindo para isso as necessarias ordens.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Abril de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Vice-Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

REGULAMENTO PARA A PRATICAGEM DA BARRA DO RIO  
GRANDE DO SUL, A QUE SE REFERE O  
AVISO DESTA DATA.

TITULO I.

*Do Pessoal da Praticagem.*

Art. 1.º A Praticagem da Barra do Rio Grande do Sul será incumbida a hum Offiçial d'Armada, debaixo da inspecção do Capitão do Porto.

Art. 2.º Haverão, para o serviço da Praticagem, tres primeiros, e tres segundos Praticos. Estes Praticos serão previamente examinados e approvados por dous Peritos na Praticagem, em presença do Capitão do Porto, que lhes dará hum Titulo de nomeação. Seu serviço será distribuido de maneira que se conservem diariamente na Barra tres pelos menos.

Art. 3.º Para a tripolação das Embarca-

ções do serviço da Barra haverão quatro Patrões, trinta primeiros Marinheiros, e oito segundos.

Art. 4.º Haverão no Pharol quatro Pharo-leiros, e na Torre dous vigias, todos sujeitos ao Official encarregado da Praticagem, e para fazer a escripturação hum Escrevente com praça de primeiro Marinheiro.

## TITULO II.

### *Do Material da Praticagem.*

Art. 5.º O material da Praticagem constará do seguinte:

§ 4.º Tres catraias forradas de cobre, cada hum com duas velas, doze remos, hum ancorote e hum virador.

§ 2.º Huma lancha forrada de cobre, propria para soccorro ( capaz de suspender hum ferro de doze quintaes ) com duas velas e doze remos.

§ 3.º Huma baleeira, ou hum bom escaler proprio para romper as correntes d'agua, de oito ou dez remos.

§ 4.º Huma baleeira salva-vidas para occasião de naufragios, com os seus competentes remos.

§ 5.º Seis ferros de seis a doze quintaes, e seis amarras de bitolas correspondentes.

§ 6.º Dous bons oculos, e dous jogos de signaes de filele.

§ 7.º Dous ancorotes, dous viradores, seis velas, quarenta remos, seis mastros e seis vergas para sobresalentes.

## TITULO III.

*Da Receita e Despeza da Praticagem.*

Art. 6.º O pagamento dos soccorros prestados pela Praticagem, quando alguma embarcação estiver em perigo, dentro ou fóra da Barra, ou qualquer navio que chegando á Barra não possa entrar, e precise d'agua, mantimentos, ou alguma outra cousa, ou mesmo por qualquer serviço extraordinario feito pela Praticagem, será regulado segundo os preços marcados por huma Tabella, que para esse fim deverá organizar o Capitão do Porto, conjunctamente com o Official encarregado da Praticagem, a qual interinamente será observada até decisão do Governo a respeito.

Art. 7.º A receita proveniente do pagamento estipulado no Artigo antecedente, bem como a do que se acha estabelecido, intitulado da Tonelagem, será feita na Barra ao Official encarregado da Praticagem, ou a quem suas vezes fizer.

Art. 8.º A despeza, que se houver de fazer com os objectos necessarios para o serviço da Praticagem, será autorisada pela Capitania do Porto, á vista da folha do Official incumbido da Praticagem.

Art. 9.º A escripturação de tudo quanto for relativo á Praticagem, sua receita e despeza, será feita pelo Amanuense encarregado do expediente da Capitania do Porto, com toda a clareza, em livros rubricados pelo Capitão do Porto, e de modo, que possa ser por este inspeccionada, sempre que julgar conveniente. Para este expediente haverá hum livro de receita e despeza, hum dito de assentamento de todo o pessoal, e outro, em que se lance o ma-

terial e mais objectos pertencentes á Praticagem, e todos escripturados na conformidade do modelo junto.

Art. 10. Todo o producto e rendimento qualquer da Praticagem será recolhido em hum cofre, o qual terá duas chaves, huma das quaes estará em poder do Official incumbido da mesma Praticagem, e a outra em mão do Pratico encarregado do material. O sobredito Official terá a seu cargo toda a receita e despesa respectiva.

Art. 11. No fim de cada trimestre serão balanceadas pelo Escrivão as contas, á vista dos competentes documentos, em presença do Capitão do Porto, e com assistencia do Official incumbido da Praticagem: do resultado se lavrará no livro de receita e despesa hum Termo de terem sido examinadas estas contas, declarando-se o saldo que houver, ou em receita, ou em despesa, o qual passará para a conta do novo semestre. Este Termo será assignado pelo Escrivão, Capitão do Porto, e o Official incumbido da Praticagem. Os documentos da despesa examinados serão golpeados no alto, e depois emmassados para se guardarem á cargo do Escrivão; e para salva do referido Official extrahirá o mesmo Escrivão huma copia fiel do mencionado Termo, a qual assignada por elle, e rubricada pelo Capitão do Porto, será entregue ao mesmo Official.

Art. 12. O remanecente que houver no cofre, depois de feitas todas as despesas com o arranjo do material da Praticagem, e com o pagamento do pessoal nella empregado, será destinado ao melhoramento da dita Praticagem, mui principalmente na parte relativa ao

seu material, boiás, salva-vidas, e outros objectos semelhantes. As primeiras embarcações e aprestos necessários para o serviço da Praticagem serão fornecidos pela Repartição da Marinha, como empréstimo, que será indemnizado dos primeiros excedentes da receita que houverem.

Art. 13. O Capitão do Porto enviará, no fim de cada trimestre, á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, hum Balancete de receita e despesa da Praticagem, designando qual a applicação, que mais convém dar-se ao saldo que existir em dinheiro; e no fim do anno remetterá hum Balanço explicativo de todas as transacções que tiverem tido lugar na Praticagem: tanto o Balancete, como o Balanço serão assignados pelo Escrivão, e o Official incumbido da Praticagem, e rubricados pelo Capitão do Porto

#### TITULO IV.

*Do vencimento do Official Encarregado da Praticagem, e dos Empregados n'ella.*

Art. 14. O Official encarregado da Praticagem, além do soldo de sua patente, terá de gratificação cem mil réis mensaes.

Art. 15. Os mais empregados na Praticagem, terão mensalmente as seguintes gratificações:

- § 1.º Os primeiros Praticos — cem mil réis.
- § 2.º Os segundos ditos — cincoenta mil réis.
- § 3.º Os Patrões — trinta e cinco mil réis.
- § 4.º Os primeiros Marinheiros — trinta mil réis
- § 5.º Os segundos ditos — vinte mil réis
- § 6.º Os Vigias da Torre — trinta mil réis.
- § 7.º Os Pharoleiros — quinze mil réis.

*Disposições Geraes.*

Art. 16. O Capitão do Porto he o Fiscal da execução deste Regulamento, e como tal, sempre que julgar conveniente, examinará se o encarregado e empregados da Praticagem cumprem bem suas obrigações; e conhecendo que ha falta de objectos pertencentes á mesma Praticagem, fará responsavel o encarregado delles.

Art. 17. O Official incumbido da Praticagem terá todo o cuidado, para que os empregados della sejam zelosos e activos no desempenho de seus deveres; e poderá punir correccionalmente aos que faltarem a seus deveres com prisão ou suspensão até oito dias; e no caso de faltas graves, dará parte ao Capitão do Porto, para este os mandar responsabilisar na fôrma dos Artigos de Guerra.

Art. 18. Ao Official encarregado da Praticagem pertence detalhar o serviço dos Praticos, como melhor entender, e participará semanalmente ao Capitão do Porto as entradas e sahidas das embarcações e suas tonelagens, estado do banco e aguas deste nas marés mais cheias, e baixas, e quaesquer outras occorrencias, que hajão na Barra.

Art. 19. Os Capitães de navios serão strictamente obrigados a trazer içados os signaes d'agua, que estes demandarem, quer á entrada; quer á sahida. Aquelle que commetter enganoso, tanto por meio de signaes, como de viva voz a respeito d'agua, em que vêm, será multado em cincoenta mil réis, e no duplo em caso de reincidencia.

Art. 20. Se o Pratico que estiver de serviço desconfiar, que os signaes d'agua, que qualquer navio tiver içados, não são exactos, po-

derá, conjunctamente com o Pratico da segunda catraia, ir a bordo do mesmo examinar a verdade; e achando que houve engano com effeito, dará parte, a fim de se lhe impor a multa, de que trata o Artigo 19 deste Regulamento.

Art. 21. O Capitão de navio, que achando a catraia no Banco com signaes de menos agua do que aquelle, que trouxer içado o seu navio, investir á mesma catraia, quer na entrada, quer na sahida, pagará huma multa de duzentos mil réis, se não justificar o motivo.

Art. 22. As questões que se suscitarem na Praticagem da Barra, tanto entre os Capitães dos navios, e os Praticos, como contra qualquer destes, sobre sua negligencia, incapacidade, deleixo, ou outro motivo que possa entorpecer o regular andamento do serviço, serão summariamente decididas pelo Capitão do Porto, na fórmula do seu Regimento; devendo este proceder ás necessarias averiguações, para obrar com justiça.

Art. 23. Os empregados da Praticagem, de qualquer ordem, ficão considerados, em quanto se acharem neste serviço, como pertencentes á Marinha de Guerra, e por isso isentos da Guarda Nacional, e de qualquer outro serviço Publico, que não seja o d'Armada.

Art. 24. O Official encarregado da Praticagem será igualmente o do Pharol e Registro da Barra, sem mais gratificação, que a marcada pelo presente Regulamento.

Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Abril de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d' Albuquerque.



*Assentamento do Pessoal empregado na Praticagem da Barra do Rio Grande do Sul.*

Encarregado da Praticagem F. de tal  
4.º Tenente da Armada Nacional.

NOTAS.	RECEBIMENTOS.	
Nomeado por Aviso de... Vence a gratificação de cem mil réis por mez.	— 1846 — Pago de sua Gratificação de Maio....	100 <del>7</del> 000

*Assentamento do Material pertencente à Praticagem do Rio Grande do Sul.*

MATERIAL.		OBSERVAÇÕES.
— Maio 4 de 1846 —		
Catraias tres .....	3	
Cada huma com velas duas..	2	
Remos dose.....	12	
Lancha forrada de cobre huma.	1	
		<p>Esta columna he para escrever á margem dos objectos, qualquer nota que occorra a respeito d'elles.</p>

*Receita e Despeza da Praticagem da Barra do*

RECEITA.			
<p>Pela importancia dos socorros prestados a tal Navio, de que he Capitão F. de tal, vindo de tal Porto, &amp;c., constando do seguinte :          (Declara os objectos do soccorros)          Tudo conforme se vê do documento..... N.º</p>		1	407000
F. de tal	F. de tal		
Official Encarregado da Praticagem.	Escrivão.		

*Rio Grande do Sul a cargo de F. de tal...*

	<p>DESPEZAS.</p> <p>Pela importancia dos objectos seguintes, comprados para o serviço da Praticagem.</p> <p>( Declara os objectos )</p> <p>Tudo conforme se vê do docu- mento.....N.º</p> <p>F. de tal Escrivão.</p>	1	127.000
--	--	---	---------

**PÁGINA ORIGINAL  
EM BRANCO**

---

COLLECÇÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.

1846.

TOMO 9.º CADERNO 5.º

---

N.º 37. — FAZENDA. — Em 6 de Maio de 1846.  
*A respeito das Letras de Sisa, não se procede  
da maneira recommendada pela Ordem de 23  
de Agosto de 1839.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 27 de Março deste anno, sob n.º 72, declara-lhe que a respeito das Letras de Sisas senão póde proceder da maneira, que recommendara a Ordem de 23 de Agosto de 1839; isto he; haverem-se por vencidas todas as que houverem; provenientes de hum só contracto, e proseguir-se á execução; quando vencida huma dellas não for paga; não só porque Lei, ou Regulamento o não determina, mas tambem porque a respeito de taes Letras, provenientes de Sisas de compras e vendas feitas a prazos, que só ficão effectivas e vigorosas, quando chega o prazo, não se dá a razão daquellas, a respeito de que o sobredito procedimento tem lugar; a razão de terem sido passadas por divida liquida e certa; e esparçar-se-lhes o pagamento em virtude de hum favor, que perdem os devedores, quando faltão a hum dos pagamentos.

Thesouro Publico Nacional em 6 de Maio de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 38. — Em 6 de Maio de 1846. — *Somente pagão o Sello estabelecido no Artigo 13 do Regulamento de 26 de Abril de 1842 os Titulos de nomeação vitalicia, ou de mais de anno; os de substituições e de nomeações interinas pagão o fixo do Artigo 20.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio n.º 38 do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes de 8 de Abril ultimo, que no rigor da litteral disposição do Artigo 13 do Regulamento de 26 de Abril de 1844, estão nella comprehendidos para pagamento do Sello ahi estabelecido aquelles titulos somente, que forem de nomeação vitalicia, ou de mais de anno pelo menos; e por isso não he sujeita ao Sello proporcional, na fôrma do dito Artigo, de hum por cento regulado pelo vencimento de hum anno a nomeação, como a do Padre Antonio de Sousa Reis, para a substituição temporaria de qualquer Empregado no caso de algum impedimento, e que deve pagar unicamente o Sello fixo do Artigo 20, como papel apresentado para produzir em publico o seu direito.

Thesouro Publico Nacional em 6 de Maio de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 39. — GUERRA. — Circular de 7 de Maio de 1846. — *Mandando que só se abone a gratificação de que trata o Artigo 35 das Instrucções que baixarão com o Decreto n.º 263 de 10 de Janeiro de 1843, aos Commandantes de destacamentos que tiverem de 40 praças, inclusive, para mais.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo-se suscitado duvidas ácerca da intelligencia do Art. 35 das Instrucções que baixarão com o Decreto n.º 263 de 10 de Janeiro de 1843; e convindo limitar o numero de praças dos destacamentos, a cujos Commandantes se deva abonar a gratificação conferida pelo mencionado Artigo; Sua Magestade o Imperador, por Imperial Resolução de 6 do corrente mez, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar de 20 de Fevereiro ultimo, Houve por bem Determinar, que só se abone gratificação de commando aos Commandantes de destacamentos, que tiverem de 40 praças, inclusive, para mais: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e execução.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Maio de 1846. — João Paulo dos Santos Barreto.

---

N.º 40. — Circular de 11 de Maio de 1846. — *Marcando quaes as comedorias de embarque que competem aos Marechaes de Campo, Tenentes Generaes, e Marechaes do Exercito.*

Illm. e Exm. Sr. — Havendo Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 9 do corrente mez, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar, Determinado que as comedorias de embarque



dos Marechaes de Campo, Tenentes Generaes, e Marechaes do Exercito sejam as mesmas que pela Tabella de 20 de Dezembro de 1793 competem aos Chefes de Esquadra, Vice-Almirantes, e Almirantes, quando embarcados, e pela maneira seguinte: aos Marechaes de Campo 4\$000, aos Tenentes Generaes 4\$800, e aos Marechaes do Exercito 9\$600 diários: assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento e governo.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Maio de 1846. — João Paulo dos Santos Barreto.

---

N.º 44. — Circular de 11 de Maio de 1846. — *Determinando que ás praças voluntarias e engajadas para servirem nas Companhias de Pedestres, se abonem as gratificações estabelecidas para as do Exercito em idênticas circumstancias.*

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 9 do corrente mez, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar, Determinado que ás praças engajadas, para servir nas Companhias de Pedestres, depois de findo o seu tempo de serviço, se abone, na conformidade da Legislação em vigor, a gratificação diaria de noventa réis, e aos voluntarios a de quarenta e cinco réis, pela mesma maneira por que se procede com as do Exercito; assim o participo a V. Ex. para seu conhecimento, e execução.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Maio de 1846. — João Paulo dos Santos Barreto.

N.º 42. — FAZENDA. — Em 11 de Maio de 1846, *Permitte aos Inspectores de Thesourarias conceder novo prazo, não maior de dous mezes, para apresentação dos documentos de descarga das embarcações despachadas para o Rio Grande do Sul, com generos do Paiz.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em conformidade de resolução tomada sobre o Officio da Thesouraria da Provincia da Bahia de 10 de Março deste anno, sob n.º 64, autorisa aos Srs. Inspectores das Thesourarias das Provincias para concederem ás pessoas de reconhecido credito hum novo prazo, que não exceda de dous mezes, para a apresentação do documento de descarga das embarcações despachadas para o Rio Grande do Sul com generos do Paiz, além do que se acha marcado pela Ordem de 25 de Novembro de 1842.

Thesouro Publico Nacional em 11 de Maio de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 43. — GUERRA. — Circular de 16 de Maio de 1846. *Aos Presidentes das Provincias, explicando o disposto no Aviso de 25 de Setembro do anno p. p. sobre a concessão de licenças aos Officiaes do Exercito.*

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo-se suscitado duvidas sobre estarem ou não comprehendidos os Officiaes das quatro classes do Exercito na disposição do Aviso de 25 de Setembro do anno p. p., em que se declarou que a faculdade, con-

cedida aos Presidentes de Provincia pelo § 14 Artigo 5.º da Lei n.º 38 de 3 de Outubro de 1834 , de dar licenças até tres mezes , deve entender-se só com meio soldo a respeito dos militares ; S. M. o Imperador Houve por bem Mandar significar a V. Ex. para seu governo , que os Officiaes da 4.ª classe são os unicos exceptuados.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Maio de 1846. — João Paulo dos Santos Barreto.

---

N.º 44. — Circular de 18 de Maio de 1846. —  
*Aos Presidentes das Provincias , Commandante interino das Armas da Córte , e a Pagadoria , prohibindo o abono de gratificações ás praças do Exercito , que tiverem findado o seu tempo de serviço , sem que preceda contracto para a sua continuação.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo algumas autoridades entendido que as praças do Exercito , pelo simples facto de haverem findado o seu tempo de serviço prescripto por Lei , tem direito á gratificação igual ao soldo da primeira praça , de que trata o Artigo 3.º da Lei n.º 282 de 24 de Maio de 1843 , e convindo por huma vez pôr termo á interpretações , que , além de infundadas , acarretão graves prejuizos á Fazenda Publica ; de Ordem de Sua Magestade o Imperador , communico a V. Ex. , para seu conhecimento , e execução , que a nenhuma praça do Exercito , que haja completado o seu tempo de serviço , se deverá abonar a referida gratificação , sem que preceda engajamento , ou contracto para a sua continuação por periodo determinado.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Maio de 1846. — João Paulo dos Santos Barreto.

---

N.º 45. — MARINHA. — Aviso de 20 de Maio de 1846. *Manda observar nova Tabella para distribuição das rações a bordo dos Navios d'Armada Nacional.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo-se reconhecido que a Tabella para a distribuição das rações a bordo dos Navios d'Armada Nacional, que se mandara observar por Aviso de 19 de Setembro de 1845, necessitava de algumas alterações; Determina Sua Magestade o Imperador, que fique sem effeito a mencionada Tabella, e seja posta em execução a que com este baixa, assignada pelo Conselheiro Official Maior desta Secretaria d'Estado: o que communico a V. Ex., para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. Paço em 20 de Maio de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque. — Sr. Miguel de Sousa Mello e Alvim.

Tabella para distribuição das rações a bordo dos Navios d'Armada Nacional, a que se refere o Aviso desta data.

QUALIDADES DOS GENEROS.	Unidades comparativas.	FUNDEADOS.								A' VELA.								Observações.
		Domingo.	Segunda feira.	Terça feira.	Quarta feira.	Quinta feira.	Sexta feira.	Sabbado.	Total da semana.	Domingo.	Segunda feira.	Terça feira.	Quarta feira.	Quinta feira.	Sexta feira.	Sabbado.	Total da semana.	
ARROZ.....	Onç.	4	8	4	4	4	.....	4	28	4	8	4	4	4	.....	4	28	<p>(a) Nas Embarcações que estacionarem de 35º para o Sul, ou para o Norte, se abonará mais diariamente a cada praça meia praça d'aguardente, e huma quarta de carne salgada ou fresca.</p> <p>Nas occasiões de grande faina se abonará huma ração d'aguardente ás respectivas guarnições, em virtude da autorização concedida aos Commandantes dos Navios por Aviso de 30 de Agosto de 1831.</p> <p>(b) Em lugar de bacalhao se poderá tam-bem distribuir peixe salgado, quando os Na-vios estiverem surtos nos portos, visto não ser este genero proprio para viagem, em razão de sua pouca duração.</p> <p>(c) O café ou cacao tambem poderá ser substituido por chá, dando-se huma libra para 64 praças, e distribuindo-se o assucar na razão de huma libra para 10 praças.</p> <p>(d) A carne de vacca salgada, sendo sem osso, se distribuirá na razão de tres quartas de libra para cada praça; e o mesmo se praticará quando se fornecerem linguas sal-gadas.</p> <p>(e) Nos Navios, cujas guarnições forem menores de 50 praças, se distribuirá duas achas por dia a cada huma.</p> <p>(f) O acido citrico (ou sal de limão) será distribuido na razão de 8 grãos por praça, sendo dissolvido em 4 onças d'agua, e ado-cado com meia onça d'Assucar. Esta distri-buição só se deverá fazer depois de 15 dias de comida salgada, sendo administrada huma hora antes do jantar.</p> <p>Na falta dos generos designados para pre-encher cada huma das rações, fica ao pru-dente arbitrio das competentes Autoridades a sua substituição por outros, huma vez que não custem mais.</p> <p>As rações de cera e sebo continuão na fórma estabelecida, com a differença de que aos Officiaes de comedorias, em lugar de huma vela de sebo, se abonará hum terço de vela de cera, ou spermacete.</p> <p>Fica abolida a caixa das economias das rações ás guarnições dos Navios d'Armada, creada por ordem do Quartel General de Ma-rinha de 24 de Setembro de 1834, e absolu-tamente prohibida a distribuição de rações a secco, excepto as facultadas pelo Alvara de 7 de Janeiro de 1797.</p> <p>DIETAS.</p> <p>Em conformidade do disposto no Decreto de 14 de Abril de 1834, se deve abonar para dietas, suppondo cem praças em 30 dias, o seguinte:</p> <p>Araruta..... 16 libras. Aletria..... 4 ditas. Assucar fino.... 24 ditas. Bolacha fina..... 1 arroba. Chá hysson..... 1 libra. Gallinhas..... 20. Manteiga..... 2 libras. Vinho de Lisboa. 1 medida.</p> <p>E assim proporcionalmente conforme o nu-mero de praças, e tempo de viagem, quando esta não exceder a dous mezes; porque ex-cedendo se deve abonar, além do duplo da quantilade marcada para 30 dias, mais me-tade desta quantilade, por cada hum mez que exceder a dous.</p> <p>Igualmente se distribuirão dous alqueires de milho para 20 gallinhas em hum mez.</p>
Aguardente.....(a)	Medidas.	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{7}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{7}{24}$	
Azeite doce.....	Medidas.	.....	.....	.....	.....	.....	$\frac{1}{120}$	.....	$\frac{1}{120}$	$\frac{1}{240}$	$\frac{1}{240}$	$\frac{1}{240}$	$\frac{1}{240}$	$\frac{1}{240}$	$\frac{2}{240}$	$\frac{1}{240}$	$\frac{1}{30}$	
Assucar.....	Medidas.	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{6}$	
Bolacha.....	Medidas.	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$3\frac{1}{2}$	
Bacalhao..... (b)	Medidas.	.....	.....	.....	.....	.....	$\frac{1}{2}$	.....	$\frac{1}{2}$	.....	.....	.....	.....	.....	$\frac{1}{2}$	.....	$\frac{1}{2}$	
Café ou cacao quando houver..... (c)	Libra.	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{7}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{1}{24}$	$\frac{7}{24}$	
Carne fresca.....	Libra.	1	1	1	.....	.....	.....	1	4	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	
Dita de vacca salga-da..... (d)	Libra.	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	1	1	.....	.....	.....	1	4	
Dita de porco difa.....	Libra.	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	$\frac{3}{4}$	$\frac{3}{4}$	.....	$1\frac{1}{2}$	.....	
Dita secca.....	Onç.	.....	.....	.....	6	6	.....	.....	12	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	
Cangica.....	Alqueir.	$\frac{1}{240}$	.....	$\frac{1}{240}$	.....	.....	$\frac{1}{240}$	$\frac{1}{240}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{240}$	.....	$\frac{1}{240}$	.....	.....	$\frac{1}{240}$	$\frac{1}{240}$	$\frac{1}{60}$	
Farinha.....	Alqueir.	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{7}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{1}{100}$	$\frac{7}{100}$	
Legume.....	Alqueir.	.....	.....	.....	$\frac{1}{200}$	$\frac{1}{200}$	$\frac{1}{200}$	.....	$\frac{3}{200}$	.....	.....	.....	$\frac{1}{200}$	$\frac{1}{200}$	$\frac{1}{200}$	.....	$\frac{3}{200}$	
Lenha (por praça). (e)	Ach.	1	1	1	1	1	1	1	7	1	1	1	1	1	1	1	7	
Pão.....	Lib.	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$3\frac{1}{2}$	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	
Sal.....	Alq.	$\frac{1}{1280}$	$\frac{1}{1280}$	$\frac{1}{1280}$	$\frac{1}{1280}$	$\frac{1}{1280}$	$\frac{1}{1280}$	$\frac{1}{1280}$	$\frac{7}{1280}$	$\frac{1}{1600}$	$\frac{1}{1600}$	$\frac{1}{1600}$	$\frac{1}{1600}$	$\frac{1}{1600}$	$\frac{1}{1600}$	$\frac{1}{1600}$	$\frac{7}{1600}$	
Toucinho.....	Lib.	$\frac{1}{16}$	$\frac{1}{16}$	$\frac{1}{16}$	$\frac{1}{16}$	$\frac{1}{16}$	.....	$\frac{1}{16}$	$\frac{3}{8}$	$\frac{1}{32}$	$\frac{1}{32}$	$\frac{1}{32}$	$\frac{1}{32}$	$\frac{1}{32}$	.....	$\frac{1}{32}$	$\frac{3}{16}$	
Vinagre.....	Med.	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{7}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{1}{60}$	$\frac{7}{60}$	
Verduras (por praça).	Réis.	5	5	5	5	5	5	5	35	(f) Acido citrico ou sal de limão.								
CLASSIFICAÇÕES DAS RAÇÕES.	Almoço.....	Café ou cacao, quando houver, pão e assucar.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Café ou cacao, quando houver, pão e assucar.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	
	Jantar.....	Carne fresca, arroz, toucinho, fari-nha, sal, vinagre, e verduras.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	Carne de vacca salgada, e o mais como fundeado, á excepção das verduras.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	Idem idem idem.	
	Ceia.....	Cangica com assucar.	Arroz com assucar.	Cangica com assucar.	Arroz com assucar.	Idem idem.	Cangica com assucar.	Idem idem.	Idem idem.	Cangica com assucar.	Arroz com assucar.	Cangica com assucar.	Arroz com assucar.	Idem idem.	Cangica com assucar.	Idem idem.	Idem idem.	
		Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	
		Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	
		Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	
		Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	
		Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	
		Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	
		Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	Idem idem.	

N.º 46. — Aviso de 25 de Maio de 1846. — *Ordena que os Officiaes do Corpo d'Artilharia da Marinha, ainda quando doentes, ou presos por correccão, percebão a gratificação adicional.*

Sua Magestade o Imperador, Conformando-se, em Resolução de 23 do corrente mez, em parte, com o parecer do Conselho Supremo Militar, emittido em Consulta de 4 de Agosto ultimo, Ha por bem que os Officiaes do Corpo d'Artilharia da Marinha, ainda mesmo quando doentes, ou presos por correccão, continuem a perceber a gratificação adicional: o que communico a Vm. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a Vm. Paço em 25 de Maio de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque. — Sr. Antonio José da Silva.

---

N.º 47. — FAZENDA. — Em 26 de Maio de 1846. *As embarcações que entrarem nos portos do Imperio por franquia, com manifestos contendo parte da carga para esse porto, e parte para porto estrangeiro, pagão somente metade da ancoragem, quando não receberem carga no porto da entrada.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, de conformidade com a Resolução de Consulta do Conselho d'Estado de 13 do corrente, ordena, em additamento ao Regulamento de 20 de Julho de 1844, que as embarcações que entrarem por

franquia nos portos do Imperio, com os seus manifestos contendo parte da carga para o porto em que entrão, e parte para hum porto estrangeiro, sem todavia receberem carga para o seu ultimo destino, depois de descarregarem a parte destinada ao porto da entrada, paguem sómente metade do imposto de ancoragem.

Thesouro Publico Nacional em 26 de Maio de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 48. — GUERRA. — Aviso de 27 de Maio de 1846. *Estabelece a maneira por que deve ser effectuada a despesa do Arsenal de Guerra da Côrte.*

Convindo regularisar a escripturação da Receita e Despesa da Repartição da Guerra no Municipio da Côrte, e pôr termo aos inconvenientes que tem resultado da existencia de dous cofres, hum dos quaes na Pagadoria das Tropas, e outro no Arsenal de Guerra: Determina S. M. o Imperador, que o pagamento da despesa do Arsenal de Guerra, e a arrecadação da respectiva receita se effectue em conformidade do que dispoem as Instrucções, que inclusas remetto a Vm. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a Vm. Paço em 27 de Maio de 1846. — João Paulo dos Santos Barreto. — Sr. Antonio Manoel de Mello.

*Instrucções acerca do modo por que deve ser  
effectuado o pagamento das despesas do  
Arsenal de Guerra da Côrte.*

Art. 1.º As folhas dos Ordenados e mais vencimentos dos Empregados civis e militares do Arsenal de Guerra da Côrte, e as ferias dos mestres e operarios das officinas, e dos patrões e remeiros dos escaleres, serão d'ora em diante, depois de processadas pela respectiva Contadoria, remettidas pelo Director á Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra, a fim de se ordenar o pagamento pela Pagadoria das Tropas da Côrte.

Art. 2.º A' vista do despacho de pagamento, entregará o Pagador ao seu Fiel as sommas precisas; e dirigindo-se este ao Arsenal de Guerra, alli, em presença do Vice-Director, e de hum Empregado da Contadoria, que servirá de Escrivão, procederá ao pagamento das referidas folhas e ferias.

Art. 3.º Os documentos relativos á compra de viveres para sustento dos menores, africanos livres, e escravos da Nação, sustento do gado, e outros fornecimentos feitos ao Arsenal de Guerra, serão, depois de competentemente processados, entregues aos respectivos fornecedores, a fim de solicitarem o pagamento na Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra, da mesma fôrma que se pratica com os Conhecimentos de generos, qualquer que seja a sua importância.

Art. 4.º Os bilhetes de costuras, porém, serão, depois de conferidos e processados na Contadoria, numerados e relacionados, remettidos mensalmente com Officio do Director á Secretaria d'Estado, a fim de se ordenar o pagamento.



Art. 5.º No principio de cada mez, entregará a Pagadoria das Tropas ao Agente de compras do Arsenal, huma consignação para as despezas miudas, e compras até a quantia de doze mil réis; esta consignação será estabelecida mensalmente no Orçamento da despesa do Arsenal, e debitado por ella o Agente, será creditado pela importancia dos documentos que apresentar, achando-se elles legaes e correntes. Nunca, porém, se lhe entregará huma consignação, sem que preste contas do que recebeu anteriormente.

Art. 6.º Todos os documentos de despesa paga pelo Pagador ou seu Fiel, serão entregues na Pagadoria das Tropas, logo depois de effectuado o pagamento, a fim de ser diariamente escripturada e classificada a despesa.

Art. 7.º Nos primeiros dias de cada mez, com a relação dos Conhecimentos e das Letras pagas, remetterá a Pagadoria das Tropas á Contadoria Geral huma relação dos documentos, folhas, e ferias pagas no mez antecedente, a fim de serem ambas remettidas ao Arsenal de Guerra para se proceder á escripturação de credito.

Art. 8.º As Letras passadas pelo Arsenal de Guerra, provenientes de compra de generos, em virtude de Avisos da Secretaria d' Estado, deverão ser remettidas á mesma Secretaria, com Officio do Director, a fim de se ordenar que sejam acceitas; e sem despacho do Ministro, he absolutamente prohibido ao Pagador o acceital-as.

Art. 9.º As quantias provenientes de venda de generos, e quaesquer outras que fórmão a receita do Arsenal, que até o presente erão entregues ao respectivo Pagador, serão d' ora em diante remettidas com a competente Guia á Pagadoria das Tropas da Côrte,

e só em vista do Conhecimento de recibo desta, serão entregues ao Comprador os objectos vendidos.

Art. 10. Continuar-se-ha a remetter mensalmente o Orçamento da despesa do Arsenal que tem de ser paga no mez seguinte; dispensando-se porêr a remessa dos Balancetes mensaes, e dos Balanços provisorio e definitivo, por isso que nos Balancetes da Pagadoria das Tropas se deverão incluir todas as transacções de receita e despesa. Estes Balanços, serão substituidos por demonstrações do resto a pagar em Junho e Dezembro, que a Contadoria do Arsenal deverá organizar, e remetter á Contadoria Geral logo que fizer o lançamento das despesas effectuadas nesses mezes.

Paço em 27 de Maio de 1846. — João Paulo dos Santos Barreto.

---

N.º 49. — FAZENDA. — Em 30 de Maio de 1846.

*Os Tabelliães devem prestar aos Collectores gratuitamente as informações e documentos necessários para a boa arrecadação e fiscalização das Rendas publicas.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Calvalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio de Janeiro, em resposta ao seu Officio de 28 de Fevereiro deste anno, sob n.º 7, exigindo, a pedido do Collector da Villa de S. João do Principe, huma medida que obrigue os Tabeliães a prestarem gratuitamente as informações e documentos, que os Collectores exigirem de

seus Cartorios, a bem da boa arrecadação e fiscalização das Rendas Publicas; que a ordem dessa Thesouraria, constante da copia que acompanhou o outro Officio de 18 de Abril ultimo, sob n.º 24, deve ser cumprida pontualmente, porque ella está firmada nas do Tribunal do Thesouro, merecendo particular menção a Provisão de 14 de Outubro de 1843, que nada mais fez, do que mandar pôr em execução a Legislação de Fazenda sobre este assumpto. Debalde pertendem os Tabelliães distinguir, no caso de que se trata, os Collectores dos Procuradores, e Solicitadores dos Feitos da Fazenda; debalde, para arrogarem direito a perceber emolumentos da Fazenda Publica, empregão argumentos derivados do direito, que lhes dão os seus Officios para os cobrarem dos particulares, que dependem de seus serviços e Cartorios. Os Officios Publicos não são beneficios de ninguem: são creados e mantidos tão sómente para o serviço do Estado, e para o bem publico. A suprema lei nestes casos he, que ao serviço do Estado todos os Empregados são obrigados indistinctamente, cada hum no seu Officio, e pela parte que lhe toca, independentemente de quaesquer previas gratificações; e he exactamente esta a condição essencial com que se conferem os Officios, segundo se colhe de artigos expressos da Legislação antiga, e moderna, geral, e da Fazenda. Cumpre-lhes por tanto ministrar as Certidões, e fazer os protestos que lhes forem requeridos pelos Collectores, porque estes em taes casos são verdadeiros Procuradores, Solicitadores, e Fiscaes da Fazenda Publica, havendo-se com toda a prontidão, e debaixo de sua responsabilidade, ficando-lhes em todo o caso salvo o seu direi-

to de haver das partes vencidas, e pelo executivo, que lhes compete, os salarios que lhes forem devidos.

Thesouro Publico Nacional em 30 de Maio de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 50. — GUERRA. — *Provisão do Conselho Supremo Militar de 30 de Maio de 1846.*

DOM PEDRO, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constiucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Faço saber aos que esta Minha Provisão virem, que Subindo á Minha Augusta Presença huma Consulta do Conselho Supremo Militar, a que Mandeí proceder, sobre o Officio n.º 30 de onze de Dezembro do anno proximo passado, em que o Presidente da Provincia do Maranhão pede esclarecimentos sobre a intelligencia das Instrucções, que baixarão com o Decreto n.º 263 de dez de Janeiro de mil oitocentos quarenta e tres, na parte relativa ao abono de gratificações aos Commandantes de Destacamentos; e Conformando-Me com o Parecer do Conselho: Hei por bem, por Minha Immediata e Imperial Resolução de seis do corrente mez e anno, Querendo firmar regra, Determinar: que, revogado o Aviso de vinte e sete de Setembro de mil oitocentos quarenta e tres, que estabelece o numero de cincoenta praças, como condição para a percepção das referidas gratificações, sejam estas concedidas aos Commandantes de Destacamento de quarenta praças inclusive para mais.

Pelo que Mando á Autoridade a quem compete, e mais pessoas a quem o conhecimento

desta pertencer, a cumprão e guardem tão inteiramente como devem, e nella se contém. Sua Magestade o Imperador o Mandou pelos Membros do Conselho Supremo Militar abaixo assignados. João Baptista Ferreira a fez nesta Côrte e Cidade do Rio de Janeiro aos trinta dias do mez de Maio, do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos quarenta e seis. E eu o Conselheiro *José Pereira Pinto*, servindo de Secretario de Guerra, a fiz escrever e subscrevi. *José Joaquim de Lima e Silva*. — *Luiz da Cunha Moreira*.

---

N.º 51. — *Provisão do Conselho Supremo Militar de 30 de Maio de 1846.*

DOM PEDRO, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Faço saber aos que esta Minha Provisão virem, que Subindo á Minha Augusta Presença huma Consulta do Conselho Supremo Militar, a que Mandei proceder, sobre o Officio n.º 32 de vinte e nove de Janeiro do corrente anno, do Inspector da Pagadoria das Tropas da Côrte, e papeis a elle annexos, relativos ás comedorias de embarque, que devem ser abonadas aos Marechaes de Exercito, Tenentes Generaes, e Marechaes de Campo; e Conformando-Me inteiramente com o Parecer do Conselho: Hei por bem, por Minha Immediata e Imperial Resolução de nove do presente mez, Determinar: que aos Marechaes de Campo, Tenentes Generaes, e Marechaes de Exercito, se abonem as mesmas comedorias de embarque, que pela Tabella de vinte de Dezembro de mil setecentos noventa e tres, se abonão aos Chefes de Esquadra,

Vice-Almirantes, e Almirantes quando embarcados, e pelo modo seguinte; aos Marechaes de Campo quatro mil réis, aos Tenentes Generaes quatro mil e oitocentos réis, e aos Marechaes de Exercito nove mil e seiscentos réis.

Pelo que Mando á Autoridade a quem compete, e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer, a cumprão e guardem tão inteiramente como devem, e nella se contém. Sua Magestade o Imperador o Mandou pelos Membros do Conselho Supremo Militar abaixo assignados. João Baptista Ferreira a fez nesta Côrte e Cidade do Rio de Janeiro aos trinta dias do mez de Maio do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos quarenta e seis. E eu o Conselheiro *José Pereira Pinto*, servindo de Secretario de Guerra, a fiz escrever e subscrevi. — *José Joaquim de Lima e Silva*. — *Conde do Rio Pardo*.

---

N.º 52. — *Provisão do Conselho Supremo Militar de 30 de Maio de 1846.*

DOM PEDRO, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Faço saber aos que esta Minha Provisão virem, que Subindo á Minha Augusta Presença huma Consulta do Conselho Supremo Militar, a que Mandeí proceder, sobre o Officio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, datado de oito de Janeiro do corrente anno, sob n.º 14, propondo as duvidas que se lhe offerecem, ácerca do engajamento e gratificações das praças da Companhia de Pedestres da dita Provincia; e Conformando-Me inteiramente com o Parecer do Conselho: Hei

por bem, por Minha Immediata e Imperial Resolução de nove do presente mez, Determinar: que, na conformidade da Legislação em vigor, se abone ás praças engajadas para servir nas Companhias de Pedestres a gratificação diaria de noventa réis, e aos Voluntários a de quarenta e cinco réis, pela mesma maneira por que se procede com as praças do Exercito.

Pelo que Mando á Autoridade a quem compete, e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer, a cumprão e guardem tão inteiramente como devem, e nella se contém. Sua Magestade o Imperador o Mandou pelos Membros do Conselho Supremo Militar abaixo assignados. João Baptista Ferreira a fez nesta Côrte e Cidade do Rio de Janeiro aos trinta dias do mez de Maio, do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos quarenta e seis. E eu o Conselheiro *José Pereira Pinto*, servindo de Secretario de Guerra, a fiz escrever e subscrevi. *José Joaquim de Lima e Silva.* — *Luiz da Cunha Moreira.*

---

COLLECCÕES DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.

1846.

TOMO 9.º CADERNO 6.º

---

N.º 53. — FAZENDA. — Em 5 de Junho de 1846.  
*Como devem proceder as Thesourarias a respeito dos Cofres de depositos publicos nellas creados conforme o Regulamento do 1.º de Dezembro de 1845.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, tendo presente o Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Ceará de 4 de Abril ultimo, N.º 25, pelo qual participa que, em consequencia do Regulamento do 1.º de Dezembro do anno passado, se apresentara na Thesouraria o Escrivão do Juizo Municipal e de Orphãos da Capital, a recolher na Caixa de deposito publico a importancia de 15.997\$996, proveniente de arrematações de diversas mercadorias pertencentes ao casal do fallecido negociante Alfred Hervey, sobre que estão em litigio diversos credores; a saber, em notas quatro contos quatrocentos e quarenta e seis mil réis, em cobre seiscentos e noventa mil réis, e em letras onze contos quinhentos e cincoenta mil novecentos e noventa e sete réis; estando huma dellas já protestada; e que tendo-se vencido outra neste interim; tambem por não paga pelo accitante, fora apontada, e protestada, e pede ser esclarecido, se



na generalidade da palavra — papeis de credito — de que trata o Artigo 6.º, comprehendem-se as letras de responsabilidade de particulares, e neste caso se a cobrança judicial deve ficar a cargo da Thesouraria pelo Juizo dos Feitos, e que honorario, ou gratificação deve por isso perceber o Procurador Fiscal, e mais Officiaes do mesmo Juizo, e porque caixa se devem fazer as despezas; ou se as mesmas palavras — papeis de credito — não comprehendem as letras de tal natureza, e então se devem ellas ser devolvidas ao Juizo que as mandou recolher, para as fazer cobrar por quem de direito for; responde ao dito Sr. Inspector, de acordo com o voto dos membros do Tribunal, que nem o Artigo 33 da Lei de 18 de Setembro de 1845, nem o Regulamento do 1.º de Dezembro já citado, fizeram a menor alteração nas disposições de direito sobre a natureza do deposito publico, e judicial, que se cifra unicamente na guarda de objectos confiados por ordem das Autoridades administrativas, ou judiciaes, de sorte que fiquem seguras, bem acondicionados, e em bom recado, para serem pronta e fielmente entregues por ordem das mesmas autoridades, sem que o depositario venha por isso a ter ingerencia alguma nos negocios de que emanão esses depositos; sendo precisamente esta a doutrina, que se colhe do Regulamento nos Artigos 6.º, 7.º, 8.º e 10.; por tanto as letras de que se trata, da mesma sorte que outros quaesquer papeis de credito, de que falla o Regulamento, só podem sahir do cofre em que estão depositadas, para serem cobradas, ou para outro qualquer fim, por ordem ou deprecada da mesma autoridade que os fez depositar, sem que a Thesouraria tenha no destino dellas, ou na sua cobrança, a menor intervenção, cumprim-

do-lhe somente exigir a porcentagem no acto do levantamento, segundo dispõe o Artigo 42, nem se pôde jámais entender, que pelo facto do deposito variara a natureza das obrigações particulares resultantes dessas letras, para poderem ser cobradas como dividas fiscaes.

Thesouro Publico Nacional em 5 de Junho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 54. — Em 10 de Junho de 1846. — *Declara que, em certos casos, não são a cargo dos Curadores das heranças jacentes as despesas de aluguel de casa ou armazem para deposito, e as de honorarios dos Advogados que fazem os requerimentos, &c.*

Respondo ao seu Officio de 23 do mez ultimo, que pelo que justamente se acha disposto no Regulamento de 9 de Maio de 1842 he bem claro, que não são despesas a cargo dos Curadores das heranças jacentes, para serem feitas por conta de suas porcentagens, aquellas que consistem em pagamentos de alugueis de casas, ou armazens, quando forem necessarios para terem em boa arrecadação e guarda, os bens arrecadados entregues á sua Administração, e bem assim no pagamento de petições precisas, para os differentes actos do andamento e expediente dos processos; por quanto, pelas disposições dos Artigos 8 e 26, expressamente se mandão abonar aos Curadores as despesas com o custo e custas do processo de cada herança, sendo sem duvida taes as do aluguel da casa ou armazem de deposito, e as do honorario dos Ad-

vogados que fazem os requerimentos, todas as vezes em que isso for preciso; e do que dispõe o Artigo 24, que especifica as incumbencias e obrigações dos Curadores, ou Administradores das heranças jacentes, não se póde deduzir que obrigação se lhes impõha de fazer essas despesas.

Deos Guarde a Vm. Paço em 10 de Junho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Ajudante do Procurador dos Feitos da Fazenda.

---

N.º 55. — Em 17 de Junho de 1846. — *Os objectos mandados vir para o uso das Administrações Provinciaes não são isentos do pagamento de direitos de consumo nas Alfandegas.*

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Officio de V. Ex. de 29 de Abril ultimo, sob N.º 73, pedindo que sejam isentas de pagar direitos de consumo as pedras, que mandara vir de Baviera para uso das Officinas de Desenho e Lythographia pertencentes á Administração de obras Provinciaes, tenho a declarar a V. Ex. que, se estes objectos fossem para uso do Governo Geral, teria lugar o que sollicita; para o uso porém da Administração Provincial não póde ter lugar, por quanto o § 4.º do Artigo 91 do Regulamento sobre a isenção de Direitos só contempla os generos, que vierem para as Repartições da Administração Geral do Estado, em virtude de ordens dos respectivos Ministerios.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Junho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N.º 56. — Em 17 de Junho de 1846. — *A arrecadação da taxa de 40 réis sobre a aguardente para Renda Municipal, só tem lugar na extensão da Cidade, conforme o Artigo 19 da Lei de 31 de Outubro de 1835.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, communica á Illm.<sup>a</sup> Camara Municipal da Côrte, que em Resolução de Consulta do Conselho d'Estado de 10 do corrente, Houve Sua Magestade o Imperador por bem Mandar declarar á inesma Illm.<sup>a</sup> Camara, que o seu Regulamento de 21 de Julho de 1842 deve limitar-se á extensão desta Cidade, em observancia do Artigo 19 da Lei de 31 de Outubro de 1835, que creou a taxa de 40 réis sobre a aguardente para Renda Municipal, e da clausula expressa com que o mesmo Regulamento foi approvedo pelo despacho do Tribunal do Thesouro Publico Nacional de 16 de Julho de 1844, incluso por copia authentica.

Thesouro Publico Nacional em 17 de Junho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 57. — Em 17 de Junho de 1846. — *Os Consules e Vice-Consulcs estrangeiros não estão comprehendidos na isenção do Artigo 22 § 2.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844.*

O Sr. Administrador da Recebedoria, em solução á sua representação de 28 de Maio ultimo, fique na intelligencia de que os Consules e Vice-Consules estrangeiros residentes no Im-

perio, devem pagar o imposto das seges, por não estarem comprehendidos na isenção do Artigo 22 § 2.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844; e que nesta generalidade também se achão os Consules e Vice-Consules da França.

Rio em 17 de Junho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 58. — Em 23 de Junho de 1846. — *A disposição das circulares de 24 de Outubro e de 31 de Dezembro de 1845, não inhibio de se usar dos meios judiciaes contra os devedores, que não quizerem pagar amigavelmente as suas dividas.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Sergipe, em resposta ao seu Officio de 28 de Abril ultimo, sob N.º 25, a respeito da reluctancia de alguns devedores de pagarem amigavelmente os impostos, ainda passado o tempo, dentro do qual os devem satisfazer; que certamente não he da letra nem da mente das Circulares de 24 de Outubro e 31 de Dezembro do anno passado, renunciar-se absolutamente ao uso dos meios judiciaes para compellir os devedores; ao contrario ellas apenas facultão a espera, na hypothese de se poder realizar a cobrança pelos meios brandos que estão ao alcance da Administração: logo pois que quacsquer devedores não estão nesse caso, cumpre empregar sem detença as vias coercivas, que a Lei tem estabelecido.

Thesouro Publico Nacional em 23 de Junho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 59. — Em 25 de Junho de 1846. — *Regula o modo de executar o Artigo 36 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845, que concede favor á construcção de embarcações nacionaes.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, a fim de que bem se execute a disposição do Art. 36 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845, ordena se observem as seguintes Instrucções.

Art. 1.º Para que se faça effectivo o abono da quantia de dez mil réis por tonelada, por indemnisação dos direitos sobre as materias estrangeiras empregadas na construcção e armamento de navios nacionaes, será preciso a verificação das seguintes circumstancias:

1.ª Que o proprietario seja cidadão brasileiro, sendo justificada esta qualidade, no caso de duvida, na fórma do Art. 130 do Regulamento de 30 de Maio de 1836.

2.ª Que o navio seja construido, armado e esquipado em estaleiro nacional, o que se fará certo pela maneira seguinte: antes de sahir o navio do estaleiro passará o Constructor huma attestação jurada, em que declare ter sido a obra por elle dirigida, e a qualidade das madeiras empregadas nella, e com esta attestação, se o estaleiro estiver em porto em que haja Mesa de Consulado ou Alfandega, o proprietario, ou seu proposto, requererá ao Inspector ou Administrador, e este, acompanhado do Arqueador, verificará o facto, e fará lavrar termo, com declaração do nome do navio, para depois ser mencionado no certificado da matricula.

Se o estaleiro se achar em lugar em que não haja Mesa de Consulado ou Alfandega, o proprietario ou seu proposto requererá ao Juiz Municipal, Delegado ou Subdelegado do districto, que por elle seja verificado o facto attestado, e este, feita pessoalmente a inspecção em presença de testemunhas, mandará lavrar por seu Escrivão o termo na fôrma sobredita, para ser apresentado no acto da matricula.

3.<sup>a</sup> Que o navio seja de arqueação que chegue ou exceda a duzentas toneladas, o que se fará certo por meio das diligencias ordenadas no Art. 132 do Regulamento de 30 de Maio de 1836.

4.<sup>a</sup> Que o Capitão, Piloto, Contramestre e dous terços da marinhagem sejam brasileiros; o que a respeito do Capitão, Piloto e Contramestre, quando não sejam notoriamente conhecidos, se justificará na fôrma do Art. 130 do Regulamento de 30 de Maio de 1836; bastando a respeito das pessoas da marinhagem a declaração do Capitão, salvo no caso de ser manifestamente falsa.

Art. 2.<sup>o</sup> Quando estiverem verificadas todas as circumstancias perante a Mesa do Consulado ou Alfandega, em que o navio se houver de despachar para sahida, o respectivo Inspector ou Administrador dará de tudo huma certidão bem circumstanciada, para ser apresentada quando se requerer o abono ordenado pela Lei.

Art. 3.<sup>o</sup> O abono será requerido ao Thesouro Publico Nacional quando os navios tiverem sido construidos em estaleiros do Municipio da Côrte, e ás Thesourarias das Provincias quando nellas se effectuar a construcção; e do pagamento se fará participação á respectiva Mesa do Consulado, a fim de se fazer a declaração

no termo de matricula, e o communicar officialmente a todas as outras.

Art. 4.º O navio a que se tiver abonado a quantia determinada pela Lei, nunca mais poderá navegar sem cumprir a condição do Art. 1.º n.º 4, nem poderá mudar de nome ainda que passe a outro proprietario.

No caso de infracção, se haverá do dono a quantia recebida em virtude da Lei.

Art. 5.º O navio não poderá passar a ser propriedade estrangeira, sem que o dono restitua o que houver recebido.

Rio de Janeiro em 25 de Junho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 60. — Em 25 de Junho de 1846. *As nomeações interinas só pagão o sello fixo do Art. 20 do Regulamento de 26 de Abril de 1844.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional; em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio de Janeiro de 24 de Abril ultimo, sob N.º 25, perguntando se os titulos de nomeações interinas por vaga, ou impedimento, estão sujeitos ao sello de hum por cento do vencimento annual; declara ao mesmo Sr. Inspector que, segundo a ordem de 6 de Maio proximo passado, expedida á Thesouraria de Minas, a disposição do Artigo 13 do Regulamento de 26 de Abril de 1844 só comprehende em rigor, para pagamento do sello ali estabelecido, aquelles titulos, pelos quaes se conferem Empregos vitalicios, ou de exercicio de mais de hum anno; não sendo por isso sujeitos ao sello proporcional,



de hum por cento sobre o vencimento de hum anno, os titulos de nomeações temporarias de quaesquer Empregados, por impedimento ou vaga, os quaes são unicamente obrigados ao selo fixo do Artigo 20.

Thesouro Publico Nacional em 25 de Junho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 61. JUSTIÇA. — Aviso Circular de 27 de Junho de 1846. — *Declarando: 1.º, que os quatro annos do cargo de Juiz Municipal devem ser contados do dia em que o Juiz tiver entrado em exercicio effectivo: 2.º, que no fim do quadriennio deverão os Juizes Municipaes, quando não tenham sido reconduzidos nos mesmos lugares, ser substituidos pelos respectivos Supplentes.*

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios da Justiça em 27 de Junho de 1846. — Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido mandada consultar, por Aviso de 9 de Maio deste anno, a Secção de Justiça do Conselho d' Estado, sobre os dous seguintes quesitos: 1.º, se os quatro annos de exercicio dos Juizes Municipaes devem ser contados do dia da posse, em consequencia da Carta Imperial da sua nomeação, ou daquelle em que o Juiz tiver entrado no exercicio do seu cargo, em virtude de nomeação interina dos Presidentes de Provincias: 2.º, se taes Juizes, tendo completado os quatro annos, devem continuar a exercer os seus respectivos lugares, ainda quando não tenham sido nos mesmos reconduzidos, ou se devem ser logo substituidos pelos Supplentes: Houve S. M. o Imperador por bem, por Sua Immediata Resolução de 25.

do corrente mez, Conformar-se com o parecer que sobre esta materia deo a referida Secção, o qual he do teor seguinte: « Quanto ao 1.º quesito, entende a Secção que seria mais conforme com o espirito da Lei de 3 de Dezembro de 1844, e com a disposição do Artigo 10 do Regulamento n.º 122 de 2 de Fevereiro de 1842, que o quadriennio da jurisdicção dos Juizes Municipaes se contasse do dia em que elles entrassem em exercicio, em consequencia de nomeação feita pelo Governo Imperial, por ser esta a nomeação definitiva, e não ter aquella que o citado Regulamento permittio aos Presidentes fazerem, senão o character de provisoria, que nenhum direito dá ao nomeado para ser confirmado no lugar. Entretanto, não havendo, nem na Lei, nem nos Regulamentos, nenhuma disposição explicita a semelhante respeito; e tendo já o Governo, por Aviso da Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça de 10 de Julho de 1844, dirigido ao Presidente da Provincia de Minas Geraes, resolvido o contrario, ordenando que o quadriennio da jurisdicção dos Juizes Municipaes, fosse contado do dia em que tivessem entrado em exercicio effectivo, em consequencia da primeira posse verificada em virtude de nomeação dos Presidentes, parece á Secção que essa resolução poderá ser mantida como regra para se contar o quadriennio daquelles Juizes Municipaes que, sendo primeiramente nomeados pelos Presidentes das Provincias, tomárão posse dos lugares, em virtude de taes nomeações, e forão depois nelles confirmados, por Decreto, e Carta Imperial. « Pelo que toca ao 2.º quesito, não encontra a Secção, nem na Lei de 3 de Dezembro de 1844, nem nos Regulamentos que a completarão,

Artigo algum que autorise os Juizes Municipaes que tiverem concluido os quatro annos, a continuar a exercer os seus respectivos lugares, ainda quando não tenham sido nos mesmos reconduzidos. Parece pois á Secção que, em quanto não forem addicionados os Regulamentos, com algumas regras que julga convenientes a este respeito, devem os referidos Juizes, no fim dos quatro annos, ser substituidos pelos supplentes. » O que, de Ordem do Mesmo Augusto Senhor, communico a V. Ex., para seu conhecimento e governo.

Deos Guarde a V. Ex. — José Joaquim Fernandes Torres. — Sr. Vice-Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

---

N.º 62. FAZENDA. — Em 27 de Junho de 1846.

*As mães, filhas, e irmãs dos militares, que vencem Monte Pio, deve-se continuar a fazer o desconto mensal.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, declara que em Resolução de Consulta do Conselho d'Estado de 16 do corrente, Houve Sua Magestade o Imperador por bem Mandar declarar, que a Provisão de 30 de Dezembro de 1819 se acha em inteiro vigor, não obstante o Aviso do 1.º de Outubro de 1831 em contrario; e que por ella se deve regular o desconto mensal no vencimento do Monte Pio das mães, filhas, e irmãs dos Officiaes, até que hum a Lei especial, ou a Ordenança Militar de que o Corpo Legislativo se occupa, de outra maneira o determine.

Thesouro Publico Nacional em 27 de Junho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

---

COLLECÇÕES DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.

1846.

TOMO 9.<sup>o</sup> CADERNO 7.<sup>o</sup>

---

N.º 63. — FAZENDA. — Em 2 de Julho de 1846.  
*Determina o modo por que devem ser despachadas nas Alfandegas as mercadorias navegadas com cartas de guia.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, deferindo o requerimento de varios Negociantes da Cidade de Santos, sobre a morosidade com que são despachadas na Alfandega as mercadorias navegadas com cartas de guia, por estarem sujeitas ao mesmo processo dos despachos de consumo, e reconhecendo que daqui resulta effectivamente inconvenientes ás partes, e desnecessario trabalho, e delonga no expediente; ordena, que nas Alfandegas do Imperio se fação taes despachos por factura, dando as partes hum valor razoavel á totalidade das mercadorias sujeitas a despacho, approvado pelo Feitor que as examinar, e deduzindo-se desse valor os direitos de expediente.

Thesouro Publico Nacional em 2 de Julho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 64. — Em 4 de Julho de 1846. — *Como se deve proceder, para se conceder a isenção do imposto de ancoragem ás Embarcações, que em hum anno fizerem tres viagens.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, ordena que aquelles, que requerem certidões do dia da entrada das embarcações nos diversos portos do Imperio, com o fim de obterem o indulto, de que trata a segunda parte do Art. 1.º do Regulamento de 15 de Novembro de 1844, para isenção do imposto de ancoragem áquellas embarcações, que em hum anno fizerem tres viagens, sejam obrigados a declarar-o nas petições; e as Repartições, que tiverem de passar as ditas certidões tomem nota á margem do Livro ou documento, donde as extrahirem, de sorte que não possuão as partes requerer outras certidões, sem que dellas conste que já tinham sido passadas as primeiras para o dito fim.

Thesouro Publico Nacional em 4 de Julho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 65. — GUERRA. — Circular de 4 de Julho de 1846. — *Ordena que todos os Officiaes do Exercito, qualquer que seja a arma, a que pertença, que estiverem empregados nas Provincias em Commissões proprias da natureza scientifica do Corpo d'Engenheiros, embora não sejam taes Commissões dependentes do Ministerio da Guerra, deverão enviar relatorios semestraes ao Commandante daquelle Corpo.*

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Tomando na devida consideração o que, em Officio n.º 65 do 1.º de Julho corrente, representou o Brigadeiro Graduado, Commandante interino do Corpo d' Engenheiros, ácerca dos embarços que se dão na confecção dos relatorios trimensaes, que em observancia dos Avisos Circulares de 14 de Junho de 1839, 14 Junho de 1841, e 18 de Junho de 1845 devem apresentar os Officiaes do mesmo Corpo, sobre os trabalhos de que tiverem sido encarregados, Houve por bem Resolver, que d' ora em diante sejam taes relatorios enviados semestralmente ao Commando do mencionado Corpo, cumprindo porém que isso pratiquem todos os Officiaes do Exercito, qualquer que seja a arma á que pertença; huma vez que se achem em Commissões proprias da natureza scientifica d'aquelle Corpo, embora não sejam essas Commissões dependentes do Ministerio da Guerra; mas sim de outros Ministerios, ou Presidencias de Provincia. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e execução na parte que lhe toca.

Deus Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1846. — João Paulo dos Santos Barreto. — Sr. Presidente da Provincia de ...

N.º 66. — FAZENDA. — Em 6 de Julho de 1846.  
*Os objectos vindos para o serviço, e por conta das Administrações Provinciaes, não são isentos dos direitos nas Alfandegas.*

Illm. e Exm. Sr. — A vista da expressa e restricta disposição do § 1.º, Art. 91 do Regulamento das Alfandegas, e do que já se tem decidido em casos analogos, não póde ter lugar a isenção de direitos para os instrumentos cirurgicos, que V. Ex. mandou vir da Europa por conta da Administração Provincial, conforme pretendeo em seu Officio de 29 de Maio ultimo, sob n.º 91. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia, e em resposta ao dito Officio.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Julho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N.º 67. — JUSTIÇA. — Aviso de 8 de Julho de 1846. — *Ao Presidente da Provincia de S. Paulo, especificando os casos em que compete aos Juizes e Escrivães o vencimento dos salarios de estada; explicando a maneira de contarem-se os mesmos salarios; e declarando a quem compete resolver sobre a arguição de desnecessaria demora.*

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios da Justiça em 8 de Julho de 1846. — Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Officio n.º 58, de 17 de Junho do anno preterito, no qual V. Ex., referindo-se ao que, com data de

17 de Fevereiro, lhe dirigira o Vigario Geral d'esse Bispado, ácerca da maneira de contarem-se no Juizo, os salarios de estada ou justa demora, á face do Alvará de 10 de Outubro de 1754, pede, sobre este objecto, os necesarios esclarecimentos; tenho de communicar a V. Ex., para seu conhecimento, e para que o faça constar ao mesmo Vigario Geral, que, sendo mandada consultar, sobre a materia de que tratão os ditos Officios, a Secção de Justiça do Conselho d' Estado, Houve S. M. o Imperador por bem, por Sua Immediata Resolução de 4 do corrente mez, Conformar-se com o parecer da referida Secção, o qual he do teor seguinte :

1.º Que aos Juizes só compete o vencimento de estada, quando sahirem da terra de sua residencia, na fórma do citado Alvará de 10 de Outubro de 1754.

2.º Que os Escrivães só podem receber estada, nos casos expressos no mesmo Alvará.

3.º Que a estada só deve contar-se pelo tempo que durar a diligencia; e que, no caso de haver arguição de desnecessaria demora, ao Juiz compete resolver.

Deos Guarde a V. Ex. — José Joaquim Fernandes Torres. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



N.º 68. — FAZENDA. — Em 15 de Julho de 1846.

*As Thesourarias devem receber sem desconto as notas, que tiverem sido recebidas pelas Collectorias dentro do prazo marcado para a substituição.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio n.º 25 do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Goyaz de 28 de Março ultimo, que as notas, que tiverem sido recebidas pelos Collectores, e mais Agentes Fiscaes, antes de extincto o prazo marcado para a sua substituição, não podem soffrer desconto algum, antes se devem considerar recolhidas em tempo, para serem substituidas por outras ao par. O que o dito Sr. Inspector cumprirá, empregando porém toda a cautela para evitar quaesquer fraudes em damno da Fazenda.

Thesouro Publico Nacional em 15 de Julho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 69. — GUERRA. — Circular de 17 de Julho de 1846. — *Recommendando a execução das Ordens estabelecidas, sobre o fornecimento de vestuario aos recrutas remettidos para a Córte, e providenciando ácerca do seu bom tratamento pelas pessoas encarregadas da sua condução.*

Illm. e Exm. Sr. — Accontecendo chegarem a esta Córte recrutas vindos das Provincias em quasi completo estado de nudez, Manda Sua

Magestade o Imperador muito recommendar a V. Ex., em additamento ao Aviso circular de 27 de Julho de 1844, e ás Ordens anteriores relativas ao mesmo objecto, que tenha muito em vista tudo quanto a respeito da remessa de recrutas se tem determinado, fornecendo-se-lhes o vestuario preciso, para que não mais continue a reproduzir-se aquelle abuso, providenciando V. Ex. por modo que as disposições sobre isto dadas jámais sejam illudidas, bem como que os mesmos recrutas não soffrão máos tratamentos da parte das pessoas encarregadas de os conduzirem.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Julho de 1846. — João Paulo dos Santos Barreto. — Sr. Presidente da Provincia de ....

---

N.º 70. — JUSTIÇA. — Aviso de 18 de Julho de 1846. — *Ao Presidente da Provincia de S. Paulo, declarando ser necessaria a licença do Juiz dos Orphãos, para que o casamento destes possa verificar-se.*

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios da Justiça, em 18 de Julho de 1846. — Illm. e Exm. Sr. — Tendo sido mandada ouvir a Secção de Justiça do Conselho d' Estado, sobre a representação, que V. Ex. transmittio a esta Secretaria d' Estado, com o seu Officio de 22 de Outubro ultimo, feita pelo Juiz de Orphãos da Cidade do Itú, contra a Justiça Ecclesiastica dessa Capital, por ter mandado casar hum Orphão sem intervenção daquelle Juiz; Houve Sua Magestade o Imperador por bem, por Sua Immediata Resolução de 4

do corrente mez, Conformar-se com o parecer da referida Secção, e Manda, por tanto, declarar a V. Ex., que para verificar-se o casamento dos Orphãos, he necessaria a licença do Juizo dos Orphãos, ainda que a haja da mãe, quer esta se conserve viuva, quer passe a segundas nupcias, ou seja delles tutora: e outro-sim, que não he da competencia do Juizo Ecclesiastico conhecer das vantagens, ou desvantagens dos casamentos dos menores.

Deos Guarde a V. Ex. — José Joaquim Fernandes Torres. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

---

Nº. 71. — GUERRA. — *Provisão do Conselho Supremo Militar de 20 de Julho de 1846.*

DOM PEDRO, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil. Faço saber aos que esta Minha Provisão virem, que Subindo á Minha Augusta Presença huma Consulta do Conselho Supremo Militar, a que Mandeí proceder sobre o Officio N.º 979 de vinte e dous de Outubro de mil oitocentos quarenta e cinco, do Chefe de Divisão encarregado do Quartel General da Marinha, e Tabellas annexas, relativamente ás Salvas que devem dar os Navios d'Armada nos Dias de Festividade Nacional; e Conformando-Me inteiramente com o Parecer do Conselho: Hei por bem, por Minha Immediata e Imperial Resolução de quatro de Junho do corrente anno, Determinar, que se observe d'ora em diante o seguinte.

TABELLA DO NUMERO DE SALVAS, QUE DEVE DAR UNICAMENTE A PRINCIPAL FORTALEZA DE CADA HUMA DAS PROVINCIAS, E OS NAVIOS DE GUERRA D'ARMADA NACIONAL E IMPERIAL.

*Motivo das Salvas.*

Janeiro...	1	Anno Bom.....	1
Fevereiro.	23	Anniversario Natalicio do Principe Imperial..	3
	11	Anniversario Natalicio da Serenissima Senhora Princeza D. Januaria.....	1
Março....	14	Anniversario Natalicio de Sua Magestade a Imperatriz .....	3
	25	Anniversario do Juramento da Constituição do Imperio .....	3
	4	Anniversario Natalicio de Sua Magestade Fidelissima a Senhora D. Maria da Gloria .....	1
Abril.....	7	Anniversario da Elevação de Sua Magestade o Imperador ao Throno .....	1
Maio.....	3	Abertura da Assembléa Geral Legislativa, somente na Córte.....	1
	18	Anniversario da Sagração e Coroação de Sua Magestade o Imperador.....	1
Julho.....	23	Anniversario da Acclamação da Maioridade de Sua Magestade o Imperador.....	1
	31	Anniversario Natalicio de Sua Magestade a Imperatriz Viuva .....	1
Agosto....	2	Anniversario Natalicio da Serenissima Senhora Princeza D. Francisca.....	1
	3	Encerramento da Assembléa Geral Legislativa, somente na Córte.....	1
Setembro.	4	Anniversario do Casamento de Suas Magestades Imperiaes.....	1
	7	Anniversario da Proclamação da Independencia do Brasil.....	3
Outubro..	15	Dia do Augusto Nome de Sua Magestade a Imperatriz.....	1
	19	Dia do Augusto Nome de Sua Magestade o Imperador .....	1
	1	Anniversario Natalicio da Serenissima Senhora Princeza D. Maria Amelia.....	1
Dezembro.	2	Anniversario Natalicio de Sua Magestade o Imperador.....	3
	8	Dia da Padroeira do Imperio.....	1
	—	Sabbado da Alleluia.....	1
	—	Dia do Corpo de Deos.....	2
Amoviveis.	—	Dia do Padroeiro da Capital do Imperio, e das Capitães das Provincias, em cada huma dellas.....	2

No Dia do Corpo de Deos, e nos dos Padroeiros da Capital do Imperio e das Provincias, as Salvas serão dadas, huma ao sahir, e outra ao recolher das respectivas Procissões. As Salvas serão de vinte e hum tiros, e dadas com as Peças de menor calibre, carregadas pela sexta parte até o calibre dezoito inclusive, e d'ahi para cima

pela oitava parte. Nos dias em que se devem dar tres Salvas, a primeira será ao nascer do Sol, a segunda á huma hora da tarde, e a terceira ao pôr do Sol; e quando só huma, esta será dada á huma hora da tarde, exceptuando-se porém as dos dias d'Abertura e Encerramento d'Assembléa Geral Legislativa, que se darão á hora em que isto se effectuar.

Pelo que Mando á Autoridade a quem compete, e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer, a cumprão e guardem tão inteiramente como devem, e nella se contém. Sua Magestade o Imperador o Mandou pelos Membros do Conselho Supremo Militar abaixo assignados. João Baptista Ferreira a fez nesta Côrte e Cidade do Rio de Janeiro aos vinte dias do mez de Julho, do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos quarenta e seis. E eu o Conselheiro *José Pereira Pinto*, Vogal servindo de Secretario de Guerra, a fiz escrever e subscrevi. — José Joaquim de Lima e Silva. — Conde do Rio Pardo.

---

N.º 72. — Circular de 20 de Julho de 1846. — *Aos Presidentes das Provincias, ordenando a maneira porque as Informações semestres dos Corpos do Exercito devem ser formuladas desta data em diante.*

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o que lhe foi presente em Consulta do Conselho Supremo Militar de 20 de Março do corrente anno, a que Mandou proceder sobre o Officio do Brigadeiro Graduado Commandante interino do Corpo d'Engenheiros de 13 de Novembro de 1845, pedindo que fosse alterado o modelo das Informações semestres distribuido aos Corpos do Exercito em 1.º de Janeiro de 1843, na parte que diz respeito ao referido Corpo, Houve por bem, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 8 de

Junho do corrente anno, Determinar que da presente data em diante sejam as Informações semestres de todos os Corpos do Exercito formuladas da maneira seguinte :

1.º Que na Casa das Informações de Conducta , Praça e Accessos deverão ser consignados não só o assentamento de praça , como igualmente os Postos de Officiaes Inferiores , e Officiaes de Patente a que tiver sido elevado o individuo a que ella se referir.

2.º Que na Casa — Doenças — deverão ser consignadas não só as occorridas durante o semestre , como todas as que anteriormente tiver soffrido o individuo de que se tratar.

3.º Que o titulo — Onde estava o Corpo — deve ser modificado ; escrevendo-se — Onde estava o Official — o que equivale a huma simples alteração devida á circumstancia especial do Corpo d'Engenheiros só a elle referida.

4.º Que a respeito das Casas — Castigos , e motivos — deve-se proceder analogamente ao que fica dito no § 2.º a respeito das — Doenças.

5.º Que se devem conservar as tres subdivisões do titulo — Licenças — a saber : Registrada , com vencimento , de favor. A primeira indica perdimento de soldo e mais vencimentos , e bem assim de tempo de serviço : a segunda refere-se ás licenças concedidas em virtude de Leis especiaes com vencimento de todo , ou parte do soldo , e de tempo de serviço : a terceira finalmente , indica as licenças que o Governo , os Presidentes de Provincias , os Generaes em Chefe , os Commandantes d'Armas , Corpos , e Praças estão autorizados para conceder por determinado tempo , conservando o licenciado os seus vencimentos , e contando tempo de serviço.

6.º Que por — Serviços extraordinarios em campanha — somente se devem entender aquel-

les que como taes forem declarados em Ordem do dia do Commandante em Chefe do Exercito, ou das Forças em operações, ou por determinação do Governo; não sendo licito a qualquer Commandante de Corpo classificar a seu arbitrio como serviços relevantes, ou extraordinarios, quaesquer accões dos Officiaes, ou Officiaes inferiores, e Cadetes que não sejam munidos daquelles indispensaveis documentos.

7.º Que por — Serviços extraordinarios em tempo de paz — devem-se igualmente entender aquelles, que como taes forem julgados pelos Presidentes, ou Commandantes d'Armas das Provincias em que servirem os Officiaes Engenheiros, á vista dos relatorios dos Chefes das Comissões, ou por determinação do Governo: sem o que não poderá o Commandante do Corpo classificar extraordinario qualquer serviço feito em tempo de paz pelos Officiaes do mesmo Corpo. Esta intelligencia deve ser extensiva a todos os Corpos do Exercoito.

8.º Que póde ser dividida — em duas partes a Casa — Applicação ao serviço — ampliando-a quanto necessario seja para se consignarem em cada huma d'ellas separadamente commissões, e seu desempenho.

E outrosim Ordena o Mesmo Augusto Senhor, que V. Ex. fazendo distribuir os exemplares necessarios do modelo junto, confeccionado de accordo com o que fica determinado, recomende muito expressamente a sua observancia, não só em relação á materia, mas tambem á pontualidade com que as Informações semestres devem ser remettidas a esta Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra. Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1846. — João Paulo dos Santos Barreto. — Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N.º 73. — MARINHA. — Aviso de 20 de Julho de 1846. — *Declara que os Commandantes, e os Officiaes das Estações Navaes, não podem ser nomeados para as Juntas de Justiça das Provincias.*

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador, Tornado em consideração o que representara o Commandante da Estação Naval do Norte, em Officio n.º 133, datado de 18 do mez proximo preterito, Manda declarar a V. Ex., que os Commandantes, bem como os Officiaes das Estações Navaes, não podem ser nomeados para as Juntas de Justiça, que tiverem lugar nas Provincias, á vista do que determina o Artigo 5.º do Decreto n.º 326 de 2 de Outubro de 1843: o que communico a V. Ex., para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

---

N.º 74. — Aviso de 21 de Julho de 1846. — *Designa as embarcações miudas, que devem ter os Navios d' Armada.*

Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer emitido pela Commissão encarregada do exame do armamento em geral da Repartição da Marinha em Officio de 15 do corrente mez, Ha por bem que a respeito das embarcações miudas, que devem ter os differentes Navios d' Armada, se observe a inclusa Tabella, assignada pelo Conselheiro Official Maior desta Secretaria d' Estado; sendo as



dimensões de taes embarcações proporcionadas ás dos respectivos Navios: o que communico a Vm., para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a Vm. Paço em 21 de Julho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Antonio Pedro de Carvalho.

N.º 75. — FAZENDA. — Em 24 de Julho de 1846.  
*Os generos sujeitos a direitos de importação  
 não podem ser recolhidos a armazens, que  
 não sejam Alfandegados.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Província da Bahia, que os generos, de que trata a ordem de 14 de Janeiro deste anno, sob n.º 5, que não podem ser recolhidos em armazens que não sejam alfandegados, são os sujeitos a direitos de importação.

Thesouro Publico Nacional em 24 de Julho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 76. — MARINHA. — Aviso de 31 de Julho de 1846. — *Manda pôr em execução, a bordo dos Navios d' Armada, hum novo mappa para a classificação das despesas relativamente ao matrial.*

Exigindo a boa ordem do serviço, e arrecadação da Fazenda Publica da Repartição da Marinha, que a classificação da despesa a bordo dos Navios d' Armada seja feita com a maior clareza e distincção; Determina Sua Magestade o Imperador, que do 1.º do corrente mez em diante se ponha em execução a bordo dos Navios armados, desarmados e transportes, para a classificação das despesas nelles feitas, o mappa do modelo incluso, em lugar dos que actualmente se fazem, os quaes ficão cessando; devendo o dito mappa ser organizado mensal-

mente, a contar do dia em que o Navio armar em guerra, ou em transporte, até o em que desarmar, continuando-se mesmo no desarmamento a enviar o dito mappa; servindo-se porém o Escrivão, a cargo de quem se achar a escripturação dos Navios, neste ultimo caso, do referido modelo tão somente no que for applicavel; o que communico a V. S. para sua intelligencia; cumprindo que, pela parte que lhe toca, expeça as necessarias ordens, não só para fiel execução do que se determina, mas tambem para que na remessa de taes map-pas haja a mais severa regularidade, quer estejam os Navios neste Porto, quer nos das Pro-víncias, ou mesmo em Portos Estrangeiros.

Deos Guarde a V. S. Paço em 31 de Julho de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hol-landa Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. José Pereira Pinto.

*Mapa das praças dictadas a bordo deste Esquive e das alterações que as mesmas soffrêrão durante o meo pp.*

[illegible]

# Mappa da despesa que fez este..... em o mez de..... pp.

Classificação.	GENEROS DESPENDIDOS.	Quantidades des- pendidas.	PREÇOS POR QUE ESTÃO CARREGADOS OS GENEROS.		Valor total de cada genero.	APPLICAÇÃO QUE TIVERÃO.	
			Réis.	Unidad.			
MUNICÕES.	NAVAES.	Tijolo Inglez.....	1	200	1	200	Para limpeza da bitacula e outros amarelllos do navio.

## Observações.

Sempre que se transportar para quaesquer das Provincias do Imperio praças do exercito, invalidos, recrutas, presos de Justiça, ou outras extraordinarias, que perceberem ração a bordo, notar-se-ha em observação no Mappa de despesa mensal não só a totalidade de ditas praças, como a importância dos generos que ellas consumirem.

Os mantimentos e outros generos que se inutilisarem a bordo, e dos quaes se fizer termo, serão tambem mencionados em observação especial, declarando-se a qualidade, peso ou medida, bem como os preços por que estão elles carregados aos respectivos Encarregados. Nas Barcas de Vapor convem que se declare em observação a despesa que se fizer com o combustivel, mencionando-se a qualidade, quantidade e preços.

GRADUAÇÃO.	NOME.	NATURA- LIDADE.	IDADE.	ANNOS DE SERVIÇO.	ESTADO.	FILHOS
PRAÇA E ACESSO.		DOENÇAS.				
Cadete Soldado Anspecada Cabo d'Esquadra Forriel 2.º Sargento 1.º Sargento Sargento Ajudante ou Quartel-mestre Alferes Alumno ou Guarda Marinha 2.º Tenente ou Alferes 1.º Tenente Capitão Major Tenente Coronel Coronel		Anteriores.	Qualidade e tempo.	Onde estava o Official.		
CASTIGOS.		LICENÇAS.				
Anteriores.	Qualidade.	Motivo.	Onde se achava o Official.	Registrada.	Com vencimento.	De favor.
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS EM CAMPANHA.		PREMIOS.		SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS EM TEMPO DE PAZ.		PREMIOS.

# INFORMAÇÕES.

posições physica, e saude.....	
educta civil.....	
educta Militar .....	
plicação aos estudos, e quacs.....	

<i>appreciação ao serviço.</i>	COMMISSÕES.	DESEMPENHO.

<i>mãdante do Corpo.</i>	
--------------------------	--

<i>dante das Armas.</i>	
-------------------------	--

*Nacional e Imperial e suas dimensões.*

<i>Numero. de embarcaç.</i>	<i>Qualidades dos Navios.</i>	<i>Pés de comprimento de roda a roda.</i>	<i>Remos de palamenta.</i>	<i>Remos de voga.</i>
<b>NAOS E FRAGATAS DE 1.<sup>a</sup> ORDEM.</b>				
1	Lancha .....	36	18	
1. <sup>o</sup>	Escaler .....	33	16	
2. <sup>o</sup>	Dito .....	30	14	
3. <sup>o</sup>	Dito .....	27	12	
4. <sup>o</sup>	Dito .....	24	10	
1. <sup>a</sup>	Canoa .....	30		8
2. <sup>a</sup>	Dita .....	26		6
1	Bote .....	23		4
Total 8	<b>FRAGATAS DE 2.<sup>a</sup> ORDEM.</b>			
1	Lancha .....	32 a 34	16	
1. <sup>o</sup>	Escaler .....	28	12	
2. <sup>o</sup>	Dito .....	26	10	
3. <sup>o</sup>	Dito .....	25	10	
4. <sup>o</sup>	Dito .....	23	8	
1	Canoa .....	27		6
1	Bote .....	22		4
Total 7	<b>CORVETAS DE 1.<sup>a</sup> ORDEM.</b>			
1	Lancha .....	28	14	
1. <sup>o</sup>	Escaler .....	27	12	
2. <sup>o</sup>	Dito .....	25	10	
1	Canoa .....	26		6
1	Bote .....	21		4
Total 5	<b>CORVETAS DE 2.<sup>a</sup> ORDEM.</b>			
1	Lancha .....	26	12	
1. <sup>o</sup> e 2. <sup>o</sup>	Escaleres .....	25	10	
1	Canoa .....	26		6
1	Bote .....	20		4
Total 5	<b>BRIGUES DE 1.<sup>a</sup> ORDEM.</b>			
1	Lancha .....	24	10	
1. <sup>o</sup>	Escaler .....	22	8	
2. <sup>o</sup>	Dito .....	24		6
1	Canoa .....	25		6
1	Bote .....	20		4
Total 5	<b>BRIGUES DE 2.<sup>a</sup> ORDEM.</b>			
1	Lancha .....	20	8	
1	Escaler .....	23		6
1	Canoa .....	24		6
1	Bote .....	20		4
Total 4	<b>BRIGUES ESCUNAS, PATAXOS E ESCUNAS.</b>			
1	Lancha .....	16 a 18	8	
1	Canoa .....	22		4
1	Bote .....	20		4
Total 3	<b>CANHONEIRAS.</b>			
1	Bote .....	16 a 18		4
1	Canoa .....	18 a 20		4



As dimensões de que trata esta Tabella poderão ser alteradas, de sorte que fiquem sempre proporcionaes as dos respectivos Navios.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha 21 de Julho de 1846. — Manoel Carneiro de Campos.

---

COLLECÇÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.

1846.

TOMO 9.º CADERNO 8.º

---

N.º 77. — GUERRA. — Circular do 1.º de Agosto de 1846. — *Providenciando ácerca dos excessos de licenças concedidas aos Officiaes do Exercito.*

Illm. e Exm. Sr. — Chegando ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador, que não obstante o disposto no Aviso Circular de 29 de Outubro de 1845, ácerca dos Militares licenciados, alguns casos tem oôcorrido em continuação do abuso, que se teve em vista extirpar: Determina o Mesmo Augusto Senhor, que V. Ex., tendo muito presente o que o referido Aviso ordenou, não consinta jámais, que qualquer Militar com licença nessa Provincia, continue a permanecer ahi depois della finda, em manifesta contravenção das Leis, e ordens em vigor; expedindo as precisas ordens, para que os individuos licenciados sigão para os seus Corpos com antecedencia tal, que possão ser presentes nelles, sem ter excedido o prazo das licenças que houverem obtido.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em o 1.º de Agosto de 1846. — João Paulo dos Santos Barreto. — Sr. Presidente da Provincia de.....

N.º 78. — FAZENDA. — Em 3 de Agosto de 1846.  
*As Causas da Fazenda Provincial podem  
 correr no Juizo commum, ou perante os  
 Juizes privativos creados por Leis Geraes,  
 como entenderem conveniente decretar as  
 Assembléas Legislativas Provinciaes.*

Remetto a V. Ex. para seu conhecimento a copia do Decreto de 14 de Julho, pelo qual S. M. o Imperador houve por bem, tendo ouvido o Conselho d' Estado, Decretar, que as Assembléas Legislativas Provinciaes tem direito de decretar, que as causas da Fazenda Provincial se processem e corraõ no fôro commum, ou perante os Juizes privativos creados pelas Leis Geraes para as causas da Fazenda Publica Nacional.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Agosto de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia de....

*Decreto a que se refere o Aviso supra.*

Tendo ouvido o Meu Conselho d' Estado reunido sobre o parecer da Secção do mesmo Conselho, a que pertencem os Negocios da Fazenda e Justiça, a respeito das duvidas sobre a extensão que deve ter a Lei numero duzentõs e quarenta e dous de vinte e cinco de Novembro de mil oitocentos e quarenta e hum, ás causas da Fazenda Provincial, e Conformando-Me com o voto do Conselheiro d' Estado Honorio Hermeto Carneiro Leão, de que, não cabendo nas attribuições das Assembléas Provinciaes a creação de hum Juizo particular para as causas da Fazenda Publica das Provincias, todavia

tem o direito de decretar que taes causas corram no fôro commum, ou perante os Juizos privativos creados pelas Leis Geraes, assim como podem estabelecer as regras que mais lhes parecerem conducentes para a boa arrecadação e fiscalisação das ditas rendas: Hei por bem Decretar, em solucão das referidas duvidas, que as Assembléas Legislativas Provinciaes tem direito de decretar que as causas da Fazenda Provincial se processem e corram no fôro commum, ou perante os Juizes privativos creados pelas Leis Geraes para as causas da Fazenda Publica Nacional, e estabelecer as regras que mais lhes parecerem conducentes para a boa arrecadação e fiscalisação das rendas Provinciaes, pois que sem esta faculdade seria illusoria a que ellas tem de crear as mesmas rendas.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estados dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Julho de mil oitocentos e quarenta e seis, vigesimo quinto da Independencia e do Imperio.— Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.— Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque.

N.º 79. — Em 8 de Agosto de 1846. — *Declara que, decretada a pronuncia, em qualquer delicto, fica o pronunciado sujeito á suspensão dos direitos politicos, e por consequencia do exercicio dos Empregos, e neste caso estão os Professores Publicos.*

Illm. e Exm. Sr. — Respondo ao seu Officio de 17 de Abril ultimo, que não me conformo com as doutrinas que V. Ex. sustenta, e de que deduz erroneos corolarios. He certo que houve tempo em que se entendeu que segundo o nosso modernó direito criminal a pronuncia em delictos não comprehendidos na classe de responsabilidade não produzia a suspensão do pronunciado nos Officios Publicos, que este exercesse, e nesta conformidade forão proferidas algumas decisões do Governo, como o Aviso de 30 de Setembro de 1834, e o de 27 de Julho de 1835, e talvez outros; porêm esta interpretação caducou inteiramente á face do Art. 293 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, que não deixa arbitrio algum, e que expressamente determina que decretada a pronuncia (em qualquer delicto) fica o pronunciado sujeito á suspensão do exercicio dos direitos politicos. E se he indisputavel por hum lado, que aquelle que serve hum Emprego Publico exerce direitos politicos, e por outro que o Emprego de Professor de Latim, estabelecido por Lei, e pago pelo Estado, he essencialmente publico, e não de simples direito particular, segue-se necessariamente, que o Professor Isidoro José Lopes, de que se trata, indevidamente continuou no magisterio publico depois de pronunciado, e não tem direito a ordenado algum, em quanto se não mostrar livre do crime por que foi pronunciado.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio de Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1846.— Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

---

N.º 80.— Em 10 de Agosto de 1846.— *Como se devem haver os direitos de 5 por cento das pessoas , que forem nomeadas Presidentes de Provincias.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em vista das observações feitas pela Thesouraria da Provincia de Pernambuco em Officio de 25 de Junho deste anno, sob n.º 82, de darem-se opiniões contrarias, a que os Presidentes das Provincias devem sempre pagar pela totalidade de seus ordenados os direitos de 5 por cento, de que trata a Tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, qualquer que seja o Emprego que algum anteriormente tivesse occupado por não se verificar com elles o caso do § 3.º das advertencias da mesma Tabella; declara, que os individuos, que, occupando outros empregos, forem nomeados Presidentes de Provincia, devem pagar o dito imposto de todo o ordenado, que em consequencia do seu novo cargo tiverem de perceber, e não da differença que houver entre este, e o que vencião pelo emprego que occupavão.

Thesouro Publico Nacional em 10 de Agosto de 1846.— Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 81. — FAZENDA. — Em 11 de Agosto de 1846.

*Não convem fazer-se a arrematação somente de alguns impostos, com exclusão de outros— Ao prudente arbitrio dos Inspectores das Thesourarias fica julgar da conveniencia de visitar, e inspecção as Collectorias.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, approva a deliberação do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagoas de não ter annuido á pretensão dos concurrentes á arrematação dos impostos geraes, de somente arrematarem alguns de mais facil cobrança, com exclusão de outros, conforme o mesmo Sr. Inspector participou em seu Officio de 26 de Junho ultimo, sob n.º 29. Quanto á authorisação que no mesmo Officio solicita para ir ou mandar visitar as Collectorias, declara que não se póde marcar outra alguma regra se não o prudente arbitrio, que a Lei faculta; pois casos haverá, em que essas visitas se tornem menos uteis, que prejudiciaes, pelas despesas que podem trazer, desproporcionadas aos lucros que se hajão de esperar.

Thesouro Publico Nacional em 11 de Agosto de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 82. — MARINHA. — Aviso de 14 de Agosto de 1846. — *Manda remetter á Typographia Nacional copias das peças Officiaes que forem expedidas pela Secretaria d' Estado, e Repartições subordinadas ao respectivo Ministerio.*

Tendo de estabelecer-se nesta Côte huma Gazeta Official, e Havendo Sua Magestade o Imperador Determinado que a publicação de todos os actos emanados das Secretarias d' Estado seja de sua privativa competencia, á excepção daquelles que os respectivos Ministros mandarem publicar tambem em outros Jornaes; Ordena o Mesmo Augusto Senhor que, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e pelas Repartições subordinadas ao respectivo Ministerio, se remettão á Typographia Nacional as peças Officiaes abaixo transcriptas. O Official Maior da dita Secretaria d' Estado enviará, debaixo de sobrescripto seu, copias fieis das Leis, Decretos, Resoluções do Poder Legislativo, Sancionadas por Sua Magestade o Imperador, e dos Decretos, Regulamentos, e Avisos do Poder Executivo, referendados pelo Ministro da Marinha, logo que baixarem da Imperial Sancção, ou da Referenda Ministerial, não excedendo nunca o prazo de quarenta e oito horas, salvo legitimo impedimento: das informações, que do estado das Repartições, espontaneamente, ou por mandado do Governo derem os respectivos Chefes; de todo o mais expediente ordinario da Secretaria, em resumo, ou por extenso, quando o Ministro assim o ordenar. Os Chefes das mencionadas Repartições enviarão, pela mesma fôrma acima, noticia de qualquer alteração que se faça no Quadro d' Armada, e com anticipação das commissões, a que se destinarem os Navios d' Ar-



mada ( não havendo motivo para reserva ): enviarão também copias das ordens expedidas sobre recrutamento, armamento, e desarmamento de Navios, e das ordens do dia; e remetterão todas as publicações, annuncios, editaes, e propostas que devão chegar ao conhecimento do publico; o que communico a V. S. para sua intelligencia e execução na parte que lhe toca.

Deos Guarde a V. S. Paço em 14 de Agosto de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Conselheiro Manoel Carneiro de Campos.

---

N.º 83. — FAZENDA. — Em 17 de Agosto de 1846.

*As Commissões a Collectores e Administradores de Mesas de Rendas, que tenham cahido em exercicios findos, entrão na regra geral das dividas, para se pedir credito.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio de Janeiro de 22 de Junho ultimo, sob n.º 33, que as Commissões aos Collectores e Administradores de Mesas de Rendas pela arrecadação de dinheiros, pertencentes ao Cofre dos Orphãos, e entrados na Thesouraria em exercicios findos, estão sujeitas á regra geral, e devem entrar no Credito que se pedir para pagamento de dividas de exercicios findos, em cuja relação o mesmo Sr. Inspector mandará contemplar.

Thesouro Publico Nacional em 17 de Agosto de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 84 — Em 19 de Agosto de 1846. — *No impedimento simultaneo dos Thesoureiros e seus fieis, devem aquelles nomear quem os substitua; e a Fazenda Nacional não he obrigada a mais despesa alguma além dos ordenados marcados aos ditos lugares,*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, á vista do Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Parahyba de 29 de Abril do corrente anno; n.º 12, em que participa ter pela occurrencia do impedimento simultaneo do Thesoureiro, e do Fiel da Thesouraria, ordenado que o Thesoureiro nomeasse, sob sua responsabilidade, quem o substituísse, o que effectivamente se fez; e pede que se declare que vencimento deve ter este substituto; responde, de accordo com o Tribunal, que a Thesouraria obrou bem na providencia que deo, porque os Fieis, segundo a Lei, são da privativa nomeação dos Thesoureiros, que os abonão, e por elles se responsabilisão, e podem por tanto nomear substitutos sempre que haja necessidade, mas que a Fazenda Publica jámais fica obrigada a pagamento de outros ordenados ou gratificações, que não sejam os marcados para o Thesoureiro, e hum Fiel, que se acha em effectivo serviço; competindo ao Thesoureiro fazer com elle, e com o que está impedido, os ajustes que quizer.

Thesouro Publico Nacional em 19 de Agosto de 1846.— Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 85. — Em 26 de Agosto de 1846. — *Declara que a clausula — immediatamente — inserta no Artigo 21 da Lei de 24 de Outubro de 1832, não se refere á data da Lei, mas sim á noticia do estado dos edificios, e sua inutilidade, para serem vendidos.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, conformando-se com o parecer do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, constante do seu Officio n.º 302, dirigido ao Sr. Presidente da mesma Provincia em 16 de Junho ultimo, ordena ao dito Sr. Inspector, que mande vender o quartel denominado « Parauna » na Comarca do Serro, em hasta publica, depois de avaliado, e com todas as solemnidades da Lei; pois que o Art. 21 da Lei de 24 de Outubro de 1832 está em vigor, e a clausula *immediatamente* nelle inserta não se refere á data da mesma Lei, mas á noticia do estado dos edificios, e de sua inutilidade. O que cumprirá.

Thesouro Publico Nacional em 26 de Agosto de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 86. — Em 26 de Agosto de 1846. — *Os Officiaes das Contadorias e Sceretarias das Thesourarias só servirão de Procuradores Fiscaes, quando não haja Bachareis formados, ou Advogados, que possam ser nomeados.*

Illm. e Exm. Sr. — A ordem de 21 de Dezembro de 1843 expressamente determina, que nos impedimentos dos Procuradores Fiscaes só sejam chamados a substituil-os os primeiros Officiaes das Contadorias, ou Secretarias, quando não haja Bachareis Formados, ou Advogados, que possam ser nomeados; clausula esta, que não foi guardada nas nomeações de que trata o Officio n.º 50 de V. Ex. de 18 de Junho ultimo, porque não he provavel que no Ouro Preto não houvesse hum Bacharel em Direito, ou hum Advogado do Fôro, que pudes-se ser nomeado.

Recommendo por tanto a V. Ex. que observe a disposição da citada ordem, tanto mais quanto pela propria representação do Official Maior, se reconhece que de facto o serviço tem soffrido, pela sua falta de idoneidade para as funções de Procurador Fiscal.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Agosto de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 87. — Em 28 de Agosto de 1846. — *O que se deve praticar quando hum Empregado Geral, sendo Deputado Provincial, deixa de tomar assento na respectiva Assembléa, e sendo Deputado Geral, deixa de seguir a tomar assento na Assembléa Geral.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 12 de Maio deste anno; sob n.º 414, propondo os dous seguintes quesitos: 1.º se os Empregados Geraes que forem Deputados Provinciaes tendo tomado assento, e exercido as respectivas funcções no 1.º anno da Legislatura, podem no seguinte deixar de assistir ás Sessões, e servir os seus Empregos durante o tempo das mesmas Sessões: 2.º se o Deputado Geral que tiver deixado o exercicio de seu Emprego, participando que vem tomar assento na Assembléa, mas que por qualquer motivo se demora por algum tempo a seguir viagem, deve ser pago do ordenado do seu Emprego durante a mesma demora, sem attestado de residencia, e que prazo se ha de attender como preciso ao Deputado para se apromptar e partir: declara ao mesmo Sr. Inspector, que, quanto ao 1.º, não se dá artigo algum de Lei que no caso figurado, que bem pôde occorrer por justificadas razões, e com circumstancias variadas, imponha ao Empregado a pena de suspensão de seu Officio; além disto o conhecimento destas razões compete exclusivamente á Assembleia Provincial; e se esta consente, expressa ou tacitamente, na revelia desse Deputado, não se descobre fundamento algum

plausível para que elle seja inhibido de exercer as funcções de seu Officio como Empregado Geral. Quanto ao 2.º ha o Aviso de 20 de Outubro de 1832, ordenando que os Empregados Publicos que são Membros do Corpo Legislativo continuão a vencer os seus ordenados, durante o tempo que decorre desde o dia em que deixão os seus Empregos, até o em que tomão assento na respectiva Camara.

Thesouro Publico Nacional em 28 de Agosto de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 88. — Em 31 de Agosto de 1846. — *Declara que sello devem pagar as quitações judicias dos quinhões hereditarios ; e que as quitações relativas ás escripturas de compra e venda, e cartas de arrematação e de adjudicação de bens de raiz, são isentas delle.*

O Sr. Administrador da Recebedoria, em solução ás suas representações de 8 e 9 de Junho proximo passado fique na intelligencia de que : 1.º os quinhões hereditarios e legados inscriptos nas respectivas partilhas tendo já pago o sello proporcional devido, as quitações judicias dos mesmos quinhões que se dão depois aos interessados, não são sujeitas ao mesmo sello proporcional, e sim ao fixo como qualquer documento : 2.º as escripturas de compra e venda, e as cartas de arrematação e de adjudicação de bens de raiz são titulos da mesma classe e natureza, e sendo as quitações respectivas huma parte integrante de sua legalidade, ainda mesmo passadas em papel separado, com referencia aos

ditos títulos, não deixão de ser actos provenientes das mesmas transacções, e por isso são isentas do pagamento do sello, na fôrma do disposto no Art. 15 § 3.º da Lei de 24 de Outubro de 1843.

Rio de Janeiro 31 de Agosto de 1846.— Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

**COLLEÇÕES DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.**

1846.

TOMO 9.º CADERNO 9.º

---

N.º 89. — FAZENDA. — Em 3 de Setembro de 1846. — *As Commissões ao Juiz, e Officiaes do Juizo dos Feitos só são devidas das quantias, que se cobrarem pelas vias e diligencias da justiça.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio N.º 53 do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, de 4 de Julho ultimo, que a Lei de 29 de Novembro de 1844 só concede ao Juiz, e Officiaes do Juizo dos Feitos da Fazenda commissões das quantias, que se arrecadarem por suas diligencias, além da que lhes competir na conformidade das Leis, das execuções vivas; e por tanto não basta, que os devedores sejam requeridos e executados, para que o Juizo adquira direito á commissão de tudo o que elles deverem, e houverem de pagar, he indispensavel que a cobrança seja obtida pelas vias, e diligencias da justiça, e só dessas quantias he que se deve deduzir commissão, nunca porém daquellas, com que os executados livremente entrarem para os cofres, á conta ou por saldo de suas dividas. He esta a expressa disposição da legislação antiga, a que positivamente se refere



a sobredita Lei, que instaurou o fóro da Fazenda, tanto a respeito das commissões, como a respeito das multas das execuções vivas, as quaes só podem recahir em casos muito especiaes, e revestidos de todas as circumstancias que exige a citada Legislação antiga. As commissões, e as multas não são concessões graciosas e gratuitas, são gratificações *pro labore* e só são devidas nos precisos termos da Lei, entendida muito restrictamente em sua letra, tendo a ellas direito o Juiz e Officiaes, que estão em effectivo serviço ao tempo da entrada das quantias provenientes das execuções, nos cofres Publicos, como já por vezes tem resolvido o Tribunal do Thesouro. Se pois, pelo que se conclue do citado Officio, o executado Antonio de Miranda Magro pagou a sua divida, entrando espontaneamente com o saldo della, independentemente das vias do processo judicial, e das diligencias do Juizo, e se ao tempo da entrada ninguem servia o lugar de Procurador Fiscal, segue-se que não he devida commissão alguma por tal entrada, e que ainda que ella fosse devida, a ninguem caberia a quota respectiva ao lugar de Procurador Fiscal.

Thesouro Publico Nacional em 3 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 90. — Em 3 de Setembro de 1846. — *Pelo trabalho do lançamento não devem os Col-lectores levar porcentagem.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribu-

nal do Thesouro Publico Nacional, conformando-se com o parecer do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, dado em seu Officio N.º 62 de 14 de Julho ultimo, sobre requerimento do ex-Collector do Municipio do Piranga, Francisco Coelho Duarte Badaró, que pedia o pagamento de hum terço de por cento pelo lançamento dos impostos, que ficarão por cobrar, relativamente aos annos de 1843-1844, e de 1844-1845; declara, que nenhuma porcentagem se deve dar pelo trabalho do lançamento, não só porque he isso o onus inherente ao lugar de Collector, sem o qual não pôde haver a cobrança, como porque semelhante systema dá lugar a abusos da parte dos Exactores, no lançamento exagerado; ou indevido, dos objectos collectaveis, que tem depois de ter abatimentos e annullações.

Thesouro Publico Nacional em 3 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 91. — Em 5 de Setembro de 1846. — *Manda-se pagar aos Empregados das Recebedorias os vencimentos da Tubella annexa ao Decreto de 15 de Junho deste anno, e que se inclue a importancia das Letras de Siza, e dos devedores, para a deducção da porcentagem.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, ordena que os Empregados actuaes da Recebedoria das Rendas internas dessa Cidade, que estão contem-

---

plados na Tabella que acompanhou o Decreto de 45 de Junho deste anno, comecem a perceber os vencimentos nella designados desde o principio do corrente mez em diante, e os outros não comprehendidos continuem a perceber como dantes, em quanto não forem providos os empregos creados pela mesma Tabella; advertindo-se, que para a deducção da nova porcentagem, se deve incluir no rendimento a importância das letras de siza, e dos devedores. O que o Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia cumprirá.

Thesouro Publico Nacional em 5 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

Semelhante ás Thesourarias de Pernambuco e Maranhão.

N.º 92. — MARINHA. — Aviso de 14 de Setembro de 1846. — *Estabelece a maneira por que deve ser feita a correspondencia entre a Contadoria Geral da Marinha, e as Contadorias das Provincias.*

Sua Magestade o Imperador Determina, que a correspondencia da Contadoria Geral da Marinha com as Contadorias de Marinha das Provincias, de que trata o respectivo Regulamento no Artigo 63, seja enviada ás Presidencias das Provincias por essa Secretaria d' Estado, para se lher dar a competente direcção, sem dependencia de Aviso, levando somente no alto de cada Officio o — visto — de V. S.ª; e que as das Contadorias das Provincias venha dirigida pelas Presidencias á mesma Secretaria d' Estado, escrevendo o Presidente somente á margem dos Officios.

as observações, que sobre seu conteúdo tiver de fazer, na conformidade do citado Regulamento; o que communico a V. S.<sup>a</sup> para sua intelligencia, e execução na parte que lhe toca.

Deos Guarde a V. S.<sup>a</sup> Paço em 11 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque — Sr. Manoel Carneiro de Campos.

N.º 93. — Aviso de 14 de Setembro de 1846. — *Mandando ficar sem vigor a pratica de vencerem os Artifices, embarcados em qualquer Navio d' Armada, mais meio jornal, quando empregados nos Arsenaes, como operarios.*

Em solução ao Officio n.º 12 que Vm. m<sup>te</sup> dirigio em data de 24 de Julho ultimo, relativamente á duvida do Chefe da 2.<sup>a</sup> Secção dessa Contadoria Geral, sobre o abono do meio jornal aos seis machinistas da Barca de Vapor Guapiassú, mandado fazer pelo Inspector do Arsenal de Marinha da Córte, por ser pratica em todos os Arsenaes, vencerem os Artifices embarcados em qualquer Navio d' Armada mais meio jornal, quando empregados nos Arsenaes como operarios; Determina Sua Magestade o Imperador, que fique sem vigor essa pratica, e que só por ordem desta Secretaria d' Estado se possam fazer taes abonos; o que communico a Vm. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a Vm. Paço em 14 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Antonio José da Silva.

N.º 94. — FAZENDA. — Em 17 de Setembro de 1846. — *Não se abonão aos Empregados Públicos faltas, por estarem servindo de Juizes Municipaes.*

Illm. e Exm. Sr. — Respondo ao Officio de V. Ex. de 10 de Julho deste anno, n.º 36, que o abono das faltas do Feitor d'Alfandega, de que V. Ex. trata, quando tiverem por causa o estar elle servindo de Juiz Municipal, não póde ter lugar, visto a incompatibilidade de serem por hum só individuo exercidas as funcções destes dous empregos.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

---

N.º 95. — Em 19 de Setembro de 1846. — *Declarando o que se deve praticar a respeito de legados pios não cumpridos.*

Illm. e Exm. Sr. — Não competindo, segundo a Legislação antiga ainda em vigor, ao Tribunal do Thesouro nem ás Thesourarias, mas aos Juizos ou Provedorias dos Resíduos, julgar por devolutos, e applicados ao destino, que as Leis tem dado, os legados pios não cumpridos, não pertence ao Tribunal do Thesouro resolver sobre a pretensão do Provedor e mais Irmãos de Mesa da Irmandade da Santa Casa da Misericordia da Capital dessa Provincia, de lhes serem entregues as sommas provenientes de taes legados, que a Lei de 6 de Novembro de 1827 mandou applicar ao Hospital da Santa

Casa, cujo requerimento acompanhou o Officio de V. Ex. de 28 de Julho ultimo, sob n.º 54; devendo as quantias provenientes delles, entrados para os cofres Publicos por deposito ou emprestimo, continuar no deposito, até que se apresentem as Sentenças proferidas nos respectivos autos de contas de testamentos nas competentes Provedorias, acompanhadas de deprecadas, ou nestas transcriptas, para á vista dellas serem cumpridas as ditas deprecadas, no caso que se tenham guardado as devidas formalidades nos julgamentos, em que sempre devem ser ouvidos os Promotores Fiscaes das mesmas Provedorias. Quanto á duvida, que propõe a Thesouraria no Officio que acompanhou o de V. Ex. informando a tal respeito, de pertencer á dita Santa Casa todas, ou somente a terça parte das quantias ahi recolhidas em 1823 e 1824, na importancia de 1.771\$575, por ter sido revogado pela sobredita Lei o Alvará de 5 de Setembro de 1786, que mandava applicar ao Hospital de Lisboa duas terças partes de taes legados, tenho a declarar a V. Ex., que não tendo a Lei feito distincção alguma, nem declaração quanto ao preterito, devem-se comprehender em sua disposição todas as quantias então em deposito, provenientes de legados pios, que áquella data não tivessem sido cumpridos, muito mais porque a mesma Lei nenhuma applicação especial a ellas deo.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N.º 96. — Em 22 de Setembro de 1846. — *Declara a maneira por que devem os funcionarios publicos exigir informações, e prestar-se mutuamente a bem do serviço.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio Grande do Norte de 24 de Julho deste anno, n.º 41, sobre o facto de negar-se o Patrão Mór da Barra a dar huma informação exigida pela Thesouraria, por não se considerar a ella subordinado; e sobre a resolução, que a este respeito tomou a Presidencia da Provincia; declara, que a Presidencia obrou bem. He certo que todos os Funcionarios publicos, quando se trata de negocios do serviço, podem, e até devem ter todas as communicções directas entre si, auxiliando-se mutuamente em perfeita harmonia, ainda que sejam de classes distinctas, e independentes; mas estas correspondencias officiaes devem ser praticadas em termos civis, deprecando-se reciprocamente o que for de mister para o melhor desempenho do serviço, como sempre foi usado, nunca por modo imperativo, só proprio do superior para o seu subordinado. Não estando pois o Patrão Mór, por seu officio, sujeito immediatamente á Thesouraria, nada devia esta exigir d'elle, por mando proprio, mas sim solicitar e requerer a bem do serviço, o que por certo não era menos obrigatorio para o mesmo Patrão Mór, segundo a legislação, e com especialidade o Art. 154 do Código Criminal. E não querendo o meio deprecatorio, então o de dirigir-se ao Sr. Presidente da Provincia.

Thesouro Publico Nacional em 22 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 97. — Em 24 de Setembro de 1846. — *Como se deve proceder no pagamento do sello dos quinhões hereditarios.*

Illm. e Exm. Sr. — Sendo o imposto do sello dos quinhões hereditarios, de que trata o Officio n.º 108 de V. Ex. de 13 de Julho ultimo, posto que proporcional ao seu valor, lançado não sobre a quota hereditaria, mas sobre os titulos a ella relativos, como se deduz das disposições da Lei de 21 de Outubro de 1843, e Regulamento de 26 de Abril de 1844, e da denominação de sello do papel fixo, e proporcional com que este imposto he designado nas Leis do Orçamento, a taxa respectiva deve ser paga quando se extrahir, e passar a sentença, ou formal de partilha, e antes que seja subscripta pelo competente Escrivão, quem quer que seja a pessoa que a solicite; isto he, ou seja a propria parte interessada, quando maior e habil, ou seu procurador, ou seja o tutor, curador, e administrador do menor, ausente, ou por qualquer maneira inhabilitado.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



N.º 98. — MARINHA. — Aviso de 28 de Setembro de 1846. — *Declara o como devem ser considerados os Machinistas, e moços do fogo das Barcas de vapor.*

Sua Magestade o Imperador, á vista do que V. S. expuzera em Officio n.º 654 de 19 do corrente mez, Determina que os Machinistas das Barcas de vapor sejam reputados Officiaes de prôa, e os moços do fogo como qualquer praça de marinhagem; o que communico a V. S. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. S. Paço em 28 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. José Pereira Pinto.

---

N.º 99. — Aviso de 29 de Setembro de 1846. — *Altera a observação — e — da Tabella, mandada executar por Aviso de 10 de Maio de 1846, a respeito da distribuição da lenha nos Navios d' Armada.*

Sua Magestade o Imperador, Tomando em consideração o que V. Ex. propuzera em Officio n.º 86 de 25 do corrente mez, Ila por bem que se altere a Observação — e — da Tabella, mandada executar por Aviso de 10 de Maio ultimo; e Ordena que a razão de lenha para os Navios d' Armada, cujas guarnições forem de cincoenta a cem praças, inclusive, seja fornecida á razão de huma e meia acha de lenha por praça: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. Paço em 29 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Miguel de Sousa Mello e Alvim.

---

N.º 100. — FAZENDA. — Em 30 de Setembro de 1846. — *Como se deve proceder na remessa das sentenças proferidas contra a Fazenda Publica ao Tribunal do Thesouro Publico Nacional.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, declara: 1.º que as copias das sentenças proferidas contra a Fazenda Nacional devem ser remettidas ao Thesouro Publico Nacional pelo expediente das Thesourarias, e por isso a estas cumpre have-las, ou sejam dadas pelos Escrivães, e por elles assignadas, ou sejam extrahidas dos processos pelos Officiaes das Thesourarias, que as sub-screverão, com declaração de estarem conformes com os originaes: 2.º que estas copias se devem remetter de todas as sentenças, que forem proferidas contra a Fazenda em Juizo contencioso, e depois de legitimamente passadas em julgado: 3.º que tendo as sentenças passado em julgado, e estando em termos de execução, esta se não suspende pela remessa das copias.

Thesouro Publico Nacional em 30 de Setembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

**PÁGINA ORIGINAL  
EM BRANCO**

---

COLLECÇÕES DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.

1846.

TOMO 9.º CADERNO 40.

---

N.º 401. FAZENDA — Em o 4.º de Outubro de 1846. — *Os Porteiros das Thesourarias, e das outras Repartições, são os incumbidos da aquisição do necessario para o expediente dellas.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio n.º 31 do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Goyaz de 11 de Julho ultimo, que aos Porteiros das Thesourarias, bem como a cada hum dos das outras Repartições, incumbe a aquisição do necessario para o respectivo expediente.

Thesouro Publico Nacional em o 4.º de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 402. — Em o 1.º de Outubro de 1846. — *As viúvas e filhos de Officiaes de 2.ª Linha com soldo, que para esta passdrão da 1.ª muito embora nesta não fossem ainda Officiaes, tem direito ao meio soldo.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Calvalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em vista do Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 8 de Agosto ultimo, sob.n.º 465, transmittindo a opiniao do Procurador Fiscal respectivo sobre o direito, que segundo o Decreto de 6 de Junho de 1831 deve ou não ter ao meio soldo do posto de Major, a viúva de hum Tenente Coronel de 2.ª Linha, que tendo passado de Sargento da 4.ª Linha, para Ajudante da 2.ª, e depois para Major, percebia o soldo deste posto, visto que o § 4.º do Artigo 1.º do dito Decreto diz — Officiaes que tiverem passado, — e não — praças que tiverem passado, —suppondo que deva já ser Official na 4.ª Linha, quando se effectue a passagem, para que as viúvas filhos, &c., gozem do beneficio da Lei de 6 de Novembro de 1827, declara ao mesmo Sr. Inspector, que não he admissivel tal opiniao, por quanto tal interpretação, além de não assentar na razão da Lei, e de não ser abonada por distincção alguma, que ella haja estabelecido expressamente, envolve o absurdo de se contarem meramente os annos de serviço passados na 2.ª Linha, com exclusão total dos serviços prestados na 4.ª, contra a mente da originaria instituição destê beneficio, que teve por principal intuito soccorrer as familias dos Officiaes, pelos serviços prestados nesta 4.ª Linha. Acresce, que os Officiaes de que

se trata sempre forão equiparados aos da 1.<sup>a</sup> Linha, e para ella tornavão. segundo o exigia o serviço, e a ordem estabelecida nas Promoções do Exercito, e até por disposições expressas tem direito á condecoração do habito de Aviz, sem attenção á praça, ou posto, em que passarão para a 2.<sup>a</sup> Linha, sendo estas as razões fundamentaes porque o Decreto de 6 de Junho de 1831 incluiu expressamente as suas familias no numero das contempladas pela Lei de 6 de Novembro de 1827.

Thesouro Publico Nacional em o 1.<sup>o</sup> de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.<sup>o</sup> 103. — Em o 1.<sup>o</sup> de Outubro de 1846. — *Dos meios soldos concedidos ás viúvas e filhas dos Militares, em virtude da Lei de 6 de Novembro de 1827, não se faz desconto algum.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 3 de Setembro ultimo, sob n.<sup>o</sup> 182, que dos meios soldos, que se abonão ás viúvas, filhos, &c. dos Officiaes militares fallecidos, em virtude da Lei de 6 de Novembro de 1827, e mais disposições Legislativas, nada se deve descontar, porque taes disposições o não decretarão.

Thesouro Publico Nacional em o 1.<sup>o</sup> de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 104. — Em o 1.º de Outubro de 1846. — *Os bens de raiz adjudicados ao testamenteiro ou inventariante por indemnisação de despesas por elle feitas, são sujeitos ao pagamento da Sisa.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 13 de Julho deste anno, sob n.º 153, em que pergunta, se hum testamenteiro e inventariante deve pagar a sisa dos bens do casal testador, adjudicados a elle por indemnisação de despesas por elle feitas com legados e dividas passivas; declara ao mesmo Sr. Inspector que, não sendo da competencia do Thesouro resolver sobre a duvida, que antes de tudo se apresenta, se o testamenteiro póde ou não haver os bens do testador a este titulo de pagamento de despesas, á face do que dispõe a Ordenação Livro 1.º Titulo 62 § 7.º, a adjudicação, que a elle se faz de taes bens, sendo de raiz, he sujeita ao pagamento da sisa, por haver neste caso huma verdadeira doação in solutum, como bem pensou o Procurador Fiscal da mesma Thesouraria.

Thesouro Publico Nacional em o 1.º de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 405 — Em 8 de Outubro de 1846. — *O rendimento do evento fóra do Municipio da Córte deve sêr considerado Renda Provincial, em quanto por Lei senão determinar o contrario.*

Ilm. e Exm. Sr. — Posto não possa considerar-se como definitivamente decidido se o rendimento do evento, que aliás por sua natureza he mais Geral que Provincial, pertence á Receita Geral ou Provincial, porque em diversas Leis de Orçamento tem sido attribuido, ora a huma ora a outra; com tudo como as ultimas Leis de Orçamento dão á Receita Geral este rendimento somente do Municipio da Córte, he de necessidade dar-lhes preferencia a favor da legitimidade com que dispoz a Lei Provincial de Minas Geraes, que deverá subsistir até a execução de nova Lei de Orçamento que outra cousa determine.

He o que se me offerece responder ao seu Officio n.º 59 de 22 de Julho ultimo.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



N.º 106. — Em 10 de Outubro de 1846. — *Declara comprehendida nas disposições dos Arts. 3.º e 12 do Regulamento de 9 de Abril de 1842, a causa entre a Santa Casa da Misericórdia, e o Prior do Convento do Carmo na Cidade da Victoria.*

Hlm. e Exm. Sr. — Sendo pela Secretaria d' Estado dos Negocios da Justiça transmittido em Aviso de 22 de Julho ultimo o Officio de V. Ex. de 28 de Abril deste anno, sob n.º 27, a ella dirigido com o do Juiz Municipal e de Orphãos da Cidade da Victoria, sobre a intelligencia que deve dar aos Regulamentos de 15 de Março de 1842 no Art. 35, e de 9 de Abril do mesmo anno no Art. 3.º, para poder dar andamento a humma causa entre partes a Santa Casa da Misericordia, e o Prior do Convento do Carmo; a fim de que pela Repartição da Fazenda sejam dados os esclarecimentos pedidos: cumpre-me por tanto responder a V. Ex., para o fazer constar ao dito Juiz Municipal, que não se dá razão alguma procedente para no caso, de que se trata, deixar de executar-se o que dispõe o dito Regulamento de 9 de Abril de 1842, Art. 3.º e 12.

Não a de dizer-se, que por parte da Santa Casa da Misericordia da Cidade da Victoria se não intentára acção alguma, ordinaria ou summaria, contra o Convento do Carmo da mesma Cidade; tendo apenas denunciado a falta de cumprimento de hum legado, para que tivesse lugar o procedimento ex-Officio; porque, além de bem se não poder considerar simples denuncia officiosa, o primeiro requerimento da dita Santa Casa, que nelle allega, e faz valer o direito, com que se presume a

haver esse legado não cumprido, accresce o apparecer ella como verdadeira parte litigante, e interessada a contestar os embargos oppostos pelo dito Convento.

Não a de recorrer-se á isenção do pagamento do imposto, que no Art. 10 do sobre-dito Regulamento he decretada a favor das pessoas miseraveis; porque, se como miseravel se póde considerar a Corporação da Santa Casa da Misericórdia, não acontece o mesmo a respeito do Convento dos Carmelitas, que não he da classe dos mendicantes, unicos que o direito reputa miseraveis, e por isso cumpre observar-se a providencia do Art. 12.

Não a de allegar-se a impossibilidade da avaliação, porque nem ha de facto a allegada impossibilidade de dar hum valor á devolução do legado não cumprido, que pertende a Santa Casa dita, nos termos dos Arts. 5.º e 6.º do Regulamento; nem se requer nesses Artigos, que tal avaliação se faça com a mathematica exactidão, que em casos semelhantes seria absurdo exigir.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1846.— Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N.º 407.—Em 14 de Outubro de 1846. —*Declara o que se deve praticar com o pagamento dos Juizes Municipaes , quando os de Direito se demorão na Capital, depois de finda a Assembléa Provincial, &c.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em conformidade com o Aviso da Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça de 3 do corrente, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 26 de Agosto deste anno, sob n.º 478, sobre a duplicata, que resulta de pagamento de vencimentos aos Juizes Municipaes do Ordenado dos lugares de Juizes de Direito, quando estes se demorão na Capital da Provincia, depois de finda a sessão da Assembléa Legislativa Provincial, que pela mesma Secretaria d'Estado foi declarado ao Sr. Presidente dessa Provincia, que para evitar-se a duplicação de Ordenados, não podem os Juizes Municipaes perceber os da Vara de Direito, que substituem, quando a substituição he motivada por impedimentos temporarios de licença, molestia, ou outro semelhante, em que o Juiz impedido tem direito á percepção do Ordenado, salvo aos Substitutos a quinta parte do Ordenado dos impedidos, quando o impedimento passar de quarenta dias.

Thesouro Publico Nacional em 14 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 108. — Em 14 de Outubro de 1846. — *Encarrega a Agencia do imposto do gado, a arrecadação deste imposto nas Freguezias de fóra da Cidade.*

O Sr. Administrador da Recebedoria do Municipio, em vista do que representou em 29 de Setembro, incumba á Agencia do imposto sobre o gado, a arrecadação deste imposto nas Freguezias de fóra da Cidade, até agora a cargo da Agencia das Rendas Nacionais das ditas Freguezias, hoje extincta.

Rio em 14 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 109. — MARINHA. — Aviso de 16 de Outubro de 1846. — *Declara as vantagens, que devem perceber os Magistrados, que servirem nas Provincias de Auditores da Marinha nos Processos de crimes capitaes.*

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, á vista do que ponderara essa Presidencia em Officio n.º 7 de 26 de Fevereiro ultimo, e do parecer do Desembargador, Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional, Ha por bem, fazendo extensivo á Marinha o Aviso expedido pelo Ministerio da Guerra em data de 28 de Abril de 1842, Ordenar que aos Magistrados, que exercerem as funcções de Auditores de Marinha nos crimes capitaes, se abonem os mesmos vencimentos, que percebem os Auditores de Guerra: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

---

N.º 110. — FAZENDA. — Em 17 de Outubro de 1846. — *Declara que o Inspector da Thesouraria interpretou mal o Regulamento das Alfandegas, no caso da apprehensão do Brigue Escuna Fere-Fogo, e estabelece a jurisprudencia applicavel aos casos futuros, por ser irrevogavel aquella decisão, conforme a ordem de 19 de Fevereiro de 1844.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, tendo presente os Officios da Presidencia da Provincia do Maranhão de 26 e 30 de Janeiro, 4.º de Fevereiro, 4.º de Março e 22 de Junho deste anno, n.ºs 4, 3, 5, 48 e 40, acompanhado este ultimo do requerimento do 4.º Tenente d'Armada Manoel Ignacio Bricio, bem assim o Aviso do Ministerio da Marinha de 15 de Julho, com a copia do Officio do Capitão de Mar e Guerra, Commandante da Divisão do Norte, João Francisco Regis, datado de 12 de Junho, e finalmente o Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da dita Provincia, tambem de 12 de Junho n.º 47, com as copias a que elle se refere, versando todos estes papeis sobre a apprehensão do Brigue Escuna Nacional Fere-Fogo, e da canoa S. José, feita em 29 de Dezembro do anno passado na altura da Ilha de S. João, pelo Brigue de Guerra Nicterohy, de que he

Commandante o sobredito Manoel Ignacio Brício; declara ao referido Sr. Inspector, de accordo com o parecer dos membros do Tribunal do Thesouro, que a decisão do Inspector d'Alfandega, que abrangeo na condemnação de perda tanto o Brigue Escuna, com todas as mercadorias nelle carregadas, como a canoa, e as mercadorias nella apprehendidas, conforme os Artigos 292 e 294 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, por terem sido para ella desembarcadas do dito Brigue, foi justa, e muito de accordo com as verdadeiras circumstancias do facto, e com as disposições do direito, que lhe são applicaveis, menos na parte em que fez extensiva ás duas embarcações, e a todas as referidas mercadorias, a pena de multa de metade do seu valor, que só deveria recahir sobre aquellas mercadorias que forão apprehendidas na canoa, comprehendidas em contrabando, nos termos do Art. 177 do Codigo Criminal, e do que declarou a ordem de 9 de Março deste anno. Bem que seja irrevogavel, no caso de que se trata, a decisão do Sr. Inspector da Thesouraria, vistas as disposições do Art. 287 do Regulamento das Alfandegas, e da ordem do Thesouro de 19 de Feyerreiro de 1844, todavia cumpre declarar-lhe, outrossim, que foi menos justa a sua resolução quanto ao Brigue Escuna, e sua carga, entendendo erradamente não ser applicavel ao caso, e ás circumstancias em que foi apprehendido o Brigue, a disposição do Art. 294 do referido Regulamento, que mal interpretara. Limita-se pois a estabelecer, e firmar a jurisprudencia, para a sua devida applicação em casos semelhantes, que de futuro occorrão á presente ordem; mas o Sr. Inspector a haverá por muito recommen-

dada, e como resposta ao seu citado officio de 12 de Junho.

Thesouro Publico Nacional em 17 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 411. — Em 17 de Outubro de 1846. —  
*Revoga a parte do Art. 6.º da ordem de 11 de Janeiro de 1842, que marcava gratificação aos Feitores encarregados da qualificação do Pao-Brasil*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em additamento á ordem de 15 de Março de 1845, declara revogada a parte do art. 6.º da de 11 de Janeiro de 1842, que marcava gratificação aos Feitores dos Consulados encarregados da qualificação do Pao-Brasil, pois que he esta huma parte das suas obrigações, na fórma do respectivo Regulamento, e como já se declarou na ordem de 6 de Novembro de 1844.

Thesouro Publico Nacional em 17 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

*Ordem a que se refere a Circular acima.*

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 5 de Setembro ultimo, sob n.º 185, na parte em que informa sobre a escusa, que apresentam os Feitores da

Mesa do Consulado, de verificarem a qualidade do Pao-Brasil que deve ser remettido para Londres, allegando ignorancia; declara ao mesmo Sr. Inspector, que sendo na fôrma do Regulamento obrigação essencial dos que servem estes empregos, a qualificação dos generos que se exportão, e sendo hum delles o Pao-Brasil, não he admissivel tal escusa, devendo elles procurar instruir-se (bem côm o fizerão os Feitores do Consulado desta Côrte, e das outras Provincias) em conhecer pelos caracteres exteriores da madeira qual he a bondade relativa das suas differentes qualidades, e o estado da limpeza dos toros, seu tamanho, &c.; a fim de poderem rejeitar aquelles, que não forem conformes aos contractos feitos com os vendedores. Outrosim recommenda ao mesmo Sr. Inspector, que os toros desta madeira, que se houver de remetter para Londres, sejam marcados nas cabeças com as letras — G. B. — Governo do Brasil.

Thesouro Publico Nacional 6 de Novembro de 1844. — Manoel Alves Branco.

---

N.º 112. — Em 21 de Outubro de 1846. —  
*Manda pôr em execução o Regulamento da Administração dos terrenos diamantinos, dá instrucções, autorisa a despeza, e providencia sobre a nomeação interina de Engenheiro*

Illm. e Exm. Sr. — Remetto a V. Ex. 50 exemplares do Decreto e Regulamento de 17 de Agosto deste anno, n.º 465, para a Administração dos terrenos diamantinos, para que o mande logo pôr em execução, regulando-se



pelas instrucções inclusas, e transmittindo á Thesouraria da Provincia a ordem n.º 210, que a este acompanha, ordenando-se-lhe o cumprimento do mesmo Regulamento na parte que lhe toca, e autorisando-a para fazer as despesas necessarias com a dita Administração. Quanto ao Engenheiro, que ainda não foi nomeado, pôde V. Ex. nomeal-o interinamente, e dar disso parte, ou da falta de pessoa idonea para se providenciar.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

Semelhante ao Presidente de Minas Geraes.

*Instrucções para execução do Regulamento de 17 de Agosto de 1846, n.º 465.*

Art. 1.º O Inspector Geral da Administração dos terrenos diamantinos da Provincia de Minas Geraes, depois que tiver tomado posse do seu emprego, e organizado a Administração com todos os Empregados della na Cidade Diamantina, desempenhará o seguinte:

1.º Cumprindo logo o que lhe determina o Art. 9.º do Regulamento, averiguará cuidadosamente quaes são os Municipios da Provincia, em que ha terrenos diamantinos, quando, e como forão descobertos, e qual a sua riqueza já conhecida, ou presumida, e dará de tudo huma informação circunstanciada ao Presidente da Provincia; declarando quaes os terrenos, que deverão ser havidos por diamantinos, em que devão haver Delegados delle Inspector Geral, e Agentes do Procurador Fiscal.

2.º Informará da mesma forma ao Presidente quaes as pessoas, que julgar mais idoneas nos Municipios para os empregos de Delegados, e Agentes; propondo sempre mais de hum para cada emprego, quando os houver, e declarando especificadamente as suas qualidades.

3.º Representará ao Presidente a maneira, que entender mais conveniente, de organizar o destacamento; indicando as Instrucções, e Regulamento, que se lhe deverão dar para o bom desempenho do serviço, de que tem de ser encarregado.

Art. 2.º O Presidente da Provincia organizará o destacamento como entender melhor, á vista da informação, e lhe dará o respectivo Regulamento: e sem demora remetterá as outras informações ao Governo, acompanhadas de suas observações, declarando-as, additando-as ou restringindo-as, como julgar preciso, para haver a declaração definitiva.

Art. 3.º No arrendamento dos terrenos, de que ha concessões, se observarão as disposições do Art. 21 e seguintes do Regulamento; medindo-se previamente os terrenos de que houver titulos, e formando-se os lotes a arrendar no lugar, que os concessionarios designarem, quando as concessões excederem os limites da Lei.

Art. 4.º O Presidente da Provincia da Bahia depois de dar posse aos Empregados para a Administração dos terrenos diamantinos, fará proceder a hum reconhecimento dos terrenos diamantinos, e colherá informações circumstanciadas sobre a provavel extensão destas descobertas, sobre a residência, que melhor convenha para a Administração, e sobre quaesquer outros objectos, que possam concorrer para es-

clarecimento, e proporá quanto julgar conveniente a este respeito; podendo suspender no entanto a execução do Regulamento, se entender que as medidas reclamadas deverão preceder necessariamente á mesma execução.

Art. 5.º Todos os Livros necessários para o expediente da Administração, e das Delegacias serão subministrados pelas Thesourarias das Províncias, e abertos, numerados, e rubricados pelas Autoridades declaradas no Regulamento.

Art. 6.º Nas Collectorias das Rendas Gerais dos respectivos Municipios se farão não só os pagamentos effectivos dos preços dos arrendamentos, e das multas, mas também os depositos de metaes preciosos, ou Apolices da Divida Publica, nos casos designados no Regulamento.

Rio de Janeiro 21 de Outubro de 1846.  
Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 113. — Em 21 de Outubro de 1846. —  
*Escusão-se os Offícios dos Presidentes que acompanhavão os das Thesourarias, bastando que a margem delles ponhão o seu — Visto —; salvo quando tenham de fazer observações, que serão ou na mesma margem, ou em separado.*

Hlm. e Exm. Sr. — Para simplificar o trabalho do expediente, como muito convém, ficam dispensados os officios dessa Presidencia, que costumão acompanhar os do Inspector da Thesouraria de Fazenda para o Thesouro, de-

vendo vir escriptas á margem delles as observações, que V. Ex. tiver de fazer sobre a sua materia; ou na falta dellas o seu visto, datado, e rubricado, para haver certeza de que lhe forão presentes, salvo tendo a fazer observações reservadas, que então poderão vir em Officio separado, declarando isso mesmo no da Thesouraria.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro 21 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia de...

---

N.º 114. — Em 24 de Outubro de 1846. — *A porcentagem concedida aos Empregados do Juizo, a que he encarregada a arrecadação dos bens de ausentes, somente he devida do producto liquido dos bens arrecadados, &c.*

Deferindo ao requerimento de Victorino José Rodrigues França, e á vista da informação por Vm. dada em Officio de 17 de Junho pp., tenho a declarar-lhe, que indevidamente se levou a porcentagem no caso de que se trata, em que apenas houve arrecadação dos bens da herança, que teve de entregar-se ao legitimo herdeiro antes de qualquer apuramento de producto, quando os Empregados do Juizo nada mais deverião haver, que os emolumentos respectivos dos actos do processo, na fôrma do Regimento Judicial; por quanto da litteral disposição do Art. 26 do Regulamento de 9 de Maio de 1842, confrontado ás disposições dos artigos antecedentes, a que se refere, e de que ao caso são principalmente applicaveis as dos

Arts. 18, 20, 24 e 25, claramente se deduz, que a percentagem concedida aos Empregados do Juízo, a que he encarregada a arrecadação, e administração dos bens de ausentes, somente he divida, e somente póde ser deduzida do producto liquido dos bens da herança arrecadada, isto he, daquellas quantias que se apurarem, provenientes dos arrendamentos, e arrematações de bens, e de cobranças de dividas, e que estiverem no caso de se recolherem aos Cofres Publicos, abatidas as despesas do costeio, e expediente, não bastando, para terem direito a esse vencimento, que a arrecadação se tenha feito, e algum tempo tenha havido de administração; pois que, se outra cousa se tivesse tido em vista, se a percentagem se adquirisse só pelo acto da arrecadação, se teria estabelecido que ella se deduzisse do valor dos bens arrecadados, e a necessidade se não importaria de haver o apuramento, e liquidação do producto delles, para então se deduzir essa percentagem.

Deos Guarde a Vm. Paço em 24 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Juiz de Orphãos e Ausentes da Côrte.

---

N.º 115. — IMPERIO. — Em 25 de Outubro de 1846. — *Resolve a duvida ácerca da competencia do Juiz de Paz que deve presidir á Junta de Qualificação dos votantes, e á Eleição dos Eleitores.*

Illm. e Exm. Sr. — Havendo Sua Magestade o Imperador por bem ouvir a Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio sobre a duvida occorrida nessa Provincia, a respeito da

execução da Lei N.º 387 de 19 de Agosto passado, a qual se reduz a saber se o primeiro votado para Juiz de Paz he o competente para presidir á Junta de Qualificação dos votantes, e á Eleição dos Eleitores, embora não tenha prestado juramento por aproveitar a escusa concedida aos reeleitos, ou por outro qualquer motivo, observou a dita Secção que não havia razão para a duvida proposta; por quanto, chamando a mencionada Lei o Juiz de Paz mais votado do Districto da Matriz, esteja ou não, em exercicio, e ainda suspenso por acto do Governo, ou por pronuncia em crime de responsabilidade, a presidir a mencionada Junta, não o dispensa todavia da prestação de juramento, a que he obrigado antes de principiar a exercer as funcções de seu cargo; e que as palavras do Artigo 2.º da Lei — O Juiz de Paz mais votado — não permitem considerar tal o mais votado para Juiz de Paz, que por ter sido reeleito, ou por outras razões legitimas, tenha sido escuso deste cargo, pois que pelo facto da escusa deixa de ser Juiz; sendo a Secção de parecer, em resultado das observações expostas, que V. Ex. faça observar o citado Artigo 2.º, de cuja litteral disposição não ha motivo que justifique o abandono na hypothese em questão: e Tendo-se o Mesmo Augusto Senhor, por Sua immediata Resolução de 24 do corrente, Conformado com esse parecer, assim o Manda communicar a V. Ex. para sua intelligencia, e em resposta ao seu Officio de 7 do mesmo sobre tal objecto.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Outubro de 1846. — Joaquim Marcellino de Brito. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 116. — FAZENDA. — Em 26 de Outubro de 1846. — *Não tem mais lugar os 10 por cento sobre o valor das facturas das mercadorias impugnadas.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Pará de 3 de Agosto, n.º 55, approva o não ter o Inspector da respectiva Alfandega annuido á pretensão de Joseph Floste, Capitão do Brigue Francez — Stephanie e S. Gabriel — que ainda reclamava a observancia de huma estipulação de Tratado com a França, relativa a deverem cobrir-se os preços das facturas com 10 por cento, quando impugnadas, vista a inteira e indubitavel cessação dessa estipulação do dito Tratado, não comprehendida entre as perpetuas.

Thesouro Publico Nacional em 26 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 117. — Em 26 de Outubro de 1846. — *Os taboleiros ou lojas, &c. ambulantes não estão sujeitos ao imposto estabelecido pelo Alvará de 20 de Outubro de 1812.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Pará, que reconhecendo-se a existencia do equivoco com que se expedio a Ordem de 22 de

Dezembro de 1845, relativo á decisão dos 3.º e 4.º quesitos sobre imposto de lojas extensivo aos taboleiros e lojas ambulantes, em opposição com o que se determinou na Ordem de 7 de Maio de 1838; cumpre que observe o disposto nesta Ordem, segundo a qual as ditas lojas e taboleiros ambulantes se não considerão sujeitos ao imposto, estabelecido pelo Alvará de 20 de Outubro de 1812.

Thesouro Publico Nacional em 26 de Outubro de 1846. Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 118.— Em 26 de Outubro de 1846. — *Para o pagamento do Sello dos Diplomas dos Empregados das Alfandegas se deve regular pela Tabella, calculada em 100\$000 cada quota de porcentagem. — Os direitos dos de Juizes Municipaes devem-se regular pela lotação definitiva. — Não tem lugar a restituição do Sello demais pago.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Pará do 1.º de Agosto, n.º 52, relativo á duvida de exigir-se dos Diplomas de hum Juiz Municipal, e de hum Empregado d'Alfandega, a differença do Sello que havião pago, aquelle pela antiga lotação, este pela Tabella annexa ao respectivo Regulamento, á vista das novas lotações; que, quanto aos Empregados das Alfandegas, o Sello deve regular-se pela Tabella na razão de 100\$000 cada parte de



quota de porcentagem, embora o rendimento produza mais ou menos, e quanto ao Juiz Municipal, a lotação definitiva deve entender-se para os Novos Direitos, e não para o Sello, que huma vez pago pela lotação actual, quer seja provisoria quer definitiva, não se deve exigir maiorias, nem admittir restituições.

Thesouro Publico Nacional em 26 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 149. — Em 26 de Outubro de 1846. — *Não he permittida a navegação de cabotagem de generos estrangeiros em Navios estrangeiros, ainda mesmo a pretexto de lastro.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, attendendo a que o Mestre do Brigue Austriaco—Portoré, Adrianno Vick, não obrou de má fé trazendo a seu bordo da Provincia do Rio Grande do Sul oito toneladas de carvão de pedra, e que toda a irregularidade esteve da parte das Autoridades d'Alfandega da Cidade do Rio Grande, que lhe expedirão guia, e lhe admittirão transportar para o porto do Rio de Janeiro por cabotagem as referidas toneladas de carvão de pedra; sobre requerimento dos Consignatarios A. Ralli & Companhia, ordenou por Portaria desta data ao Inspector d'Alfandega desta Côrte, que o mandasse alliviar da multa, que lhe havia sido imposta em virtude do Art. 307 do respectivo Regulamento: o que communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio Grande

do Sul, para que o faça constar ao da referida Alfandega, advertindo-o de que, nem ainda a pretexto de lastro deve permittir a navegação por cabotagem de generos estrangeiros, e que quando esses generos tiverem sido importados no mesmo Barco, que pertender seguir com elles para outro porto do Imperio, só he permittido fazel-o por via de despacho de reexportação, nos termos do Art. 239 do citado Regulamento.

Thesouro Publico Nacional em 26 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 120. — Em 26 de Outubro de 1846. — *As licenças concedidas aos Empregados de Fazenda só podem ter effeito, sendo apresentadas dentro de seis mezes, em Goyaz e Mato Grosso, e de 3 nas outras Provincias.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, para evitar o abusivo manejo, que se costuma fazer com as licenças, obtidas algumas vezes a falsos pretextos, apresentando-as muito tempo depois para terem o seu devido effeito; ordena, que os Srs. Inspectores das Thesourarias das Provincias não cumprão as licenças concedidas aos Empregados de Fazenda, que lhes forem apresentadas depois de seis mezes, nas Thesourarias de Goyaz e Mato Grosso, e de tres nas outras Thesourarias.

Thesouro Publico Nacional em 26 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 121. — Em 28 de Outubro de 1846. —  
*Providencia sobre a entrada e sahida nos  
 Portos das Barcas de Vapor a helice, em-  
 pregadas na navegação de Inglaterra para  
 o Brasil.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, deferindo ao requerimento dos Agentes da Companhia de barcas de Vapor a helice, empregadas na navegação de Inglaterra para o Brasil, ordena: 1.º que estas barcas sejam dispensadas de dar entrada nas Alfandegas dos portos do Imperio em que tocarem para entregar malas, e largar ou receber passageiros, huma vez que não tragão carga para esses portos; devendo o Guarda Mór, no acto da visita a bordo, permittir o desembarque da bagagem dos passageiros, e declarar a barca desembaraçada para seguir com os passageiros, que tomar nesse porto: 2.º que no porto para que trouxerem carga, sejam admittidas á immediata descarga pelo seu manifesto, sem ficarem sujeitas á escala: e 3.º que se lhes permitta poder visitar, finda a descarga, com o resto dos sobresalentes á bordo, sem a obrigação de deposital-os na Alfandega. O que o Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia fará cumprir, na parte que lhe toca.

Thesouro Publico Nacional em 28 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

Semelhante á Thesouraria da Provincia de Pernambuco.

N.º 122. — Em 29 de Outubro de 1846. —

*As nomeações para exercício de emprego por hum anno, ainda que o vencimento seja como gratificação, estão sujeitas ao pagamento do imposto.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Maranhão de 20 de Julho deste anno, N.º 57, que Manoel Luiz da Silva Loureiro, engajado para servir hum anno no exercício de Pratico da Costa da Provincia, com o vencimento mensal de 180\$000, he obrigado ao pagamento dos novos direitos, na conformidade do § 4.º da Tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, ainda que esse vencimento se considere com a simples qualidade de gratificação, huma vez que por hum anno lhe foi concedido. Por quanto não só he clara, e terminante a litteral disposição do dito § a sujeitar ao imposto a concessão de qualquer gratificação annual, para comprehender a de que se trata, mas ainda demais he esta mesma disposição roborada, e apresentada em toda a clareza pela excepção indicada no § 1.º das advertencias á referida Tabella, isentando do imposto aquellas gratificações somente, que forem temporariamente concedidas pelo Governo, isto he, as que se concederem por menos de hum anno, sendo sem duvida que só assim se póde entender esta excepção, confrontando-se com a regra d'antes estabelecida de serem sujeitas ao imposto as gratificações annuaes, sem que se lhe annexasse a qualidade de successivas. Isto posto, he claro que mui bem procedeo o Sr. Inspector da Thesouraria.

Thesouro Publico Nacional em 29 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 123. — Em 29 de Outubro de 1846. —  
*Autorisa o Inspector de Thesouraria a suspender os Administradores das Mesas de Rendas.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio de Janeiro, em resposta ao seu Officio de 16 de Setembro ultimo, sob n.º 48, que não podendo o mesmo Sr. Inspector impor a pena de immediata demissão aos Administradores das Mesas de Rendas comprehendidos na disposição do Art. 2.º das Instrucções de 13 de Novembro de 1843, porque para isso ellas o não autorisam, e em regra não he competente para demittir aquella autoridade, a que não compete nomear, deverá immediatamente participar ao Thesouro a falta, que tiverem commettido os ditos Administradores, para se ordenar a demissão.

Autorisa porém ao mesmo Sr. Inspector, por bem do serviço, para suspender taes Administradores no caso do mencionado Art. 2.º das Instrucções, até a definitiva decisão do Tribunal do Thesouro.

Thesouro Publico Nacional em 29 de Outubro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

COLLECÇÕES DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.

1846.

TOMO 9.º CADERNO 44.

---

N.º 124. — IMPERIO. — Em 2 de Novembro — de 1846. — *Resolve diversas duvidas propostas pelo Juiz de Paz mais votado da Villa de S. Sebastião da Provincia de S. Paulo, sobre a Lei Regulamentar das Eleições.*

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo ouvida a Secção do Conselho d' Estado dos Negocios do Imperio sobre o Officio de 22 do mez passado, em que o Juiz de Paz mais votado da Villa de S. Sebastião propõe as seguintes duvidas a respeito da Lei Regulamentar das Eleições :

1.<sup>a</sup> Se o Presidente da Camara Municipal, sendo hum dos Supplentes dos Eleitores, deve ser convocado para a formação da Junta de Qualificação, ou se deve ser considerado impedido, na qualidade de Membro do Conselho Municipal, a quem compete conhecer dos recursos interpostos da mesma Junta, nos casos do Art. 35 da dita Lei :

2.<sup>a</sup> Se hum dos Supplentes, que se acha demente, pôde ser chamado para organizar a Junta, a despeito deste impedimento, que he publico, e notorio :

3.<sup>a</sup> Que sendo onze os Eleitores da Parochia da Villa, e devendo, para organizar as turmas, excluir-se o mais votado, no caso de comparecerem todos, visto ser impar o numero ;

acontece que os tres primeiros tenham o mesmo numero de votos, o que põe em duvida qual delles se deve considerar como mais votado, e ser como tal excluido :

4.<sup>a</sup> Que feita a exclusão do mais votado, ficarão dez, dos quaes se deverão tirar para compor a Junta o 5.<sup>o</sup> e o 6.<sup>o</sup>, este por ser o primeiro da segunda turma, e aquelle por ser o ultimo da primeira; mas havendo tres Eleitores com igual direito de occupar esses dois lugares, por terem todos tres o mesmo numero de votos, que resolução se deverá tomar neste caso?

5.<sup>a</sup> Determinando a Lei no Artigo 52, que o numero dos Eleitores seja provisoriamente regulado na razão de quarenta votantes por Eleitor, sem que em caso algum excedão ao menor numero dos que a Parochia deo em 1842, ou 1844, com o accrescimo da quinta parte; convêm decidir, se todas as vezes que huma Freguezia tiver tal numero de votantes que lhe compita dar mais Eleitores, do que o menor numero dos que dera em qualquer daquelles annos, deve ella nomear mais huma quinta parte, mesmo no caso em que o excesso dos votantes não seja tamanho que corresponda a esse augmento :

6.<sup>o</sup> Finalmente, se o Juiz de Paz he obrigado a publicar por Editaes, que numero de Eleitores tem de dar a Parochia, para que saibão os votantes quantos nomes devem conter suas sedulas, ou se basta que conheção elles a disposição do Art. 52 da Lei :

E Tendo-se Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 31 do mez findo, Conformado com o parecer da referida Secção, exarado em Consulta de 30 do mesmo mez : Houve por bem Declarar :

1.º Que não póde entrar em duvida, que o Presidente da Camara Municipal, huma vez que seja Eleitor, ou Supplente, dos comprehendidos na disposição do Art. 4.º da Lei, deve ser convocado para organisar a Junta de Qualificação; ficando, no caso de formar parte della, inhibido de servir no Conselho Municipal, como he expresso no Art. 33 da Lei; mas que no caso de não sahir designado para compor a dita Junta, não obstante ter sido convocado para organisal-a, fará parte do Conselho Municipal.

2.º Que o Juiz de Paz não deve chamar o Supplente demente, huma vez que tenha sido legitimamente declarado tal, declaração que o mesmo Juiz póde pedir á Autoridade competente, quando a julgue necessaria; ficando com tudo na intelligencia de que a falta desse Supplente não deve supprir-se, pois que não podem chamar-se outros Supplentes, que não sejam os que expressamente designa o Art. 4.º da Lei, embora se ache limitado o seu numero por morte, ausencia, ou impedimento de alguns.

3.º Que se deve proceder ao sorteio entre os tres primeiros Eleitores de igual numero de votos, considerando-se como mais votado, e sendo como tal excluido o que pela sorte for indicado.

4.º Que pela mesma razão deve a sorte decidir qual dos tres Eleitores de igual numero de votos fará parte em 5.º lugar da primeira turma, e qual entrará em 1.º lugar na segunda; devendo tanto neste caso, como no precedente, proceder-se ao sorteio com a publicidade, e na epoca para casos analogos indicada no Decreto n.º 480 de 24 de Outubro deste anno.

5.º Que representando os Eleitores os cida-



dãos activos em razão do seu numero, e só em razão deste; e prescrevendo a Lei que haja hum Eleitor por cada quarenta votantes, he claro que nenhuma Parochia poderá nomear maior numero de Eleitores, do que o numero de vezes, que contiver quarenta votantes; e daqui se segue que, marcando interinamente a mesma Lei como maximo do numero de Eleitores em cada Parochia — o menor numero dos que ella deo nas Eleições de 1842 e 1844, com o augmento de mais a quinta parte — não quiz com isto que houvesse sempre esse augmento, mas sim somente quando pelo numero dos votantes tivesse direito a elle a respectiva Parochia; e nunca por tanto, dentro daquelle maximo, poderão os Eleitores exceder ao numero correspondente a hum por cada quarenta votantes, senão no caso de haver, além de hum multiplo de quarenta, huma fracção de mais de vinte.

6.º Finalmente, que he conveniente publicar o Juiz de Paz por Editaes o numero de votantes da respectiva Parochia, e consequentemente o numero de Eleitores que, em virtude do disposto no Art. 52 da Lei, tem ella direito a nomear.

O que tudo communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para que o faça constar ao mencionado Juiz de Paz.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Novembro de 1846. — Joaquim Marcellino de Brito. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 125. — FAZENDA. — Em 5 de Novembro de 1846. — *As Casas de Misericordia não são isentas do pagamento do imposto de 8 por cento, sobre os premios das Loterias, que lhe são concedidas, de conto de réis para cima.*

Illm. e Exm. Sr. — Não podendo deixar de entender-se na generalidade com que foi tomada no Regulamento de 27 de Abril de 1844 a disposição do Artigo 22 da Lei de 21 de Outubro de 1843, que sujeitou ao imposto de 8 por cento os bilhetes de Loterias, cujo premio for de conto de réis, foi indeferida a pretensão dos Mesarios da Casa da Misericordia da Cidade de São João d'Elrei para serem isentas deste imposto as Loterias concedidas á mesma Casa, que só poderá ser deferida pelo Poder Legislativo: O que communico a V. Ex., em resposta ao seu Officio n.º 79 de 12 de Setembro ultimo.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N.º 126. — Em 5 de Novembro de 1846. — *Dos terrenos de marinha reservados para logradouros publicos não se devem passar titulos.*

Illm. e Exm. Sr. — Respondo a V. Ex., em solução ás duvidas constantes do seu Officio N.º 150 de 5 de Outubro ultimo, que não he necessario que ás Camaras Municipaes se passem titulos geraes, ou especiaes dos terrenos de ma-

rinhas, que, por ellas reclamadas para logradouros publicos, forem para esse fim devidamente reservadas em cumprimento da Lei; bastando que a medição, e demarcação se faça na fôrma das respectivas Instrucções de 14 de Novembro de 1832, cujos termos fiquem na Thesouraria, dando-se-lhes as certidões, se as pedirem.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

---

N.º 127. — Em 5 de Novembro de 1846. — *O imposto das Typographias considerou-se abolido, depois que a Lei de 18 de Setembro de 1845 o eliminou da lista dos impostos.*

Illm. e Exm. Sr. — Respondo ao Officio n.º 147 de V. Ex. de 30 de Setembro ultimo, que o imposto das Typographias considerou-se abolido depois que a Lei do Orçamento de 18 de Setembro de 1845 o eliminou da lista dos impostos, apresentada pelo Governo na respectiva Proposta, em virtude da Lei anterior que o creára.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 128. — MARINHA. — Aviso de 6 de Novembro de 1846. — *Dá providencias ácerca da organização dos prets do Corpo d' Artilharia da Marinha, e dos pagamentos ds praças embarcadas.*

Sua Magestade o Imperador Determina que os prets do Corpo d' Artilharia da Marinha sejam organizados, do 1.º do futuro Janeiro em diante, na conformidade do modelo junto, apresentado pelo Contador Geral da Marinha interino em Officio n.º 174; devendo contemplar-se nos ditos prets as praças que servirem de ordenanças; mappistas, &c., e que percebem gratificações por semelhante motivo, com tanto que sejam levadas á competente columna, fazendo-se a precisa declaração nas observações como indica o citado modelo, e cessando o recebimento dessas gratificações por meio de recibos: que as praças do referido Corpo que se acharem a bordo dos differentes Navios, quando estes estiverem surtos neste Porto, percebão os seus vencimentos por meio de relações feitas na respectiva Secção da Contadoria Geral da Marinha, á vista dos competentes assentos dos Livros de soccorros, onde se deverão averbar os respectivos pagamentos; seguindo a mesma marcha das outras praças da guarnição, e não por meio de prets do Corpo, como actualmente se pratica; devendo porém os Commandantes dos destacamentos participar mensalmente ao Commandante do referido Corpo, nos mappas que costumão enviar dos seus destacamentos, até que epoca se achão pagas as mencionadas praças; o que V. S. fará pontualmente executar, expedindo para esse fim as necessarias ordens na parte que lhe diz respeito.

Deos Guarde a V. S. Paço em 6 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. José Pereira Pinto.

N.º 429. — IMPERIO. — Em 9 de Novembro de 1846. — *Dá esclarecimentos ácerca das duvidas apresentadas pelo Juiz Municipal da Villa de S. José, e o Presidente da Camara Municipal da Villa de Tamanduá da Provincia de Minas Geraes, na execução da Lei Regulamentar das Eleições.*

Illm. e Exm. Sr. — Forão presentes a Sua Magestade o Imperador os Offícios, que acompanharão o de V. Ex. de 25 do mez passado, nos quaes o Juiz Municipal da Villa de S. José, e o Presidente da Camara Municipal da Villa de Tamanduá dessa Provincia pedem esclarecimentos sobre as duvidas seguintes, que encontram na execução da Lei Regulamentar das Eleições :

1.<sup>a</sup> Se exercendo o Lugar de Juiz Municipal e Orphãos o mesmo Cidadão, que he mais votado para o Cargo de Juiz de Paz do Districto da Matriz, cumpre-lhe servir este, ou aquelle Emprego :

2.<sup>a</sup> Se cumprindo-lhe exercer o Lugar de Juiz Municipal, e devendo ser chamado para o de Paz o mais votado depois d'elle, póde este, tendo pedido sua demissão, por ser Tenente Coronel da Guarda Nacional, servir de Juiz de Paz para presidir ás Eleições, ou se deve ser chamado o que se lhe segue em votos :

3.<sup>a</sup> Se, no caso de ser chamado o immediato em votos para o Lugar de Juiz de Paz, poderá este exercer as funcções de Presidente da Junta de Qualificação, estando suspenso como Subdelegado por crime de responsabilidade :

4.<sup>a</sup> Se o immediato em votos ao Juiz de Paz Subdelegado, que está suspenso, for ao mesmo tempo o Eleitor mais votado, ficar-lhe-ha a opção entre a Presidencia da Junta de Quali-

ficação, e o Cargo de Eleitor, Membro comotal do Conselho Municipal:

5.<sup>a</sup> Se servindo o Juiz de Paz, que actualmente exerce o Lugar de Juiz Municipal, no Conselho de Qualificação, por ser o mais votado, deve ser chamado o Substituto do mesmo Juiz Municipal para o Conselho de recurso:

6.<sup>a</sup> Sendo o Presidente da Camara o Eleitor mais votado, a quem cabia ser o terceiro Membro do Conselho Municipal, quem virá a ser esse terceiro Membro:

7.<sup>a</sup> Finalmente, se na hypothese figurada em 6.<sup>o</sup> lugar, o Presidente da Camara preferir o Lugar de Eleitor mais votado, quem deverá substituir o Lugar de Presidente da Camara, que he o segundo Membro do dito Conselho.

E Tendo o Mesmo Augusto Senhor ouvido o parecer da Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio, emittido em Consulta de 5 do corrente, sobre as referidas duvidas, Houve por bem Declarar:

1.<sup>o</sup> Que sendo incompativel o Lugar de Juiz Municipal, e Orphãos, com o de Juiz de Paz, he evidente que o Juiz Municipal e Orphãos acceitando este Emprego deixa de ser Juiz de Paz; e a Lei chama para presidir ao Conselho de Qualificação o Juiz de Paz mais votado, e não o que deixou de o ser, por motivos competentemente reconhecidos:

2.<sup>o</sup> Que pela mesma razão não póde presidir á Junta de Qualificação o Cidadão mais votado para Juiz de Paz, que optou pelo serviço da Guarda Nacional:

3.<sup>o</sup> Que á vista da expressa disposição do Artigo 3.<sup>o</sup> da Lei deverá o Juiz de Paz competente presidir á Junta de Qualificação, ainda que sendo ao mesmo tempo Subdelegado, es-

teja como tal suspenso por acto do Governo, ou por pronuncia em crime de responsabilidade:

4.º Que o Presidente da Camara Municipal, que for ao mesmo tempo o Eleitor mais votado, e não tiver feito parte da Junta de Qualificação, deve ser sempre o segundo Membro do Conselho Municipal, porque a Lei o chama como segundo Membro deste Conselho, e não lhe permite a opção:

5.º Que a hypothese de ser o Juiz Municipal o mesmo, que presida á Junta Qualificadora como Juiz de Paz mais votado, não he realisavel; mas quando o fosse, devia ser chamado o Substituto, porque a Lei não permite que sejam accumuladas as funcções de Membro da Junta Qualificadora ás de Membro do Conselho Municipal de recurso :

6.º Que o 3.º Membro do Conselho Municipal, na hypothese, que se figura na 6.ª duvida, deve ser o Eleitor immediato ao mais votado; porque não tendo o Presidente da Camara, como fica declarado, o direito de opção, e sendo indispensavel que o Conselho Municipal conste de tres Membros, não ha outro meio mais apropriado, se não o de chamar o Eleitor immediato em votos, para occupar o lugar do mais votado, que faz parte do Conselho Municipal como Presidente da Camara:

7.º Finalmente, que está já declarado não ter o Presidente da Camara opção entre este Cargo, e o de Eleitor mais votado; e que por conseguinte não póde deixar de ser chamado o Eleitor immediato em votos, e não o Vereador mais votado, que, a ser permittida a opção, deveria ser o 2.º Membro do dito Conselho:

O que tudo participo a V. Ex. para seu conhecimento, e para que assim o faça constar



ao Juiz Municipal da Villa de S. José, e ao Presidente da Camara da Villa de Tamanduá, em solução aos seus mencionados Officios.

Deos Guarde a V. Ex. — Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 1846. — Joaquim Marcellino de Brito. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

---

N.º 130. — FAZENDA. — Em 9 de Novembro de 1846. — *Determina o que se deve praticar nas Provincias, onde se faz o pagamento de juros de Apolices, no caso de perda das mesmas Apolices.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, para que nas Provincias, onde se fazem pagamentos de juros de Apolices de Fundos Publicos, se siga o que está em pratica na Côrte, nos casos de perda e substituição das mesmas Apolices, ordena o seguinte: 1.º que a justificação de tal perda se faça por annuncios, inseridos nos periodicos, declarando-se ahi o numero da Apolice, seu valor nominal, juro, e anno da sua emissão: 2.º que o requerimento, que a parte dirigir á Thesouraria pedindo outra Apolice em lugar da perdida, deve ser instruido com os periodicos em que se fizerão os annuncios: 3.º que a Thesouraria lance o seu despacho mandando annunciar, que á mesma Thesouraria fôra apresentado o requerimento de F..... documentado com os annuncios competentes, e que da sua data a hum mez, caso não appareça a Apolice perdida, se requisitará outra ao Thesouro

Publico Nacional, para lhe ser entregue em substituição, com igual numero e valor, ficando nulla, e de nenhum effeito a Apolice perdida, quando succeda apparecer: 4.º que 30 dias depois dos annuncios da Thesouraria, o Inspector della officie ao Thesouro Publico Nacional, remettendo o requerimento da parte, e dizendo que o Supplicante está no caso de receber nova Apolice, em substituição da que perdera: 5.º que remettendo o Thesouro nova Apolice, deverá a Thesouraria fazer com que fique collado o talão da nova Apolice no lugar do talão da Apolice perdida, que substitue, tomando disto nota em livro competente: 6.º que mostrando a parte conhecimento em fôrma, de ter pago hum quarto por cento do valor nominal da Apolice, conforme determina o Art. 34 da Lei de 15 de Novembro de 1827, deverá a nova Apolice ser-lhe entregue: 7.º que pelo modelo incluso se regulem as Thesourarias nos annuncios, que devem publicar nos casos de perda de Apolices.

Thesouro Publico Nacional em 9 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 131. — Em 9 de Novembro de 1846. — *Declarando o que se deve praticar para regular o preço da arrematação das Rendas Publicas, nos termos dos Arts. 46 da Lei de 21 de Outubro de 1843, e 5.º do Regulamento de 13 de Junho de 1845, &c.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, tendo em

vista que o rendimento, que se deve ter em consideração para regular o preço da arrematação das Rendas Publicas, nos termos do Art. 46 da Lei de 21 de Outubro de 1843, e Art. 5.º do Regulamento de 13 de Junho de 1845, he o liquido a proveito da Fazenda Nacional, depois de deduzida a porcentagem ou despeza da arrecadação, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Sergipe, em resposta ao seu Officio de 21 de Abril deste anno, sob n.º 21: 1.º que para se deliberar a respeito das arrematações das Rendas Publicas, se deve sempre ter em principal consideração a clausula expressa na Lei «o que for mais vantajoso aos interesses do Estado» e por isso se hão de deixar de fazer no todo ou em parte, todas as vezes que por qualquer motivo bem averiguado sejam desvantajosas á Fazenda Nacional, como acontecerá no caso de se proporem os licitantes a arrematar somente os ramos de renda mais productivos de huma Collectoria, ou Agencia, ficando a arrecadação dos menos lucrosos ou abandonada, ou demasiadamente dispendiosa, pela necessidade de se augmentar a porcentagem dos Collectores: 2.º que no caso de se arrematarem todos os ramos de renda a cargo de huma Collectoria, ou Agencia, que então deixa de existir, se encarregue a cobrança da divida, de que tratão as Ordens de 24 de Outubro, e 31 de Dezembro de 1845, aos arrematantes sob fiança, ou a quem mais convier: 3.º que no rendimento da taxa dos escravos nos annos anteriores justo he fazer-se o razoavel abatimento, que indica, na fôrma do Regulamento n.º 411 de 4 de Junho de 1845: 4.º que só se devem sujeitar á arrematação aquelles ramos de renda, que ora se achão a cargo dos Collectores

e Agencias de rendas fôra das Capitaes, não se estendendo as disposições do Regulamento a mais do que nellas he litteralmente expresso : 5.º que se não feche nenhum contracto de rendas sem definitiva approvação do Tribunal do Thesouro.

Outrosim declara ao mesmo Sr. Inspector, que os arrematantes das sizas dos bens de raiz devem inalteravelmente fazer os seus pagamentos da maneira estabelecida no Regulamento ; não se lhes podendo tomar em parte delles as letras, que tiverem sido passadas pelos devedores do imposto, e fazendo-se o calculo para arrematação pela fôrma, que o mesmo Sr. Inspector entendeo, sem abatimento algum.

Thesouro Publico Nacional em 9 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 132. — Em 9 de Novembro de 1846. — *Os Consules não são isentos do pagamento de direitos, de objectos vindos para seu uso.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albúquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahiã de 17 de Outubro ultimo, sob n.º 229, que a decisão do Sr. Presidente da Provincia isentando de direitos as armas do uso do Consul Francez, não he justificada pela disposição do Art. 91 § 3.º do Regulamento de 22 de Junho de 1836, que aos Consules se não estende, e por isso ordena, que volte aos cofres a quantia de quarenta e dous mil e seiscentos réis, que por ordem do dito Sr. Presidente se restituirão.

Thesouro Publico Nacional em 9 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 133. — Em 9 de Novembro de 1846. — *A porcentagem dos dinheiros recolhidos pelo Juizo dos Feitos pertence aos Empregados, que se achão em exercicio ao tempo da entrada dos dinheiros nos cofres.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, respondendo á 1.<sup>a</sup> parte do Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 23 de Outubro do anno passado, sob n.º 17, a respeito do qual se lhe expedio quanto á 2.<sup>a</sup> parte a ordem de 17 de Janeiro deste anno, sob n.º 10; declara-lhe quanto ao direito, que se suppõe ter o respectivo Procurador dos Feitos ás porcentagens das quantias cobradas por intermedio daquelle Juizo, a que tivera elle dado andamento, e cujas entradas nos Cofres Publicos forão depois realizadas por seu substituto, por se achar o mesmo Procurador dos Feitos na Assembléa Geral Legislativa; que sendo a especie inteiramente semelhante á da cobrança de dinheiros de ausentes, he-lhe applicavel a providencia dada a respeito destes na ordem de 5 de Novembro de 1844, que estabeleceo — que a porcentagem deduzida do producto liquido dos bens compete aos Empregados, que se achão em actual exercicio ao tempo da entrada do dinheiro no respectivo Cofre — e isto em razão da impossibilidade de fazer-se a repartição en-

tre todos os que promovêrão as arrecadações ; que quasi sempre durão por largo tempo ; por ser impraticavel repartir a paga em porporção do trabalho de cada hum , não se fazendo assim completa justiça , e deixando aliás huma aberta a questões que podem retardar as entradas dos dinheiros , em que nenhum interesse tenham os que não ultimárão as execuções. O que allega o dito Procurador dos Feitos he pouco fundado , porque se o seu Supplente tira proveito do trabalho d'elle , tambem elle o tira do trabalho do Supplente , e assim não ha razão de queixa , e todos serão mais sollicitos em activar as entradas , e que não fiquem os dinheiros nas mãos dos Officiaes do Juizo.

Thesouro Publico Nacional em 9 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 134. — Em 11 de Novembro de 1846. — *Aos Juizes Municipaes não he permittido receberem os ordenados dos Juizes de Direito , cujos lugares servirem nos impedimentos , huma vez que estes estejam comprehendidos na letra do Art. 40 da Lei de 18 de Setembro de 1845 , &c.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional , em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio de Janeiro de 15 de Setembro ultimo , sob N.º 45 , pedindo credito para pagamento das differenças de ordenados a hum dos dous Juizes de Direito , de Angra ou de

Resende, que trocarão os lugares, e dos Juizes Municipaes, que os substituirão; declara ao mesmo Sr. Inspector, em conformidade com o Aviso da Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça de 24 de Outubro ultimo, que não póde ter lugar semelhante pedido, porque em consequencia das ordens existentes não he permitido aos Juizes Municipaes receberem os ordenados dos de Direito, cujos lugares servirem no seu impedimento, huma vez que estejam comprehendidos na letra do Artigo 40 da Lei de 18 de Setembro de 1845, tenham licenças com vencimentos, ou outros casos semelhantes; e menos póde ter lugar a duplicata, que figura, por que os ordenados são iguaes.

Thesouro Publico Nacional em 11 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 135. — Em 12 de Novembro 1846. — *Os Empregados Publicos que são Bachareis, ou que o não são, advogando, &c. fóra das horas do serviço das suas Repartições, estão sujeitos ao pagamento do respectivo imposto, &c.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Sergipe de 9 de Outubro ultimo, sob n.º 58, em que pergunta se os Empregados Publicos que são Bachareis formados, e que o não são, advogando com Provisão ou sem ella, com permissão dos Juizes, com reputação e lucros, posto que só exercitem essa profissão fóra

das horas do serviço da Repartição ou emprego, devem ser comprehendidos no lançamento, e pagar a quota respectiva, ou ser della isentos pelo character de empregados, por que são reconhecidos; declara ao mesmo Sr. Inspector, que a ampla disposição do Artigo 2.º § 10 do Regulamento de 15 de Junho de 1844 comprehendendo os Cartorios dos Advogados, que não assignão os papeis do fôro, sujeita indubitavelmente ao imposto os de que trata, formados ou não formados, com Provisão, e licença, ou sem ella: advertindo porém que, não competindo ás Autoridades fiscaes conhecer, se os que exercem a advocacia são ou não, daquelles a quem as Leis a permittem, ou prohibem, a nenhum servirá de argumento para justificar-se do exercicio indevido, a allegação de ter pago o imposto.

Thesouro Publico Nacional em 12 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 136. — Em 14 de Novembro de 1846. —  
*Determina que subsista o emprego de Correio d'Alfandega de Paranaguá, que por ordem de 7 de Novembro de 1837 tinha-se supprimido.*

Illm. e Exm. Sr. — Approvo a nomeação de Henrique Martins para Correio d'Alfandega de Paranaguá, feita pelo Inspector da mesma Alfandega, ficando derogada a ordem n.º 88 de 7 de Novembro de 1837, que supprimio este lugar; visto ter sido creado pelo Regulamento, ter-se dado credito para o seu salario, e mostrar-se a necessidade que ha do serviço deste



Empregado no officio n.º 67 do Inspector da Thesouraria dessa Provincia, que acompanhou o de V. Ex. de 27 de Outubro ultimo, sob n.º 99.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia de São Paulo.

---

N.º 137. — Em 16 de Novembro de 1846. — *Os arrematantes de bens de raiz, em execuções promovidas por parte da Fazenda Nacional, estão sujeitos ao pagamento de metade da Siza, ficando a outra metade a cargo dos executados.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 3 de Outubro ultimo, sob n.º 209, perguntando se os arrematantes de propriedades sequestradas pela Fazenda Publica em pagamento de suas dividas, sendo em hasta publica arrematadas, estão obrigados á Siza de semelhante compra, como em os contractos, ou arrematações provenientes de execuções de particulares; declara ao mesmo Sr. Inspector, que os arrematantes de bens de raiz, em execuções promovidas por parte da Fazenda Nacional, são sujeitos ao pagamento da metade da respectiva Siza, ficando a outra metade a cargo dos executados, da mesma forma que se procede nas execuções particulares.

Thesouro Publico Nacional em 16 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 138. — Em 19 de Novembro de 1846. — *As disposições dos Artigos 9.º e 19 do Decreto de 12 de Agosto de 1844, e da ordem de 4 de Março de 1845, são somente applicaveis ás mercadorias despachadas depois do dia 11 de Novembro de 1844.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, declara que as disposições favoraveis dos Artigos 9.º e 19 do Decreto de 12 de Agosto de 1844, e da ordem de 4 de Março de 1845, forão, e devem ser somente applicaveis áquelles generos e mercadorias, que se despachárão para consumo depois do dia 11 de Novembro de 1844, e pagárão os direitos estabelecidos na nova Tarifa, em que se declarárão comprehendidos os impostos de expediente e do Sello; e que por consequente não he attendivel qualquer pretensão de restituição destes impostos, daquellas mercadorias estrangeiras existentes no Imperio ao tempo da publicação daquelle Decreto; devendo rehaver-se, o que por ventura se tenha indevidamente restituído.

Thesouro Publico Nacional em 19 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 139. — Em 19 de Novembro de 1846. — *Nas Thesourarias não se deve levar emolumentos, pelas patentes annuas dos Despachantes das Alfandegas.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tri-

bunal do Thesouro Publico Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Santa Catharina, em deferimento ao requerimento dos Despachantes d'Alfandega da mesma Provincia, que acompanhou o officio do Sr. Presidente de 19 de Setembro ultimo, sob n.º 145, que na Secretaria da Thesouraria se não leve emolumentos pelas patentes annuaes de Despachante d'Alfandega, que se expedem como titulos indicativos da percepção do respectivo imposto, pois que consistindo a formula da patente ou licença em hum extracto, ou certificado resumido do livro de matricula, que na conformidade do Art. 9.º do Regulamento de 16 de Junho de 1844 se dá ao contribuinte, para exercer a sua profissão, e se inscreverem no verso dellas as quitações trimestraes do pagamento do imposto, nos tempos marcados no Regulamento, não tem a natureza de Decreto ou nomeação, que se passam aos agraciados de que trata a Tabella, pela qual se arrecadão os emolumentos das Thesourarias, originalmente organizada para os que percebem ordenados dos Cofres Publicos, e não para os titulos que se dão aos contribuintes das patentes.

Thesouro Publico Nacional em 19 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 140. — Em 20 de Novembro de 1846. — *As pequenas tabernas situadas nas estradas, de que trata o § 2.º do Alvará de 20 de Outubro de 1812, que erão isentas do imposto, estão incluídas na disposição do § 3.º do Art. 1.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Santa Catharina de 17 de Setembro ultimo, sob n.º 415, em que pede se lhe declare se as pequenas tabernas situadas nas estradas, estão ou não comprehendidas para o pagamento do imposto sobre lojas, &c., nas expressões — e quaesquer lugares — empregadas no § 3.º do Art. 1.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844; que as pequenas tabernas situadas nas estradas, de que trata o § 2.º do Alvará de 20 de Outubro de 1812, que erão isentas do imposto, estão incluídas na clara e terminante disposição do referido § 3.º, sendo isentas do imposto annual quando os collectados respectivos forem tão indigentes, que o não possam pagar nos termos do Art. 15 do mesmo Regulamento.

Thesouro Publico Nacional em 20 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 141. — IMPERIO. — Em 24 de Novembro de 1846. — *Resolve a duvida que occorre ao Juiz de Paz da Cidade da Victoria, na execução da Lei Regulamentar das Eleições.*

Illm. e Exm. Sr.— Sendo presente a Sua Magestade o Imperador, com o Officio de V. Ex. de 17 do corrente, o que lhe dirigira o Juiz de Paz da Cidade da Victoria, expondo que na execução da Lei Regulamentar das Eleições lhe occorre a duvida de dever, ou não convocar para a Junta de Qualificação dous Eleitores, e alguns Supplentes, que residem hoje em diversa Parochia, e Municipio: Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem Declarar que, na fórma do Art. 5.º da referida Lei, não podem ser convocados para a Junta de Qualificação os Eleitores, e Supplentes, que estiverem mudados da Parochia, massim somente os que nella se acharem, ainda que esteja mui limitado o seu numero por morte, ausencia, ou impedimento de alguns. O que cummunico a V. Ex. para seu conhecimento, e para que assim o faça constar ao mencionado Juiz de Paz.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1846. — Joaquim Marcellino de Brito. — Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N.º 142. — FAZENDA. — Em 25 de Novembro de 1846. — *Determina o que se deve proceder com a assignatura dos escriptos das Alfandegas, pelos assignantes, ou seus socios e gerentes.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, dando ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Maranhão a explicação, que por Officio de 20 de Junho deste anno pedio, da ordem expedida em 21 de Março de 1838 á Thesouraria de S. Paulo, relativa a assignantes d'Alfandega; declara, de acôrdo com o parecer do Tribunal, que, quando o Negociante, que tiver obtido ser assignante, assignar elle mesmo o respectivo termo, não se deve permittir que delegue em outrem a faculdade de assignar os seus bilhetes, ainda que se ausente do paiz. Se, porém, a casa commercial tiver gerente, que, embora não seja socio, nem possa assignar a firma della, se apresente munido de poderes para assignar todas as transacções, e aceitar letras, depositando previamente os poderes em mão do Thesoureiro, com especial menção da authorisação para ser assignante d'Alfandega, deve permittir-se que assigne elle os bilhetes; bem como os gerentes, ou representantes de casas estrangeiras, que tiverem filiaes no Brasil, lavrados os termos com toda a explicação precisa, em ordem a ficar a Fazenda Nacional devidamente garantida.

Thesouro Publico Nacional em 25 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 143. — IMPERIO. — Em 26 de Novembro de 1846. — *Dá solução ás duvidas apresentadas pelo Presidente da Provincia de Santa Catharina, sobre a execução da Lei Regulamentar das Eleições.*

Illm. e Exm. Sr. — Foi ouvida a Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio sobre o Officio de 24 do mez passado, em que V. Ex. submette á decisão do Governo Imperial a solução das seguintes duvidas, que occorrem na execução da Lei Regulamentar das Eleições :

1.<sup>a</sup> Se os que não sabem ler, e escrever podem ser votados para Eleitores de Parochia.

2.<sup>a</sup> Se sendo Juiz de Paz mais votado do Districto da Matriz da Capital dessa Provincia Ajudante da Administração do Correio da mesma Capital, deve presidir á Junta de Qualificação, e á Mesa da Assembléa Parochial.

3.<sup>a</sup> Finalmente, como deve avaliar-se a renda em prata, que a citada Lei exige, quer nos votantes, quer nos elegiveis.

E Tendo-se Sua Magestade o Imperador, por Sua immediata Resolução de 21 do corrente, Conformado com o parecer emittido pela referida Secção em Consulta de 19 deste mez, Ha por bem Declarar :

1.º Que podem ser votantes e eligiveis os que não sabem ler e escrever, pois que os não excluem os Artigos 91 e 92 da Constituição, nem os Artigos 17, 18 e 53 da Lei regulamentar das Eleições.

2.º Que he incompativel o exercicio do Emprego de Ajudante da Administração do Correio com o do cargo de Juiz de Paz; e tendo o Ajudante do Correio da Capital dessa Provincia accettato este Emprego depois de estar exercendo as

funções de Juiz de Paz, deve presumir-se que renunciou ao ultimo cargo; cumprindo por tanto que V. Ex. declare de nenhum effeito a decisão, porque o considerou ainda Juiz de Paz, e como tal obrigado a presidir á Junta de Qualificação, e á Mesa da Assemblêa Parochial.

3.º Finalmente, que no Decreto N.º 484, de 25 do corrente, cuja copia inclusa se lhe envia, achará V. Ex. a solução da duvida relativa ao modo, por que deve avaliar-se a renda em prata, que, na conformidade da Lei N.º 387 de 19 de Agosto deste anno, deve ter o cidadão para votar; e ser votado.

O que tudo communico a V. Ex. para seu conhecimento, e governo.

Deos Guardê a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1846. — Joaquim Marcellino de Brito. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Chatarina.

---

N.º 144. — FAZENDA — Em 26 de Novembro de 1846. — *Só o Tribunal do Thesouro pôde conceder aos devedores fiscaes, pagarem em prestações as suas dividas.*

Illm. e Exm. Sr. — Por occasião de remetter a V. Ex. a inclusa ordem desta data, sob n.º 89, que transmittirá á Thesouraria dessa Provincia, cumpre-me observar a V. Ex., que só o Tribunal do Thesouro pôde conceder aos devedores fiscaes pagarem em prestações as quantias, por que são responsaveis á Fazenda Nacional.



Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

---

N.º 145. — Em 30 de Novembro de 1846. —  
*Declara o que se deve praticar com as letras passadas antes do Regulamento de 26 de Abril de 1844, e vencidas depois; e quando não tiverem sido selladas antes, &c.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio de Janeiro de 13 de Setembro proximo passado, sob n.º 43, em que propõe os seguintes quesitos: 1.º se as letras passadas antes da execução do Regulamento de 26 de Abril de 1844, e vencidas depois, estão sujeitas ao Sello proporcional estabelecido, ou se ao anterior, e no primeiro caso se o pagamento deve ter lugar antes de serem endossadas, negociadas ou vencidas: 2.º se quando não tiverem sido selladas antes desses actos, a que se refere o Art. 15 do Regulamento, não podem ser protestadas, nem attendidas em Juizo sem a revalidação, como determinão os Arts. 13 e 14 da respectiva Lei; e 3.º qual deva ser o procedimento dos Collectores, se forem protestadas, e attendidas em Juizo, e juntas a autos, com o Sello pago já depois dos mencionados actos, e sem revalidação; declara: 1.º que não tratando o Regulamento citado do Sello que devão pagar as letras passadas, e emittidas

antes de começar a sua execução, e ordenando o Artigo 12 da Lei de 21 de Outubro de 1843, que o imposto do Sello será d' ora em diante de duas especies, proporcional e fixo, segue-se que as taxas velhas do Sello ficarão substituidas, em virtude daquella generica disposição, pelas que estabeleceo a mesma Lei; sendo selladas as que tiverem sido passadas, ou emittidas antes da sua execução, com a taxa nova do Sello, quando forem ajuizadas, ou apresentadas para produzirem algum effeito: 2.º que a revalidação estabelecida na Lei, somente tem lugar, em consequencia, para aquellas que forem passadas; ou emittidas, depois da execução do Regulamento, nos termos do Art. 13 §§ 1.º e 2.º da Lei; e 3.º finalmente, que ás Autoridades competentes, na fôrma do Regulamento, cumpre fiscalisar os casos de que trata este quesito.

Thesouro Publico Nacional em 30 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 146. — Em 30 de Novembro de 1846. — *Declara o que se deve praticar a respeito das Letras de Cambio ou da terra, passadas antes da Lei de 21 de Outubro de 1843; das passadas depois della, e do Regulamento do Sello; e das quitações de legados.*

Illm. e Exm. Sr. — Em solução aos quesitos propostos no Officio do Substituto do Juiz Municipal de Campos, que por copia acompanhou o Officio de V. Ex. n.º 49 de 24 de Se-

tembro proximo passado ; a saber : 1.º se as letras de Cambio ou da terra passadas ou emitidas antes da Lei de 21 de Outubro de 1843, ou mesmo antes da sua execução, mas vencíveis ou pagaveis depois desta, não tendo sido selladas dentro dos trinta dias, e sim depois do vencimento, estão, para serem accionadas e attendidas em Juizo, sujeitas á revalidação, e por tanto ao Sello accrescido que acompanha as revalidações, ou simplesmente ao Sello conveniente, sem aquelle accrescimo : 2.º se as ditas letras, passadas ou emittidas depois da execução daquella Lei, e Regulamento respectivo, estão sujeitas somente ao Sello proporcional decretado no § 4.º do Art. 12 da citada Lei, ou tambem e simultaneamente ao Sello fixo de que trata o § 2.º do mesmo Artigo ; e 3.º se as quitações judiciaes de legados estão sujeitas simultaneamente, áquelle Sello proporcional, e ao fixo, ou somente ao primeiro ; cumpre-me responder : 1.º que as letras de cambio, &c. de que trata o Art. 12 § 4.º da Lei de 21 de Outubro de 1843 ; passadas ou emittidas, &c. antes de começar a execução do Regulamento de 26 de Abril de 1844, quando ajuizadas, pagão o mesmo Sello a que estão sujeitas as que são passadas ou emittidas depois da execução do dito Regulamento : 2.º que as letras de que se trata, somente estão sujeitas ao Sello proporcional ; pois que não ha disposição alguma na Lei, que mande que hum titulo, qualquer que seja a sua natureza, pague dous Sellos, proporcional e fixo ; e 3.º que, do mesmo modo, os legados, as quitações judiciais, &c. de que trata o referido Art. 12 § 4.º, somente estão sujeitas ao Sello proporcional, nos termos da Tabella do Art. 6.º do mesmo Regulamento.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

Recebi do Sr. Capitão de Fragata Honorario d'Armada F. Thesoureiro e Pagador da Marinha, a quantia de réis . . . para pagamento das praças do referido Corpo, do soldo, etape, fardamento e gratificações, tudo pelo Pret vencido do 1.º a 15 de Setembro de 1846.

Numero de praças.	Gradações.	Dias de vencimentos.	VENCIMENTO DIARIO.			IMPORTANCIAS.			TOTAES.	Observações.
			Soldo.	Soldo dobr.	Gratificação.	Soldo.	Soldo dobr.	Gratificação.		
1	Vago-mestre.....	15	\$280	.....	.....	4\$200	.....	.....	4\$200	Vence a gratificação por estar empregado na Secretaria do Corpo.
1	Corneta mór.....	15	\$260	.....	.....	3\$900	.....	.....	3\$900	
5	Primeiros Sargentos..	75	\$240	.....	.....	18\$000	.....	.....	18\$000	Vence a gratificação por servir de Sargento Ajudante.
1	Primeiros ditos.....	15	\$240	.....	\$200	3\$800	.....	3\$000	6\$600	
5	Segundos Sargentos..	75	\$210	.....	.....	15\$750	.....	.....	15\$750	Vence a gratificação por servir d'Ordenança do Quartel General.
1	Segundo dito.....	15	\$210	.....	\$200	3\$150	.....	3\$000	6\$150	
4	Segundos ditos.....	60	\$210	\$100	.....	12\$600	6\$000	.....	18\$600	Vence a gratificação por servir de mappista.
4	Forrieis.....	60	\$160	.....	.....	9\$600	.....	.....	9\$600	
1	Dito.....	15	\$160	.....	\$160	2\$400	.....	2\$400	4\$800	
10	Cabos.....	150	\$150	.....	.....	22\$500	.....	.....	22\$500	
4	Ditos.....	60	\$120	\$100	.....	9\$000	6\$000	.....	15\$000	
4	Cornetas.....	60	\$120	.....	.....	7\$200	.....	.....	7\$200	
100	Soldados.....	1.500	\$100	.....	.....	150\$000	.....	.....	150\$000	
10	Ditos.....	150	\$100	\$100	.....	15\$000	15\$000	.....	30\$000	
1	Dito.....	15	\$100	.....	\$100	1\$500	.....	1\$500	3\$000	
1	Primeiro Cadete add.	15	\$100	.....	\$050	1\$500	.....	\$750	2\$250	
153		2.295				279\$900	27\$000	10\$650	317\$550	

Etape.

Para 2.295 rações a 184 rs. cada huma..... 422\$280  
Fardamento..... 858\$030  
Para 1.162 praças a 25 rs. em 15 dias..... 435\$750  
Rs. 1.175\$580

Recapitulação.

N. de Praças.	Gradações.	Soldo.	S.º dobr.	Gratific.	TOTAES.
1	Vago-mestre.....	4\$200	.....	.....	4\$200
1	Corneta mór.....	3\$900	.....	.....	3\$900
6	Primeiros Sargentos.....	21\$600	.....	3\$000	24\$600
10	Segundos ditos.....	31\$500	6\$000	3\$000	40\$500
5	Forrieis.....	12\$000	.....	2\$400	14\$400
14	Cabos.....	31\$500	6\$000	.....	37\$500
4	Cornetas.....	7\$200	.....	.....	7\$200
111	Soldados.....	166\$500	15\$000	1\$500	183\$000
1	Primeiro Cadete addido.....	1\$500	.....	\$750	2\$250
153		279\$900	27\$000	10\$650	317\$550
Etape.....					422\$280
Fardamento.....					858\$030
					Rs. 1.175\$580

Todas as praças actualmente effectivas existentes neste Corpo juntas ás suas Bandeiras, conforme o mappa que mando ao meu superior: em fé do que assignei este, e sellei com o Sello do Corpo. Rio de Janeiro 18 de Setembro de 1846.

---

COLLECÇÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO  
DO BRASIL.

1846.

TOMO 9.º CADERNO 12.

---

N.º 147. — FAZENDA. — Em 3 de Dezembro de 1846. — *Alterando o Regulamento de 20 de Junho de 1840 dado á Thesouraria dos Ordenados.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, reconhecendo que o Regulamento de 20 de Junho de 1840 dado á Thesouraria dos Ordenados, precisa de algumas alterações para satisfazer, como cumpre, aos requisitos de segurança e legalidade, do expediente e escripturação della, e á prontidão tomada das contas dos respectivos Thesoureiros, ordena se observe d' ora em diante o seguinte :

Art. 1.º Em lugar dos Livros de Receita e Despeza estabelecidos pelo dito Regulamento, haverá os do modelo annexo, onde serão lançados chronologica e successivamente, todas as parcellas que o Thesoureiro receber do Thesouro, e pagar pelas Folhas a cada hum dos individuos nellas contemplados. Cada hum destes Livros só servirá hum mez de cada exercicio, e semestre addicional; e findo o mez, encerrada a conta, será immediatamente recolhido á Secção de contas da Contadória Geral de Revisão, onde será sem demora conferido com as Folhas e documentos.

---

Art. 2.º Verificada a exactidão da Conta o Tomador della, lavrará no mesmo Livro, depois do encerramento, hum termo em que assim o declare, lançando nelle por extenso a somma recebida, e despendida, e o saldo que passou para o mez seguinte; assignando o Tomador e Revisor, e lançando-lhe o Chefe da Secção o seu — Visto —, que rubricará.

Art. 3.º Encerrado o exercicio, e recolhido o saldo delle ao Thesouro, se procederá na dita Secção ao recenseamento geral de todas as Folhas, que nelle servirão, sommando-se e encerrando-se todas as contas parciaes dellas, para se reconhecer se conferem com o total das sommas dos Livros mensaes de Receita e Despeza, já encerrados; e achando-se tudo exacto e legal, se procederá como dispõe o Regulamento da Contadoria Geral, e se passará a competente quitação ao Thesoureiro.

§ O disposto neste Artigo terá lugar tambem, quando houver mudança de Thesoureiro, com a differença, que as Folhas continuarão a servir até o encerramento do exercicio, com todos os Thesoueiros que nelle servirem.

Art. 4.º As quantias que ficarem por pagar depois do encerramento do exercicio, serão declaradas nas Folhas; mas não levadas á Conta de exercicios findos para se pedir novo credito, sem que sejam competentemente requeridas, e o Tribunal do Thesouro assim o determine, precedendo informação da Contadoria Geral.

Art. 5.º A classificação da Despeza da Thesouraria, que até agora nella se fazia, será feita d' ora em diante na Secção de Contas da Contadoria Geral, logo que nella se recolherem os Livros de Receita e Despeza mensaes, e

será remettida á Secção de Escripturação, para servir ao Balanço mensal do Thesouro.

Art. 6.º O Escrivão da Thesouraria dos Ordenados será hum dos Escripturarios da Thesouraria do Rio de Janeiro, que se achar addido á Contadoria de Revisão, e terá hum Ajudante tirado da dita classe, ou das dos outros addidos á mesma Contadoria; hum e outro serão nomeados, para essa Commissão, pelo Conselheiro Contador Geral, e approvados pelo Presidente do Thesouro, e interinamente pelo Conselheiro Inspector Geral, que tambem approvará os que forem indicados para supprir a falta daquelles, ou para os coadjuvar nas occasiões de maior expediente.

Thesouro Publico Nacional em 3 de Dezembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.



# EXERCICIO DE 1846 — 1847.

*Receita e Despeza do Thesoureiro dos Ordenados F.  
no mez de Julho de 1846 do exercicio  
de 1846 — 1847.*

## RECEITA

## DESPEZA

N.ºs

1.º de Julho de 1846.

N.ºs

6.000\$000 1 Recebidos da Thesouraria Geral  
(Rubricas do Thesoureiro e do Escrivão)

Pago á F. Folha da Fazenda	a fl.	3	1	600\$
Idem á F. » das Pensões	a fl.	20	2	200\$
Idem á F. » das Tenças	a fl.	10	3	250\$
Idem á F. » de Meios Soldos	a fl.	3	4	200\$
Idem á F. » do Monte Pio	a fl.	4	5	200\$
Idem á F. » de creditos de 1843	a fl.	1	6	300\$

1.750\$

Importa a receita deste dia, seis contos de réis,  
e a despeza hum conto setecentos e cinquenta mil  
réis. Rio 1.º de Julho de 1846.

(Rubricas do Thesoureiro e do Escrivão.)

2 do dito.

Pago á F.	Folha	do Imperio	a fl.	8	7	100\$
Idem á F.	»	da Justiça	a fl.	9	8	100\$
Idem o expediente da Secretaria de Estrangeiros	»	Estrangeiros	a fl.	1	9	600\$

2.550\$

Importa a Receita até este dia, seis contos de  
réis, e a despeza dous contos quinhentos e cinquenta  
mil réis. Rio 2 de Julho de 1846.

(Rubricas do Thesoureiro e do Escrivão.)

31 do dito.

4.000\$000 2 Recebidos da Thesouraria Geral.  
(Rubricas do Thesoureiro e do Escrivão.)

Pago á F. Folha de Creditos 1845.	a fl.	10	10	3.000\$
Idem á F. » da Fazenda	a fl.	7	11	2.000\$
Idem á F. » da Justiça	a fl.	25	12	1.000\$

8.550\$

Saldo em cofre

1.450\$

10.000\$000

10.000\$

Importa a receita deste mez em dez contos de  
réis, e a despeza em oito contos quinhentos e cin-  
coenta mil réis, ficando em cofre o saldo de hum  
conto quatrocentos e cinquenta mil réis, que pas-  
sa ao novo Livro de Receita e Despeza. Rio 31 de  
Julho de 1846.

(Assignado o Thesoureiro)

(Assignado o Escrivão)

N.º 148. — Em 5 de Dezembro de 1846. — *Declara que a ordem de 26 de Outubro, que recommenda o prompto expediente e desembaraço dos vapores a helice, não lhes outorga isenção alguma.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 26 de Outubro ultimo, sob n.º 238, que bem julgou o respectivo Procurador Fiscal, de conformidade com o Aviso da Secretaria d' Estado dos Negocios da Fazenda de 22 de Setembro deste anno, que, recommendando o prompto expediente e desembaraço dos vapores *a helice*, lhes não outorgou isenção alguma.

Thesouro Publico Nacional em 5 de Dezembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 149. — Em 5 de Dezembro de 1846. — *Aos Presidentes das Provincias não compete tomar conhecimento das multas impostas pelos Inspectores das Alfandegas; mas não estão inhibidos de receber qualquer reclamação, exigir informação, e representarem ao Governo o que julgarem precisar de providencias.*

Illm. e Exm. Sr. — Entrando V. Ex. em duvida, em seu Officio de 12 de Novembro ultimo, sob n.º 162, se na accepção rigorosa da palavra — Conhecimento — da ordem de 15

de Janeiro ultimo se entende, que os Presidentes das Provincias estão inhibidos de procurar conhecer das multas impostas pelas Alfandegas, requerendo-lhes as partes, e mesmo intervindo os Consules estrangeiros; tenho a responder a V. Ex., que a referida Ordem de 15 de Janeiro por que declarou não competir aos Presidentes das Provincias tomar conhecimento das multas impostas pelos Inspectores das Alfandegas, pela via ordinaria do recurso estabelecido pelo Regulamento, não os impedio de receber qualquer reclamação extraordinariamente, que lhes dirijão os cidadãos, e partes interessadas, no uso do direito de petição, queixando-se de qualquer excesso, ou má intelligencia dos Empregados em taes objectos; ou que lhes apresentem os Consules estrangeiros; nem lhes obsteu á que neste caso, sem alterar, ou suspender o effeito das decisões tomadas pelos Inspectores das Alfandegas, e Thesourarias, exijão informações, e representem ao Governo o que julgarem precisar de providencias.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 150. — IMPERIO. — Em 5 de Dezembro de 1846. — *Resolve as duvidas, que na execução da Lei Regulamentar das Eleições se offerecem aos Juizes de Paz da Capital da Provincia de S. Paulo, e da Villa de Tamanduá na Provincia de Minas Geraes.*

Illm. e Exm. Sr.— Foi ouvida a Secção do Conselho d' Estado dos Negocios do Imperio, sobre as seguintes duvidas, que na execução da Lei Regulamentar das Eleições se offerecem aos Juizes de Paz da Capital da Provincia de S. Paulo, e da Villa de Tamanduá, na Provincia de Minas Geraes:

1.<sup>a</sup> Se, sendo Deputados Provinciaes os Eleitores de hum Parochia, e estando elles em effectivo exercicio das funcções legislativas, podem ser convocados para a formação da Junta Qualificadora, não obstante o Art. 23 do Acto adicional, que não permite durante as Sessões da Assembléa Legislativa a accumulção deste cargo com a de qualquer outro:

2.<sup>a</sup> Se, sendo o Juiz de Paz Presidente da Junta Qualificadora hum dos Eleitores da Parochia, deverá ser contado no numero destes, ou considerado impedido:

3.<sup>a</sup> Se, desannexado por Lei Provincial hum dos Distritos da Parochia, para formar parte de diverso Termo, e Parochia, e morando no mesmo Districto alguns Eleitores, deverão ser chamados para formar Junta Qualificadora da Parochia, de que erão Eleitores:

4.<sup>a</sup> Finalmente, se, tendo morrido, ou estando impedidos alguns Eleitores, de maneira que se não preencha o numero dos que nomeou a Parochia, devem ser todavia convocados tantos Supplentes quantos são os Eleitores que

deo a Parochia, bem que pelos motivos mencionados, não possam ser convocados, ou reunidos todos os ditos Eleitores:

E Havendo-se Sua Magestade o Imperador, por Sua immediata Resolução de 3 do corrente, Conformado com o parecer daquella Secção, exarado em Consulta de 28 do mez passado; Ha por bem Declarar:

1.º Que devem ser convocados todos os Eleitores da Parochia, ainda que sejam Deputados Provinciaes, tanto porque podem não ser designados para fazer parte da Junta Qualificadora, como porque, não sendo Emprego Publico o acto de qualificar os votantes, ou o de servir de Membro das Mesas Parochiaes, não ha inconveniente algum em que sirvão em taes actos os Eleitores, que forem Deputados, huma vez que as Assembléas Provinciaes o permittão; cumprindo porém advertir que, visto não haver Lei que mande preferir o serviço das Mesas Qualificadoras e das Assembléas Parochiaes ao exercicio de Deputado Provincial, não podem estes ser multados se não comparecerem para o dito fim, ou se tendo comparecido se ausentarem, ou não assignarem as Actas:

2.º Que o Juiz de Paz Presidente da Junta Qualificadora não deve ser enumerado entre os Eleitores, porque o mesmo individuo não póde exercer simultaneamente funcções, que a Lei quiz que fossem commettidas a diversas pessoas, e cabe consequentemente consideral-o impedido.

3.º Que os Eleitores de huma Parochia, que morão em Districto, que depois da sua eleição, foi por Lei desmembrado d'ella, e passou a fazer parte de outra, não devem ser convocados para a formação da Junta Qualificadora da Parochia, pela qual forão eleitos, visto que

para a eleição de huma Parochia só podem contribuir os Parochianos d' ella.

4.º Finalmente, que devem ser convocados tantos Supplentes, quantos forem os Eleitores de Parochia, ainda que haja certeza de que por morte, mudança, ou outro impedimento não comparecerão todos, pois assim o prescreve a Lei, e foi inquestionavelmente a sua intenção; porque mandando ella convocar maior numero de Eleitores, e Supplentes do que os necessarios para a formação da Junta, com o intuito de haver a maior incerteza possivel dos que poderiam vir a ser Membros della, só será completamente satisfeita a mesma Lei, quando concorra o maior numero de Eleitores, que a cada Parochia cabe dar, e o maior numero de Supplentes, com tanto porém que não excedão ao numero de Eleitores, que devem ser convocados, bem que nenhum vicio haja na eleição, quando assim se não verifique por motivos independentes da Autoridade Publica.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e governo.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1846. — Joaquim Marcellino de Brito. — Sr. Presidente do Provincia de S. Paulo.

N.º 151. — FAZENDA. — Em 7 de Dezembro de 1846. — *O pagamento da taxa das heranças e legados em usufructo pôde ser feito de prompto, por huma vez somente.*

O Sr. Administrador da Recebedoria do Municipio fique na intelligencia, em solução ao que representou em 26 de Outubro, de que o

pagamento da taxa das heranças, e legados em usufructo, consistentes em bens de raiz, de que tratão os §§ 1.º, 2.º e 3.º do Art. 12 do Regulamento de 28 de Abril de 1842, poderá ser feito de prompto, por huma vez somente, deduzindo-se a decima do valor integral dos predios, nos casos especiaes, e em que as partes interessadas assim o requeirão, e justifiquem o inconveniente de ser effectuado em prestações annuaes.

Rio em 7 de Dezembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 152. — Em 9 de Dezembro de 1846. — *A disposição do Art. 3.º do Regulamento de 12 de Outubro he applicavel ao ouro, que vier por terra, sendo guiado para a Capitania do Porto, quando estiver fechada a Casa da Moeda.*

O Sr. Administrador da Recebedoria do Municipio, em solução á duvida que se lhe offerece no cumprimento do Art. 4.º do Regulamento de 12 de Outubro ultimo, constante da sua representação de 9 de Novembro, fique na intelligencia de que a disposição do Art. 3.º do Regulamento he applicavel ao ouro, que vier por terra, sendo guiado pela Agencia para a Capitania do Porto, nos dias e horas em que o não puder ser logo em direitura para a Casa da Moeda.

Rio em 9 de Dezembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 153. — Em 10 de Dezembro de 1846. — *Os meios soldos concedidos ás viúvas e filhos dos Militares, em virtude da Lei de 6 de Novembro de 1827, não pagão os 5 por cento de direitos.* •

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de São Paulo de 5 de Outubro ultimo, sob n.º 63, dando parte da deliberação tomada pela Thesouraria em 12 de Setembro de 1844 de mandar cobrar os cinco por cento de novos e velhos direitos do meio soldo, que principiárão a gozar ás viúvas, filhas, &c. de Officiaes Militares, depois da promulgação da Lei de 20 de Outubro de 1838; declara ao mesmo Sr. Inspector, que nas disposições do Art. 2.º da Tabella annexa á sobredita Lei, e do § 4.º da 1.ª parte da que se juntou á Lei de 30 de Novembro de 1841, se não comprehendendo o meio soldo concedido ás viúvas, filhas, filhos, e mãis dos Officiaes Militares, em virtude da Lei de 6 de Novembro de 1827.

Thesouro Publico Nacional em 10 de Dezembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.



N.º 154. — JUSTIÇA. — Em 12 de Dezembro de 1846. — *Declarando a verdadeira intelligencia dos Artigos 83, 84 e 85 da Carta de Lei de 18 de Agosto de 1831, combinados com os Artigos 19 e 20 do Decreto de 25 de Outubro de 1832.*

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador a cuja Augusta Presença levei o Officio, que com data de 9 de Novembro proximo passado V. Ex. me dirigio, cobrindo a representação feita pelo Tenente Coronel Commandante do 1.º Corpo de Cavallaria da Guarda Nacional da Côrte, a respeito da verdadeira intelligencia dos Artigos 83, 84 e 85 da Carta de Lei de 18 de Agosto de 1831, combinados com os Artigos 19 e 20 do Decreto de 25 de Outubro de 1832, me ordenou que declarasse a V. Ex. o seguinte: que estando revogado o Artigo 82 da Lei de 18 de Agosto de 1831, pelo Artigo 26 do Decreto de 25 de Outubro de 1832, não podem ser sujeitos aos Conselhos de Disciplina os casos marcados nos Artigos 83, 84 e 85 da mesma Lei, cujo conhecimento, e julgamento passou para os Chefes dos Corpos, nos termos expressos no Artigo 19 do referido Decreto; mas como aos Commandantes Superiores foi concedida pelo § 12 do Artigo 1.º do Decreto de 5 de Julho de 1836, não só essa mesma jurisdicção se não ainda a de conhecer da justiça ou injustiça das ordens dadas, ou penas impostas pelos Chefes de Legião, e Commandantes de Corpos, podendo revogar-as ou alteral-as, segundo a Lei, he fóra de duvida, que todas as vezes, que os Commandantes Superiores, no exercicio desta faculdade de inspecção e correcção entenderem que os casos excedem

a alçada dos Commandantes dos Corpos, por serem aggravados, nos termos do Artigo 20 do sobredito Decreto de 25 de Outubro de 1832, e que forão menos bem capitulados pelos respectivos Commandantes dos Corpos, podem submettel-os aos Conselhos de Disciplina, cumprindo porêem nesta hypothese que os mesmos Conselhos tratem preliminarmente da sua competencia á vista das circumstancias dos factos submettidos ao seu julgamento, e que quando reconheção que elles estão dentro da alçada dos Commandantes dos Corpos, segundo o já citado Artigo 19, assim o declarem em seu Acordão, absten-do-se de os julgar definitivamente. O que communico a V. Ex. para a sua intelligencia e governo.

Deos Guarde a V. Ex. — José Joaquim Fernandes Torres. — Sr. Tenente General Lazaro José Gonçalves.

---

N.º 155. — FAZENDA. — Em 21 de Dezembro de 1846. — *Como se prorogou o prazo para a substituição das Notas de 2\$000, deve-se fazer restituição dos descontos feitos.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Calvalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Piauhy de 31 de Outubro deste anno, n.º 5, sobre o desconto que soffrêrão algumas notas de 2\$000 levadas á substituição, que, huma vez que se prorogou o prazo para o troco, he consequencia restituir-se o que se descontou, aos apresentantes de taes notas.

Thesouro Publico Nacional em 21 de Dezembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 156. — IMPERIO. — Em 21 de Dezembro de 1846. — *Resolve as duvidas, que as Autoridades abaixo designadas tem encontrado na execução da Lei Regulamentar das Eleições.*

Illm. e Exm. Sr. — Foi ouvida a Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio sobre as seguintes duvidas, que as Autoridades abaixo mencionadas tem encontrado na execução da Lei Regulamentar das Eleições, N.º 387 de 19 de Agosto do corrente anno :

1.<sup>a</sup> Da Camara Municipal de Iguarassú, Provincia de Pernambuco. — Antes de creada a Freguezia de Pasmado do seu Municipio, tinha a Camara Municipal dividido o mesmo Municipio em cinco Districtos de Paz, e levado a effeito sua eleição, que se verificou depois da geral; e julgando que nenhuma das hypotheses do Artigo 3.º da citada Lei se verifica, porque depois da eleição geral fez-se outra antes da creação da nova Parochia, sem que depois de creada esta se tenha procedido a eleições; decidio o Presidente da Provincia, que presidisse á Junta o Juiz de Paz mais votado, visto não existir ainda o do Artigo 3.º da Lei; e dá parte desta sua decisão.

2.<sup>a</sup> Do Juiz de Paz da Freguezia da Lagoa do Municipio da Côte. — Hum dos Eleitores Supplentes, que nesta Freguezia devem ser convocados para a Junta Qualificadora, he o Escrivão, que ha de servir nella com o Juiz de

Paz Presidente; e pede o mesmo Juiz se resolvesse, se ao exercício do cargo de Escrivão de Paz pôde accumular-se em tal caso o cargo de Eleitor Supplente.

3.<sup>a</sup> Da Camara Municipal da Capital da Provincia do Ceará, e do Presidente da Provincia da Parahyba. — Consultão estas Autoridades se, creadas por Leis Provinciaes Parochias, que não tem sido canonicamente providas por opposição do respectivo Preladò, que não foi ouvido, deve não obstante fazer-se alli a qualificação, e as eleições primarias.

4.<sup>a</sup> Do Presidente da Provincia da Parahyba. — Se no caso de se deverem fazer eleições na Freguezia do Ingá, que ainda não tem Cura d'Almas, e que he hoje Villa, pôde a Presidencia crear Collegio Eleitoral nella, apesar de ter já designado em 28 de Setembro deste anno os Collegios da Provincia.

5.<sup>a</sup> Do mesmo Presidente. — Devendo fazer-se a eleição de Juiz de Paz na Villa do Ingá, que não o tem, pede aquelle Presidente se lhe declare que Juiz de Paz ha de presidir á Assembléa Parochial.

6.<sup>a</sup> Do mesmo Presidente. — Se feita a eleição do Juiz de Paz acima mencionado, pôde ser installada a Junta de Qualificação em dia posterior ao marcado no Artigo 4.<sup>o</sup> da Lei, e se a esta Junta incumbe qualificar os Cidadãos do Municipio, ou somente receber das Juntas das outras Villas, que estiverem em exercício, as listas dos já qualificados, e ultimar esse trabalho.

7.<sup>a</sup> Do mesmo Presidente. — A Camara do Municipio de Campina Grande, de que fazia parte a Villa do Ingá, mandou proceder á eleição de Juizes de Paz desta, na mesma occasião, em que ordenou a de Vereadores, e o

Presidente da Provincia declarou nulla esta decisão da Camara, porque não sendo actualmente Parochia a Villa do Ingá, e não podendo por conseguinte ter Juiz de Paz, não podia verificar-se a citada eleição, cumprindo que os habitantes do Ingá continuem a pertencer á jurisdição de Paz, a que estavam sujeitos antes da erecção daquella Povoação em Parochia. Dando parte desta sua deliberação, pede aquelle Presidente que o Governo Imperial resolva á cerca della.

8.<sup>a</sup> Finalmente do Juiz de Paz da Villa Bella, pedindo-se-lhe declare se, exercendo elle interinamente o emprego de Substituto do Juiz Municipal, pôde presidir á Junta Qualificadora, visto ser o Juiz de Paz mais votado do Districto da Matriz.

E Tendo-se Sua Magestade o Imperador, por Sua immediata Resolução de 19 do correnter mez, Conformado com o parecer da referida Secção, exarado em Consulta de 17 do mesmo mez, Ha por bem Declarar:

4.<sup>o</sup> Que se a Freguezia de Pasmado foi reintegrada depois da eleição geral, e antes de sua reintegração tinha a Camara Municipal dividido seu territorio em cinco Districtos de Paz, para os quaes se fizerão as devidas eleições, sem que porém depois de creada a Parochia se tenham ainda feito as eleições de Juizes de Paz, que a Lei suppõe no Artigo 3.<sup>o</sup>, neste caso he evidente que o Juiz de Paz do Districto da Matriz mais votado na eleição geral, he o que deve presidir á Junta de Qualificação, e não o eleito ultimamente depois da nova divisão dos Districtos, cumprindo por tanto que nesta conformidade seja reformada, ou explicada a decisão do Presidente da Provincia a tal respeito.

2.º Que não pôde accumular o Escriptão de Paz o exercicio deste seu cargo côm o de Eleitor Supplente na Junta de Qualificação, porque, não sendo prevenida na Lei esta hypothese, e convindo que aos trabalhos da dita Junta presidão a maior circumspecção, e fidelidade, tornar-se-hão menores as garantias, de que releva cercal-os, permittindo-se esta accumulacão, bem que não seja incompativel; cumprindo por tanto ao Juiz de Paz competente exercer neste caso a autoridade, que lhe confere o Artigo 30 da mesma Lei.

3.º Que não havendo Parochia, em quanto não he canonicamente provida, bem resolvêrão os Presidentes das Provincias do Ceará, e Parahyba em ordenar que nas Parochias das ditas Provincias ainda não providas, se não reunisse Junta de Qualificação, nem nellas se fizessem eleições, incumbindo aos seus habitantes votar nas Freguezias, a que pertencião antes da creação das ditas Parochias.

4.º Que tendo-se já procedido em Setembro á nova divisão dos Collégios Eleitoraes na Provincia da Parahyba, como se collige do Officio do respectivo Presidente, não cabe hoje ao mesmo Presidente, crear mais Collégio algum; cômô prescreve o Artigo 63 da Lei Regulamentar das Eleições.

5.º Que effectuado o provimento canonico da Freguezia do Ingá, deve ser chamado o Juiz de Paz mais visinho della, para presidir ás eleições de Juiz de Paz, visto que os não tem.

6.º Que quando se não reunir a Junta de Qualificação no dia marcado, como se figura na 6.<sup>a</sup> duvida, deverá o Juiz de Paz, a quem incumbia a presidencia da mesma Junta, reclamar a qualificação da Junta, ou Juntas, que a tive-

rem feito, para lhe dar a devida publicidade, e proceder nos mais actos declarados na Lei.

7.º Que não sendo a Villa do Ingá Freguezia, e não havendo na Provincia da Parahyba Juizes de Paz se não nas Freguezias, acertada foi a ordem do Presidente da mesma Provincia, que revogou a da Camara Municipal de Campina Grande, mandando proceder á eleição de Juizes de Paz para aquella Villa.

8.º Finalmente, que se o Juiz de Paz mais votado do Districto da Matriz, que deveria presidir á Junta de Qualificação, estiver exercendo o emprego de Substituto do Juiz Municipal ao tempo de se organisar a dita Junta, não póde, nem deve presidir a mencionada Junta, visto faltar-lhe em tal caso a circumstancia essencial, de que lhe provinha a competencia, por não ser então Juiz de Paz, pois que este emprego se não accumula com o de Juiz Municipal, do qual não se tendo escusado antes, lhe não he licito escusar-se na occasião de formar-se a Junta Qualificadora. O que tudo communico a V. Ex. para a sua intelligencia e governo.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1846. — Joaquim Marcellino de Brito. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N.º 157. — FAZENDA. — Em 31 de Dezembro de 1846. — *Quando o emprego não tem ordenado estabelecido, para pagar o Sello proporcional, está sujeito ao fixo do Art. 30 do Regulamento de 26 de Abril de 1844.*

Illm. e Exm. Sr. — Bem decidio o Inspector da Thesouraria dessa Provincia a respeito do Sello, que devia ser pago do Decreto de nomeação do Director Geral dos Indios, de que trata o Officio de V. Ex. de 25 de Novembro ultimo, sob n.º 107: por quanto não tendo este emprego ordenado estabelecido, para dever pagar o Sello proporcional na conformidade do Art. 13 do Regulamento de 26 de Abril de 1844, e não havendo disposição alguma de Lei, que o isente do Sello fixo, a nenhum outro pôde ser sujeito se não o do Art. 30 do mesmo Regulamento, que o comprehende na sua generalidade. O que participo a V. Ex. para sua intelligencia, e em resposta ao dito Officio.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

---

N.º 158. — Em 31 de Dezembro de 1846. — *Os Thesoureiros das Alfandegas não percebem o ordenado do tempo, que exercem funções de Deputados Provinciales.*

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Officio de V. Ex. de 7 de Outubro deste anno, n.º 57, declaro que o requerimento de João Franklin



de Lima, pedindo ser pago do ordenado de The-  
soureiro d'Alfandega dessa Provincia, corres-  
pondente ao tempo em que esteve exercendo as  
funções de Deputado na Assembléa Provincial,  
foi indeferido; vista a expressa disposição da  
ordem de 6 de Março de 1841, e dos Arts. 19,  
e 36 § 6.º do Regulamento de 22 de Junho de  
1836.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Ja-  
neiro em 31 de Dezembro de 1846. — Antonio  
Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Al-  
buquerque. — Sr. Presidente da Provincia do  
Ceará.

---

N.º 159. — Em 31 de Dezembro de 1846. — *A  
exportação e baldeação de generos em Na-  
vios Estrangeiros para Portos do Imperio,  
não he permittida, ainda que os generos  
tenham pago os direitos de consumo.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Ca-  
valcanti de Albuquerque, Presidente do Tribu-  
nal do Thesouro Publico Nacional, responde ao  
Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Pro-  
vincia do Maranhão de 12 de Outubro deste  
anno, n.º 74, que o procedimento havido na Al-  
fandega da dita Provincia com a Escuna Ame-  
ricana — John —, desapprovado pela ordem de  
4 de Agosto ultimo, não se justifica pelo que  
ora se expõe no sobredito Officio, que serve  
sim para fazer recahir a censura sobre o Sr. In-  
specto da Thesouraria, que, como declara,  
autorizou esse procedimento.

O Art. 8.º do Decreto de 12 de Agosto de  
1844 declarando, que os despachos por bal-  
deação, ou reexportação para portos dentro do

Imperio, sem o pagamento dos direitos de consumo, como se praticava, ficavão suspensos até haver hum melhor Regulamento, não permittio que essa baldeação, e reexportação se fizesse dos generos de que já se tivessem pago os direitos de consumo, com revogação do disposto no Art. 239 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, que prohibe que a exportação, e baldeação se fação em embarcações estrangeiras.

Thesouro Publico Nacional em 31 de Dezembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

---

N.º 160. — Em 31 de Dezembro de 1846. — *Os navios construidos em Paiz estrangeiro, ainda que por ordem e conta de Cidadãos Brasileiros, devem pagar o imposto de 15 por cento para se considerarem Brasileiros.*

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio Grande do Sul de 30 de Outubro ultimo, sob n.º 316, que bem procedeo o Inspector d'Alfandega da Cidade do Rio Grande, exigindo o pagamento do imposto de 15 por cento, para ser considerado Nacional o Patacho — Flora, — construido em Montevideo, ainda que por ordem e por conta de Cidadão Brasileiro, que lhe não faz perder a qualidade de origem. Por quanto, sendo este imposto como de importação sobre generos estrangeiros, que entrão no Imperio, tanto procede ou deve proceder a respeito das embarcações estrangeiras,

que promptas são vendidas a Cidadãos Brasileiros, como daquellas que se fabricão, e construem desde o começo, por conta dos ditos Cidadãos; pois que em ambos os casos, vem a ser importados no Brasil os objectos estrangeiros, que servirão para a construcção e fabrico.

Thesouro Publico Nacional em 31 de Dezembro de 1846. — Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque.

